

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O FUNERAL DE OTÁVIO AUGUSTO E A MEMÓRIA DO  
*PRINCEPS* NAS OBRAS DE TÁCITO, SUETÔNIO E DION  
CÁSSIO**

Paulo Yoke Oliveira Arima

Goiânia

2018

---

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:       Dissertação       Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Paulo Yoke Oliveira Arima

Título do trabalho: O funeral de Otávio Augusto e a memória do *Princeps* nas obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio.

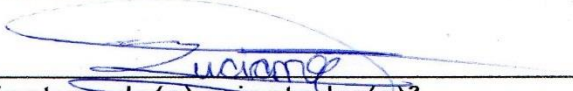
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Paulo Yoke O. Arima  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 17/10/2018

---

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO YOKE OLIVEIRA ARIMA

**O FUNERAL DE OTÁVIO AUGUSTO E A MEMÓRIA DO  
*PRINCEPS* NAS OBRAS DE TÁCITO, SUETÔNIO E DION  
CÁSSIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**Área de concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades

**Linha de Pesquisa:** História, Memória e Imaginários Sociais

**Orientadora:** Professora Dra. Luciane Munhoz de Omena

GOIÂNIA  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Arima, Paulo Yoke Oliveira


O funeral de Otávio Augusto e a memória do Princeps nas obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio [manuscrito] / Paulo Yoke Oliveira Arima. - 2018.  
CXXI, 121 f.

Orientador: Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena Omena.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2018.  
Bibliografia.

1. Augusto. 2. Memória . 3. Principado Romano. 4. Funeral . I.  
Omena, Luciane Munhoz de Omena , orient. II. Título.

CDU 94( 100)

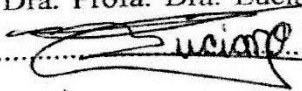
Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Paulo Yoke Oliveira Arima**. Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Paulo Yoke Oliveira Arima**, cujo título foi **“O FUNERAL DE OTÁVIO AUGUSTO E A MEMÓRIA DO PRINCEPS NAS OBRAS DE TÁCITO, SUETÔNIO E DION CÁSSIO”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº064/18-PPGH, de 24 de setembro de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena (Presidente)**, **Thiago Eustáquio Araújo Mota (UPE/Petrolina)** e **Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)** e, como suplentes, **Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP-Franca)** e **Profa. Dra. Dulce Oliveira Amarantes dos Santos (UFG)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 16:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo \_\_\_\_\_ sido \_\_\_\_\_ o candidato Aprovado.....

Thiago Eustáquio Araújo Mota (UPE/Petrolina) Ass.: .....

Decisão (Aprovado.....)


Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG) Ass.: .....

Decisão (Aprovado.....)

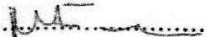
Presidente da Banca Profa. Dra. Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena (Presidente), Ass.: .....

Decisão (Aprovado.....)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: .....

Marco Aurélio Fernandes Neves

Secretário: .....

Marco Aurélio Fernandes Neves

Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe Regina Oliveira Silva Arima e a meus avós Giomilton Balduino da Silva e Maria de Lourdes de Oliveira Silva. Agradeço por todo apoio que me concederam durante essa trajetória tão importante para a minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me concedido forças para realizar meus propósitos e, acima de tudo, pelo discernimento que me concedeu, a fim de fazer as escolhas certas para o desenvolvimento desta etapa árdua de pesquisa. Sem a fé, talvez nada teria sido possível.

À minha estimada orientadora Dra. Luciane Munhoz de Omena, dedico meus sinceros agradecimentos por ter me acolhido em seu círculo de pesquisa e ter acreditado que meu trabalho seria possível. Agradeço imensamente pela insistência em exigir um texto de qualidade com o mesmo nível de excelência dos demais trabalhos produzidos em sua área de pesquisa. Quero agradecer pelas críticas sempre positivas que, com certeza, colaboraram para me transformar em um pesquisador mais atento e seletivo na escolha das fontes e temáticas. Não posso deixar de mencionar que foi a Dra. Luciane que me apresentou os estudos mortuários com os quais tive o prazer de trabalhar como objeto de pesquisa para conceber a presente dissertação. Enfim, agradeço por cada linha e parágrafo corrigido, pela paciência em aturar minhas demoras e por cada palavra e conselho que me motivaram a me tornar um pesquisador da área de História Antiga.

Meus sinceros agradecimentos, de coração, à minha família, que insistiu na minha perseverança ao longo desses anos de pesquisa. Agradeço à minha mãe Regina Oliveira, que divide comigo o peso e a responsabilidade de sermos profissionais da História. A ela devoto a minha inspiração e dedico cada linha deste trabalho como mérito de sua exigência comigo para me dedicar à pesquisa com rigor e excelência. Aos meus avós maternos, Giomilton e Maria de Lourdes, o meu afetuoso carinho como forma de retribuir aos dias que precisei de amparo e apoio para continuar enfrentando os desafios da pesquisa. À minha namorada Isadora agradeço pela paciência em saber me esperar quando estive ausente, e por todo afeto que recebi por meio de seu apoio e amor.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos à Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves pelo apoio em me atender sempre que a procurei e por acreditar também na realização da pesquisa. Aos meus amigos Suiany e Erick Otto, agradeço por todo apoio e contribuição. Obrigado, de coração, aos que me auxiliaram com palavras de ânimo e que me incetivaram em perseverar para alcançar a vitoriosa conclusão.

## RESUMO

A presente dissertação investiga o funeral de Augusto, pois, como apontam os registros documentais, como, por exemplo, Tácito e Dion Cássio, o cortejo fúnebre foi um mecanismo de representação da memória social. Nele evoca-se o passado para divulgar a vida dos falecidos. Nos cortejos celebram-se as relações familiares, a identidade de cidadão, a história do morto e a comunidade. Assim, interessa-nos compreender os funerais imperiais como espetáculos que se articulam às relações de poder, uma vez que se comemora a vida do *Princeps* e sua divinização. Dessa forma, ao utilizarmos a historiografia antiga, analisaremos o funeral de Augusto sob a ótica de Tácito, Suetônio e Dion Cássio, que serviram de fonte para a nossa pesquisa e que constituem repositórios de memórias construídas em distintos períodos.

**Palavras-chave:** Memória. Principado de Augusto. Funeral Romano.

## ABSTRACT

A present dissertation investigates or funeral of Augustus, pois, as apontam os records document, as, for example, Tacitus and Dion Cássio, or funeral procession foi um mechanism of representation of social memory. Nele evokes-se or passado to disclose to life two falees. We courted celebram-is familiar relações, to identity of cidadão, to history of death and to comunidade. Assim, interessa-us compreender os funerais imperiais as espetáculos that are articulated to the relações de poder, a time that is commemorated to life of Princeps e sua divinização. Dessa form, ao we will use historiografia antiga, we will analyze or Augustus's funeral on the otic of Tacitus, Suetonium and Dion Cássio, who will serve as a source for our research and who constitute memory repositories built in different periods.

**Key-words:** Memory. Principate of Augustus. Roman Funeral.

## SUMÁRIO

<b>AGREDECIMENTOS .....</b>	<b>8</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>9</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 MEMÓRIA E ESCRITA DA HISTÓRIA NAS OBRAS DE TÁCITO, SUETÔNIO E DION CÁSSIO.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Tácito e a escrita senatorial acerca do Principado.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 Suetônio e a representação da <i>domus Augusta</i>.....</b>	<b>28</b>
<b>1.3 Biografia e História na perspectiva latina em Tácito e Suetônio .....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 História e escrita senatorial em uma narrativa grega: o Principado de Augusto na perspectiva de Dion Cássio .....</b>	<b>38</b>
<b>2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE OTÁVIO AUGUSTO .....</b>	<b>43</b>
<b>2.1 A vida política de Otaviano: do assassinato de Júlio César ao início do Principado .....</b>	<b>44</b>
<b>2.1.1 O início da carreira política de Otaviano entre a sua <i>Adoptio Filii Caesaris</i> e a <i>Consecratio Caesaris</i>.....</b>	<b>52</b>
<b>2.2 Os títulos de <i>Augustus</i> e <i>Princeps</i> e a consolidação de sua <i>auctoritas</i> .....</b>	<b>60</b>
<b>2.3 A sucessão imperial entre as <i>gentes Iulia</i> e <i>Claudia</i> .....</b>	<b>71</b>
<b>2.3.1 A adoção de Otávio e sua inserção na <i>gens Iulia</i>.....</b>	<b>72</b>
<b>3 MEMÓRIA E <i>RELIGIO</i> NA CELEBRAÇÃO DO FUNERAL DE AUGUSTO ....</b>	<b>79</b>
<b>3.1 <i>Religio</i> e memória na performance dos funerais imperiais.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2 A morte de Augusto e os preparativos para o seu funeral .....</b>	<b>91</b>
<b>3.2.1 O funeral de Augusto em Tácito e Suetônio.....</b>	<b>94</b>
<b>3.2.2 Dion Cássio e a narrativa do funeral de Augusto.....</b>	<b>98</b>
<b>3.3 Mausoléu, morte e memória: a construção do edifício funerário augustano .....</b>	<b>101</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

O historiador Greg Woolf (2017, p. 15) afirmou que todas as histórias de Roma são histórias de um império. O autor se refere a Roma como um império ao contemplar um longo período de formação e expansão da cultura romana pelo Ocidente europeu e pelo Oriente. Ele revela também o seu interesse pela fase política do Império Romano, conhecida como Principado. Nossa proposta de estudo também é voltada para esse período, em especial o Principado de Augusto, tema que pesquisamos desde a fase de graduação em História. Assim, o tema dos funerais romanos, neste contexto do Principado, tornou-se nosso objeto de pesquisa, haja vista que as celebrações da morte no mundo romano eram espetáculos voltados à glorificação dos mortos e, neste caso, os imperadores alcançavam, por meio dos ritos fúnebres, um *status* divino quando ocorria, por exemplo, sua apoteose ou *consecratio*, rituais de divinização dos *Principes*.

Esse interesse se mostrou significativo para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o período de Augusto, a partir de um documento denominado de as *Res Gestae Divi Augusti*, escrito originalmente pelo próprio Augusto e publicado em paredes de templos e em placas de bronze que deveriam ser postadas na abertura do seu Mausoléu em Roma. A maioria dessas publicações se perdeu, restando algumas versões, como a que está inscrita nas paredes do templo de Roma e Augusto em Ancira na Turquia. Esse documento nos interessou de tal forma, que desenvolvemos nosso trabalho de conclusão do curso de graduação utilizando-o como fonte para compreender o Principado augustano. Foi a partir dos pressupostos levantados durante a graduação, que nosso interesse pelo período de Augusto foi levado à diante no mestrado, etapa em que especificamente conhecemos melhor o tema sobre os estudos mortuários no mundo romano, por meio das pesquisas desenvolvidas pela Dra. Luciane Munhoz de Omena. O tema se verticalizou para o funeral de Augusto, que foi objeto de estudo da presente pesquisa e que originou essa dissertação de mestrado.

O funeral, em nossa percepção, foi um instrumento que possibilitou a produção de memória na Roma Antiga. A recordação da *uita* de um falecido era o aspecto principal durante a celebração do funeral. Diversos dispositivos retóricos eram utilizados para recordar os feitos de um cidadão romano, entre as quais as orações fúnebres - *laudationes funebris* - , pronunciadas publicamente no fórum após a procissão com o corpo do falecido, as

performances teatrais e as máscaras de membros da família eram instrumentos utilizados para enaltecer o indivíduo morto. A partir dessas considerações, torna-se, então, relevante analisar o conceito de memória e sua íntima relação com a produção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, compreender a atuação de indivíduos do passado em uma sociedade repleta de artefatos que simbolizam a memória, como os funerais romanos, exige do pesquisador um olhar aguçado para os locais (*loca*) de memória e as fontes produzidas para perpetuar o que chamamos de memória social. Esse conceito de memória social não substitui o que Maurice Halbwachs desenvolveu como memória coletiva. Entretanto, o autor separou nitidamente o que chama de memória coletiva da memória histórica. Para o autor:

O mundo histórico é como um oceano no qual todas as histórias parciais deságuam. A história pode parecer ser a memória universal do ser humano. Entretanto não existe memória universal. Cada memória coletiva tem como portador um grupo limitado no tempo e no espaço. Só se pode compilar a totalidade dos acontecimentos passados em uma única imagem sob as premissas: de que estes sejam desvinculados dos grupos que os mantinham na memória; de que sejam rompidos os laços que os ligam ao contexto social em que ocorreram; e de que só se conservará o seu esquema cronológico-espacial. (HALBWACHS, 1985, p. 72)

Percebe-se que o autor distingue o significado de memória coletiva da memória histórica que parece ser “universal”, mas como não existe esse conceito, cada grupo produz sua memória coletiva que pode ser entendida em sua pluralidade; ou seja, as memórias coletivas, assim como os grupos aos quais estão vinculadas, existem sempre no plural; a memória histórica, por sua vez, constrói uma moldura integradora para muitas narrativas e existe no singular (ASSMANN, 2011, p. 144). Pierre Nora também distingue os dois conceitos ao afirmar que a memória surge a partir de um grupo específico, enquanto que a história, por sua vez, pertence a todos e a ninguém e, por isso, é designada como “universal” (NORA, 1990, p. 12). O conceito de memória social, entretanto, não distingue a memória da história, tendo em vista que o historiador propõe uma relação essencial entre o registro de práticas e condutas sociais, que se transformam em instituições civis e religiosas, bem como em expectativas quanto à afirmação e definição de uma memória social (ASSMANN, 2011, p. 145). A história feita por historiadores “é a principal fonte de legitimidade da memória social porque ela é científica” (GUARINELLO, 2016, p. 10). Ainda segundo Guarinello:

a memória social também trabalha em lugares definidos, mas ao contrário dos indivíduos ela é compartilhada por várias pessoas: um grupo, uma etnia, um bairro, uma cidade ou, mesmo, toda a sociedade [...] A memória social é, com

frequência, um campo de conflitos, no qual diferentes sentidos são conferidos ao passado: personagens e fatos distintos são valorizados ou rejeitados, interpretações são contrapostas, silêncios ou rememorações festivas se confrontam. Tradições contrastantes lutam por legitimidade no espaço social da memória através de diferentes lugares e meios: textos, monumentos, festividades, associações, veículos de comunicação, instituições e o próprio Estado. (2016, p. 9)

A memória social é um campo complexo, pois abrange uma diversidade de representações e memórias dentro de uma mesma sociedade, à medida que, muitas vezes, entram em conflitos entre si em um contraponto de identidades e contrastes com diferentes visões de mundo. Entretanto, mesmo neste âmbito hermético de significados distintos, a memória é uma capacidade de representar o passado e atribuir sentido a ele; por isso, segundo Le Goff (1996, p. 426), a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Dessa forma, entendemos que as representações do passado são referendadas pela memória, pois é a partir dela que as evocações do passado assumem forma (MARTINS, 2011, p. 152). Como lembra Farrell (1997, p. 373), a memória será observada aqui com processo através do qual artefatos, representando o passado, são constantemente consumidos e reproduzidos quer por um sujeito, quer por grupos sociais; quer por atos particulares de reminiscência e comemoração, quer na prática ritual; quer na forma não convencional individual, quer no procedimento repetitivo estabelecido em instituições coletivas.

A memória, portanto, tida não como objeto, mas como fenômeno, é o processo no qual um ato individual, de quem reconstitui fisicamente num objeto, representando o passado, corporifica uma nova forma para o presente e produz memórias destinadas a servir o futuro. A representação do passado produz conseqüentemente a memória social que exerce uma função fundamental na construção de monumentos, imagens e discursos verbais, como a biografia que, neste caso, exerce um papel fundamental na representação do passado de um personagem. É válido lembrar que entendemos o conceito de representação como a capacidade de simbolizar e mediar a um grupo social a figuração de um indivíduo ou fatos do passado que devem ser rememorados. Assim, segundo Chartier:

por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente

através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (1990, p. 20)

Os exemplos de representação supracitados atenuam a relação entre memória e história para a figuração de quem é representado. Nesse caso, há sempre um personagem sob o qual as representações se constituem. É preciso conservar a memória por meio de diversos signos verbais ou não verbais para a perpetuação da imagem deste personagem. Quando não há um indivíduo, a memória se desvincula do seu processo social e não mais trabalha como representação do passado, por isso, como afirma Hartog (2011, p. 26), “sem visar à apreensão de um indivíduo por si mesmo, essa memória-rememoração não funciona absolutamente como uma memória biográfica. Pelo recurso a essa forma codificada de aprendizagem decorada, ela mantém a distância qualquer possível historicização da tradição”. É, portanto, neste campo vasto da memória que se insere a memória social dos mortos.

Assim, segundo Aleida Assmann (2011, p. 37), a rememoração de indivíduos falecidos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como *pietas* e *fama*. Piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica dos mortos. Piedade é uma coisa que somente os outros, isto é, os vivos, podem ter pelos mortos. Já a fama, isto é, a memoração cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida. Contudo, mesmo a memoração religiosa dos mortos depende da recordação dos vivos. A mais antiga e mais difundida forma de recordação social que une vivos e mortos é o culto aos mortos e as celebrações da morte como os funerais. Esse conceito de rememoração dos mortos, apontado por Assmann, é o principal suporte para compreender o sentido de memória para o mundo romano. Por isso, ainda que mencionamos diversos autores que trabalham com a teoria da memória, o conceito de Aleida Assmann elucina nosso objeto e permeia por todos os capítulos deste trabalho. Para a autora, a memória é um mecanismo ao qual os indivíduos vivos recorrem com o intuito de serem lembrados. À vista disso, a memória da morte é um nítido exemplo deste temor do esquecimento que permeou não só a sociedade romana, mas as sociedades dos homens que deixaram suas marcas em formas de monumentos, construindo verdadeiros espaços de recordação.

O temor do esquecimento era nítido na sociedade dos vivos; logo, a construção de monumentos mortuários, nomeação de sucessores e todo o aparato celebrativo dos funerais eram formas de perpetuar essa memória do falecido e os textos escritos também atuavam de forma significativa como instrumentos de rememoração, quando o passado do morto se estendia

pelas épocas, como é o caso das obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio que foram escritas para lembrar o passado de Augusto em épocas distantes de sua morte em 14 d.C. Tácito escreveu no final do século I d.C, Suetônio no século II e Dion Cássio no século III. Por isso, as narrativas que esses autores escreveram sobre o funeral de Augusto eram formas de perpetuar a memória augustana e exemplificar que o funeral de um imperador romano não era um evento qualquer.

Partindo dessas premissas, nossa problematização circula em torno do funeral de Augusto que, em nossa percepção, atuou também como representação da memória augustana. Mas o que de fato constituiu essa memória augustana? Esse questionamento nos levou a problematizar, por meio das fontes, o que significou essa memória tanto para época do próprio Augusto, como para a temporalidade dos autores que ressignificaram o período de Augusto e o seu funeral. Assim, chegamos ao pressuposto de que o personagem Augusto é aquele sob o qual as representações de uma época e de uma sociedade se constituíram e tanto o seu funeral, como as narrativas escritas posteriormente sobre o *Princeps*, entre as quais as obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio que já mencionamos como nossas fontes, são dispositivos para a construção de uma memória social. Isso nos leva a argumentar que a memória de Augusto, seu Principado e seu funeral só chegam a nós por meio de (re)construções narrativas do passado. Alguns autores contemporâneos corroboram para essa problematização, como Keith Jenkins (2007, p. 28), segundo a qual o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e não podemos saber se essas narrativas correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas mesmas constituem a realidade.

Nosso trabalho, portanto, se desenvolveu em três capítulos, já que serão analisadas as obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio, a vida pública de Otávio Augusto, sua carreira como sucessor do ditador romano Júlio César e como *Princeps* do Império Romano e, por fim, o funeral de Augusto que foi o objeto central de nossa pesquisa. Por isso, é válido ressaltar que a seleção das fontes e da bibliografia foi rigorosa e contamos com o suporte de pesquisadores renomados e atuais da área de História Antiga. Nosso trabalho, portanto, não foge das pesquisas recentes e conta com o reforço das novas tendências da historiografia que não se concentra somente na análise política, mas também social e cultural dos eventos e personagens históricos. Dessa forma, apresentaremos uma pequena descrição de cada capítulo e as principais temáticas apresentadas por cada um, visando, assim, a compreensão do objeto de pesquisa desenvolvido ao longo da dissertação.

O primeiro capítulo da dissertação, intitulado *Memória e escrita da História nas obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio* se concentrou em analisar as obras dos autores mencionados como armazenadores de memória sobre o período de Augusto. É neste sentido que selecionamos o primeiro livro dos Anais de Tácito, as obras *Divino Júlio, Divino Augusto e Tibério* da coleção biográfica de Suetônio e o livro cinquenta e seis da *História Romana* de Dion Cássio. Esses autores escreveram sobre a vida e a celebração do funeral de Augusto; portanto, suas narrativas serviram como fontes primordiais para a nossa pesquisa. Destarte, o primeiro capítulo traz a problematização acerca das obras, seus diferentes gêneros e o contexto histórico em que foram produzidas, bem como as temáticas ressaltadas pelos três autores.

Nesse sentido, as narrativas de Tácito, Suetônio e Dion Cássio produziram representações da memória augustana, bem como do funeral imperial e os definiram como uma lembrança textual; portanto, ela está presente nos vários gêneros textuais que permitem imortalizar as ações de um personagem público (HOPE, 2003, p. 113-120). Suetônio, por exemplo, certamente queria mostrar a magnificência do funeral de Augusto. Por isso, já de entrada afirma que os senadores lutaram entre si para ir mais longe possível nas honras funerárias a serem pagas ao imperador. Assim, os vários fatos a que ele se refere são os mais impressionantes do ponto de vista da visão de pompa, da teatralidade, da solenidade e do simbolismo; ele também usa a apresentação do funeral e o faz para enfatizá-lo, como recurso estilístico. Certamente Suetônio, ao elaborar seu relato do funeral, teria a consciência que o leitor perceberia que, em correspondência com a vida do protagonista, o funeral de Augusto teria sido extraordinário por causa do acúmulo de fatos relacionados àquela solenidade e à teatralidade simbólica.

De maneira muito diferente, ao compor seus *Anais*, Tácito pretende dar conta da história do Principado na fase de Júlio-Claudiana, bem como o novo regime político, cuja imagem e avaliação será moldada perante o leitor ao longo de seu trabalho de uma modalidade crítica e pessimista, tendo como eixo central o contínuo antagonismo entre a *libertas* republicana e a *dominatio* imperial. Para isso, nosso autor traça um plano claro: começar por oferecer uma síntese rápida do principado de Augusto, focalizando, sobretudo, o último período de seu governo; então, ele vai cuidar dos quatro seguintes principados que, de acordo com a técnica analítica, seguiu a ordem cronológica, ano após ano. E é assim que Tácito, por um lado, sente a necessidade de deixar claro ao leitor de seus *Anais* a origem do Principado como um novo regime político. E, por outro lado, ele espera narrar *in extenso*, um trabalho posterior sobre o

Principado de Augusto. A solução para o seu dilema virá para dedicar a Augusto apenas uma síntese. Portanto, seguindo seu plano, Tácito resume, de uma forma muito concisa, o acesso ao poder de Augusto para, em seguida, tratar imediatamente de seus últimos anos, seus planos de sucessão, que envolvem a continuidade hereditária do Principado, sua morte e a celebração do seu funeral (MARTÍNEZ, 2015, p. 66-67).

Seguindo essa mesma perspectiva historiográfica, Dion Cássio avança em seu trabalho de apresentar a seus leitores um trabalho extenso sobre a história de Roma. Ele não seleciona apenas um momento único da vida de Augusto, mas procura apresentar longas linhas sobre a trajetória deste imperador para chegar à narrativa sobre sua morte e seu funeral. Dion Cássio escreve com base na escrita senatorial semelhante à escrita de Tácito, mas caminha mais além na temporalidade do Principado. Ele representa o passado de Augusto, assim como outros episódios da história de Roma, com detalhes dignos de admiração para oferecer aos leitores de seu tempo, uma obra rica e de leitura densa que possibilita uma verdadeira inspiração no passado.

Esses autores apresentaram diferentes lugares de memória acerca da vida, da morte e do funeral de Augusto. Há uma ligação intrínseca entre o passado do acontecimento e o lugar de fala do autor. Por isso mesmo, a memória textual, como aponta Keith Jenkins anteriormente, possibilita que o passado chegasse a nós como narrativas que constituem por si mesmas a realidade. Assim, o temor do esquecimento reverbera a necessidade de produzir memória, deixar lembranças para a posteridade e, neste caso, o que chamamos de memória textual é uma forma de registrar o passado de alguém que mereceu ser lembrado, com no caso de nossas fontes que reconstróem a memória de Augusto, para que seu passado não fosse esquecido, mas lembrando na própria época dos autores, como um passado significativo da história de Roma que não deve ser esquecido. Nesse sentido, de acordo com estas perspectivas, a memória pode ser compreendida como um suporte da lembrança, um suporte do passado que, em outras palavras, designa a construção de imagens de um passado (FUNARI; OMENA, 2012, p. 164). É necessário, finalmente, não esquecer que, ao lado da emergência espetacular da memória no seio da retórica, quer dizer, de uma arte da palavra ligada à escrita, a memória social prossegue o seu desenvolvimento por meio da evolução social e política do mundo antigo (LE GOFF, 1990, p. 382).

Assim, entendemos que a memória de Augusto e sua *domus* se propagou ao longo do primeiro século, chegando aos autores supracitados por meio de referenciais de sua própria

época. Públio Cornélio Tácito foi historiador romano no final do primeiro século e escreveu sobre as relações entre Augusto e sua *Domus*. É relevante ressaltar que a *domus* agregava libertos e familiares do *Princeps*. Nos livros terceiro e quarto dos Anais, Tácito menciona os membros das *gentes Iulia* e *Claudia*, que constituíam a *domus Augusta*: Cláudio Marcelo, filho da irmã de Otávio; Marco Agripa, a quem atribuiu-se o sucesso da vitória de Actium em 31 a.C. e a quem o próprio Augusto confiou em casamento, primeiro sua irmã Otávia e, após a morte desta, sua filha Júlia (TÁCITO, *Anais I*, III). O autor escreveu também sobre os filhos de Lúvia e Cláudio Nero: Tibério e Druso que, depois do casamento de Otávio com Lúvia, se tornaram enteados do imperador e Tibério. Sabe-se pela documentação que Lúvia, após seu casamento com Augusto, foi uma proeminente figura da *gens Claudia* e promotora da sucessão imperial, consolidada com a adoção de seu filho Tibério como sucessor de Augusto. Suetônio se dedicou em analisar a *Domus Augusta*, utilizando o gênero biográfico como narrativa. O autor escreveu uma biografia de Júlio César, outra de Augusto e seus sucessores até Domiciano: a *Vida dos Doze Césares* e contemplou as particularidades dos imperadores. Por isso, foi fundamental a análise dessa obra para compreendermos a formação da *domus Augusta* por meio das *gentes Iulia* e *Claudia*. O relacionamento entre essas gentes e outros membros da *domus Imperial* pode ser visto como um aspecto cultural da sociedade romana (SALLER, 1984, p. 71), pois a *domus* foi o palco dos trâmites que envolveram a morte e a sucessão de Augusto.

Seguindo essa linha temática, desenvolvemos o segundo capítulo, cujo título é *A trajetória política de Otávio Augusto*. O capítulo tratou do contexto histórico da vida de Otávio Augusto para compreender sua atuação política enquanto fundador do Principado. Iniciamos com uma descrição dos pormenores acerca do assassinato do ditador Júlio César e a celebração de seu funeral. A investigação sobre o funeral do ditador foi fundamental para compreender a importância dos ritos fúnebres no contexto social e político da *Res Publica* romana. Júlio César, mesmo que tenha sido considerado tirano à vista de seus opositores, mereceu um *funus* público, conforme prescrevia o direito romano e a *religio*<sup>1</sup> de Roma. Entretanto, a turba convocada por Marco Antônio fez da celebração uma manifestação popular, fato que favoreceu a intermitente perseguição aos assassinos do ditador e a formação de uma nova organização política, o Segundo Triunvirato.

---

<sup>1</sup> *Religio* é o termo habitualmente utilizado para designar o conjunto de crenças, ritos e práticas religiosas dos antigos romanos. O funeral e as cerimônias públicas eram parte da religião romana e possuíam, além disso, forte prestígio social e político. No capítulo terceiro deste trabalho, oferecemos um detalhado estudo sobre a religião romana e sua associação com as festividades públicas, entre as quais os funerais que adquirem, na presente pesquisa, um destaque especial.

Nesse sentido, a ascensão política de Otávio, sobrinho do ditador morto, neste contexto de guerra civil, favoreceu a construção de sua imagem como *Filius Diui*, pois César já era aclamado com divino, mesmo antes de sua *consecratio*. Os fatos que se seguiram, nesse contexto, foram decisivos: o Segundo Triunvirato e a derrota de Marco Antônio e Cleópatra no Egito foram significativos para a consolidação do poder de Otávio em Roma. Partindo dessas premissas, destacamos, ainda no segundo capítulo, algumas considerações acerca da construção da *auctoritas* de Otávio, a partir da concessão dos títulos de *Augustus* e *Princeps*, que ele recebeu em 27 a.C. do Senado. Além disso, analisamos a consolidação do poder da chamada *Domus Augusta*. A *domus* de Augusto assumiu, no contexto do Principado, um papel político e social de destaque e foi palco para o desenvolvimento dos trâmites que envolveram a sucessão imperial. Portanto, ela representou a continuidade do regime instaurado por Otávio Augusto, por meio dos seus sucessores, os imperadores da chamada dinastia Júlio-Claudiana.

O terceiro capítulo, intitulado *Memória e religio na celebração do funeral de Augusto*, teve como objetivo analisar as características da *religio* romana e sua associação com os funerais, haja vista que os ritos fúnebres estavam arraigados de cerimônias religiosas. Também será tema deste capítulo a análise do Mausoléu de Augusto como edifício funerário de sua *Domus* e uma das representações mortuárias mais significativas do período augustano. Assim, a celebração do funeral de Augusto e as representações literárias e imagéticas do *Princeps*, tais como efígies imperiais, bustos, inscrições e o edifício da família imperial representam uma extensão da arquitetura pública e privada da cidade. Em um sentido importante, a diversidade presente na vida social da comunidade viva refletiu nas necrópoles, ao longo de décadas e séculos, bem como em monumentos de várias formas e tamanhos que comemoram as gerações dos mortos.

Essa correlação entre as práticas de enterramento e a vida social da Roma Antiga se verifica nas festas e práticas da *religio* romana. Assim, a epigrafia revela os locais onde essas festas e rituais eram celebrados. Os espaços públicos revelados pela arqueologia antiga são verdadeiros lugares de memória. Para se ter noção desses espaços, é preciso visitar a cidade e percorrer as ruas, identificando cada monumento, inscrições, lápides e necrópoles que revelam a vida dos mortos e transmitem suas memórias. Nosso trabalho, portanto, elucida esses lugares de memória e espaços onde os funerais eram celebrados. As fontes nos informam como as celebrações fúnebres percorriam esses espaços para reforçar, perante a sociedade, a importância do falecido e sua família. Assim, a epigrafia revelará sinais claros desses espaços que ainda

sobrevivem. Em continuidade a esta pesquisa, a análise de documentos epigráficos e monumentais da Roma Antiga possivelmente será um tema sob o qual nos comprometemos a investigar em pesquisas posteriores.

**CAPÍTULO 1**  
**MEMÓRIA E ESCRITA DA HISTÓRIA NAS OBRAS DE TÁCITO,  
SUETÔNIO E DION CÁSSIO**

Os estudos acerca da memória têm garantido inúmeras contribuições à pesquisa historiográfica. Sabemos, portanto, que o aporte de autores contemporâneos, como, por exemplo, Paul Ricoeur e Joel Candau promoveram ao campo da História um diálogo mais amplo com a Filosofia e com a Antropologia Social, desenvolvendo, deste modo, a possibilidade de enxergar a memória como objeto de pesquisa do historiador. Por isso, conforme propõe Jacques Le Goff (1996, p. 426): “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A história atua como um dos três segmentos da “operação historiográfica”, termo cunhado por Michael de Certeau<sup>2</sup> e analisado criticamente por Paul Ricoeur (2007, p. 146) que apresentou essa operação, por meio de uma nova estrutura tripartida: fase documental, fase compreensiva/explicativa e fase representativa. Nesse sentido, a palavra fase caracteriza

os três segmentos da operação historiográfica. Não deve haver aqui qualquer ambiguidade concernente à utilização do termo: não se trata de estágios cronologicamente distintos, mas de momentos metodológicos imbricados uns nos outros; repetiremos o quanto for preciso, ninguém consulta um arquivo sem um projeto de explicação, sem uma hipótese de compreensão; e ninguém se dedica a explicar uma sequência de acontecimentos sem recorrer a uma colocação em forma literária expressa de caráter narrativo, retórico ou imaginativo. (RICOEUR, 2007, p. 147).

Na perspectiva do filósofo, a história pode ser empregada como operação da forma literária ou escrita do discurso, sob o qual se constroem as representações do passado que tornam explícitas as aporias da memória social, bem como os dispositivos retóricos da narrativa. É seguindo essa perspectiva que a relação entre a memória e a retórica produzem as representações sociais sob as quais trabalham as chamadas “retóricas holistas”. O termo foi designado por Candau (2016) para expressar figuras ou conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos. Por isso, as retóricas holísticas compõem as representações, a consciência ou a memória coletiva, agregando parte da herança cultural das Ciências Humanas e constituindo, em alguns casos específicos, os vocabulários e as entidades coletivas das mesmas (Cf. CANDAU, 2016, p. 29).

---

<sup>2</sup> O historiador francês, Michael de Certeau apresentou o termo em sua obra *A escrita da História* (originalmente *L'écriture de l'histoire*). Nela Certeau expõe os três segmentos da operação historiográfica: lugar social, prática e escrita.

Nesse sentido, entendemos a memória como a capacidade de representar o passado, por meio de um *locus* privilegiado, e que pode ser utilizada pelo historiador, pois se expressa por intermédio de diversos signos e linguagens socialmente produzidas. Nessa perspectiva, Aleida propõe dois modos de recordação, por meio dos quais, a sociedade ressignifica a importância da memória: a memória funcional e a memória cumulativa. O primeiro exemplo assegura a identidade de um grupo social, já o segundo associa-se à memória histórica e é, portanto, cumulativa, pois dissocia o tempo (passado, presente e futuro) e não depende de um portador específico: todas as representações, símbolos e imagens socialmente produzidos são importantes para a construção da memória. Um desses dispositivos da memória histórica é a retórica, que permite o conhecimento do fato e sua ressignificação posterior. A retórica se insere nesse campo simbólico da memória como uma técnica de persuasão ou convencimento (CANDAU, 2016, p. 28) para a perpetuação da memória de um indivíduo ou grupo social. Vemos, então, que a retórica é fundamental para compreender a associação entre memória e história, pois, ainda segundo Candau, a história mostra que existe certos transcendentais retóricos que são verdadeiros índices do saber.

Esses transcendentais, que são dispositivos de ascendência do acontecimento, personagem ou grupo social, tais como: cultura material; obras literárias; biografias e a própria lembrança, conectam as teorias da argumentação como consenso deliberado pela influência da retórica. A própria noção de texto, tão fecunda para as concepções literárias e filosóficas do Ocidente, traz a marca de uma ascendência retórica (PEREIRA, 1992, p. 5). Assim, interessanos, particularmente, a produção textual sobre o funeral de Augusto e as instituições que, por meio da celebração fúnebre, garantiram sua perpetuação na consciência histórica dos romanos. Cabe ressaltar que essa produção em nosso recorte textual não foi elaborada pelos contemporâneos de Augusto, mas por escritores que viveram a posteriori. Os autores das fontes analisadas como Tácito e Suetônio, contemporâneos de fins do primeiro século e início do segundo, bem como Dion Cássio no terceiro século, por meio de suas obras, ressignificaram o período de Augusto com o respaldo retórico de sua época. O texto historiográfico de Tácito, as biografias dos Césares de Suetônio e a *História Romana* de Dion Cássio atuaram como armazenadores da memória. Esses armazenadores, na perspectiva de Assmann (2011), exploram os suportes de conservação da memória, por intermédio das tradições e dos espaços de recordação.

## 1.1. – Tácito e a escrita senatorial acerca do Principado

Dylan Sailor lembra que Públio Cornélio Tácito além de ser um dos críticos proeminentes do Principado foi um ativo participante do mesmo sistema político. O próprio Tácito nos conta em suas *Histórias*, que sua carreira pública iniciou sob o Principado de Vespasiano e como lembra Percival (2009, p. 121),

Talvez possamos adivinhar mais detalhes: sabemos de Plínio, o jovem, que Tácito era um amigo de sua família, e é possível que Plínio, o Velho, que era um amigo de Vespasiano, tenha sido um personagem fundamental na recomendação de Tácito para a carreira pública. Quaisquer que sejam as circunstâncias, Tácito fez bom uso de suas oportunidades, ele subiu eventualmente para o consulado e o governo da Ásia, que era o mais alto na carreira de um senador, além disso também veio a ser considerado como um dos melhores oradores dos seus dias.

Segundo o historiador inglês John Marincola (1997, p. 93), a produção de Tácito representa uma abordagem diferente dos problemas de inquérito restritos no Império. Escolher a perspectiva senatorial precisava de um certo foco e orientação. Tal perspectiva se verifica, porque os escritos de senadores e outros magistrados eram analisados e comparados por testemunhas oculares, cuja avaliação era rigorosa e precisa. Portanto, a escrita tacitiana incluiu versões variantes ou a apresentação de várias explicações com uma longa história e que obviamente não é nova para o caso de Tácito. Além disso, ao justificar sua atividade historiográfica, um historiador senatorial como Tácito usava, a seu favor, a sua própria experiência política, que lhe garantia o direito de falar com dos acontecimentos relatados (SAILOR, 2008, p. 7). Marincola sugere que nas obras de Tácito como as *Histórias* e os *Anais*, as alternativas sugerem que os fatos, quase sempre, se encontram associados às profissões (magistraturas) dos personagens (MARINCOLA, 1997, p. 93-94). Um exemplo desse tipo de narrativa pode ser visto na introdução dos *Anais*:

Roma, no início, era uma cidade sob o governo dos reis: a liberdade e o consulado foram instituídas por Lúcio Bruto. As ditaduras eram sempre um expediente temporário: nem o poder dos decênviros, dentro de dois anos, e nem a autoridade consular dos tribunos militares tinham longa duração. Nem Cinna nem Sulla criaram uma dominação duradoura: Pompeu e Crasso rapidamente perderam seu poder para César, e Lépido e Antônio tiveram suas espadas suplantadas por Augusto, que, com como *princeps*, construiu o império sob um mundo desgastado por guerras civis. (TÁCITO, *Anais I*, I).

Ainda segundo Dylan Sailor, é possível atribuir aos historiadores romanos todos os tipos de motivações para a escrita historiográfica. Havia intencionalidade em transmitir opiniões,

distribuir, elogiar e culpar, edificar a posteridade, recompensar ou punir os personagens do passado, mas o objetivo era quase sempre construir um nome para si mesmos (SAILOR, 2008, p. 9). A função da história, neste caso, como lembra Sailor, seria um “monumento público” do próprio escritor e serviria como um grande negócio para atrair a boa reputação do público sob o qual se insere o historiador. Há, portanto, um sentido nesse “grande negócio” em que o prestígio da escrita é o reconhecimento político do autor perante seu grupo social, que na ocasião de Tácito, se tratava da própria *nobilitas* senatorial romana. Sob essa perspectiva, entendemos que Tácito não criticou o Principado, porque ele mesmo reconhecia os privilégios que podia receber por meio do regime dos Césares. O autor criticou a ausência de moralidade para o caso de alguns *Principes*, visto que, as virtudes cívicas do governante eram atributos que lhe garantiam a consideração e o reconhecimento público.

Tibério, portanto, foi o primeiro dos Júlio-Claudianos a se enquadrar na crítica tacitiana, pelo seu distanciamento das decisões públicas, característica da sua personalidade dissimulada que, para Tácito, foi a expressão do comportamento rude e excessivo do *Princeps* (GONÇALVES; CAMPOS, 2009, p. 131). Na perspectiva de Tácito a principal característica do sucessor de Augusto é a sua personalidade, representada pela sua *dissimulatio* (TÁCITO, *Anais III*, XXXIII), o jogo entre a aparência e a realidade pretendida (MARQUES, 2010, p. 48) que serão seus artifícios de poder durante o seu Principado. A construção da imagem enérgico de Tibério em Tácito, foi evidenciada pela descrição do assassinato de Agripa Póstumo. Segundo o autor, Tibério ordenou a execução sob o pretexto de que o próprio Augusto a teria encomendado antes da morte. O pretexto em que o assassinato é apresentado mascara a realidade pretendida: Tibério elimina o último descendente direto de Augusto para consolidar seu poder (TÁCITO. *Anais II*. XLIII).

A *auctoritas* de Tibério é marcada pela neutralidade do imperador perante os assuntos políticos da *Res Publica*. Tibério permite que os cônsules e o Senado tenham a iniciativa sobre as decisões públicas, visto que o próprio *Princeps* estava incerto se estava ou não sob o controle dos assuntos públicos (MARQUES, 2010, p. 48). Essa incerteza sobre como se posicionar a respeito dos assuntos públicos, não pode ser vista como uma inexperiência do *Princeps*, mas como uma articulação política que, para Tácito, é a evidência do artifício dissimulador de Tibério. O mesmo deixava transparecer sua incapacidade de tomar decisões para manter uma aparência de compartilhamento do poder, haja vista que os cônsules e o Senado deveriam exercer suas funções públicas com a precedência sobre as decisões públicas. Tibério, mesmo

ao final de sua vida, é visto por Tácito como dissimulador que conservava seu caráter enérgico sob uma aparente e pretensa “sociabilidade”:

a compleição e a força já estavam falhando em Tibério, mas não ainda seus poderes de dissimulação: ele conservava o mesmo rigor na alma. Ainda enérgico na palavra e no olhar, tentava mascarar seu evidente declínio com uma forçada sociabilidade. (TÁCITO, *Anais VI*, L).

A problemática desse assunto recai sobre a narrativa tacitiana acerca da comparação entre Augusto e Tibério. Isso nos leva a um questionamento: sob qual dispositivo retórico o historiador teria construído a imagem enérgica e quase repulsiva do sucessor de Augusto? Tal descrição não é menos evidente em suas narrativas sobre Cláudio e Nero. Sabemos, portanto, que Tácito procurou enfatizar o embate político entre o Principado e o Senado. O historiador caracterizou esse conflito, por meio de termos dialéticos: a *libertas*, que representa o exercício da liberdade republicana e *seruitus*, servidão ou escravidão a qual os senadores e membros da *nobilitas* se sujeitaram perante a concentração de poderes do *Princeps*. Quando Augusto assumiu a *Res Publica* e criou o Principado, ele reforçou sua *auctoritas* com o pretexto de garantir, pelos seus poderes, os benefícios da *Pax*. Por isso, Tácito escreve que o *Princeps*

depois do título de triúnviro foi proclamado como cônsul e contente com a autoridade tribúncia para salvaguardar os comuns, ele primeiro, conciliou o exército com gratificações, a população por trigo barato, o mundo pelas comodidades de paz, e depois passo a passo começou a fazer sua ascensão e unir em sua própria pessoa as funções do Senado, da magistratura e da legislatura. Não havia nenhuma oposição a isso: os espíritos mais violentos haviam sucumbido em campos de batalha ou pelas listas de proscrição; enquanto o resto da nobreza encontrou uma aceitação alegre na escravidão, o caminho mais suave para a riqueza e honra. Como eles haviam prosperado, se posicionaram agora para a nova ordem e segurança, de preferência à antiga ordem e aventura. (TÁCITO, *Anais I*, II).

Fábio Joly (2010, p. 75) comenta que a ausência de oposição ao *Princeps* é explicada, para o caso dos membros da *nobilitas*, como resultado de um comportamento servil,<sup>3</sup> que visava mais às benesses do presente (honras e riquezas) do que as turbulências do passado. Ao se referir à ascensão de Tibério, os mesmos elementos voltam a recorrer: “*At Romae ruere in servitium consules, patres, eques* – Em Roma, no entanto, cônsules, senadores e cavaleiros estavam caminhando para a escravidão”. (TÁCITO, *Anais I*, VII). Ainda conforme esta linha

---

<sup>3</sup> Para Joly a escravidão é uma metáfora. Tácito utilizou o termo para caracterizar a “suspensão da liberdade pelo imperador” e a passividade do Senado romano diante do *Princeps*. A *Res Publica* foi alterada, haja vista, que no Principado, o imperador nomeia magistrados, executa projetos de lei e organiza as províncias em consonância com o Senado. Por isso a metáfora da escravidão (*seruitus*), na perspectiva do autor se estabelece numa relação equiparada entre dois objetos, neste caso, o Senado e o *Princeps* (Cf. JOLY, 2004, p. 58-59).

de raciocínio, Ana Teresa Marques Gonçalves (2009, p. 131) aponta que uma meticulosa demonstração de respeito pelo Senado e pelo povo ajudou a sustentar a ilusão de supremacia das instituições republicanas, embora, em última instância, o comando fosse exercido pelo *Princeps*. Apesar disto, a *recusatio* de Tibério não significou a perpetuação de um aspecto republicano, tendo em vista as disputas pelo prestígio político que caracterizou principalmente os últimos anos da República tardia.

As críticas que Tácito fez ao Principado de Tibério, bem como aos outros Júlio-Claudianos posteriores, não demonstravam um interesse em reorganizar a República, tampouco o questionamento do Principado enquanto instituição, que para ele foi vantajoso, mas por sua percepção a respeito das dissensões políticas e civis, relacionadas à conduta moral e administrativa dos imperadores que sucederam a Augusto. Para Andrew Wallace-Hadrill (2008, p. 284), Tácito, ao invés de focar na *domus* e sua influência no exercício do poder, dirigiu sua atenção para locais públicos, no estilo de seus antecessores republicanos: ele sublinha, assim, não apenas a impotência política do Senado, mas a impotência do escritor, como ele, que só pode aproximar o verdadeiro *locus* de poder indiretamente.

### 2.1.2 – Suetônio e a representação da *domus* Augusta

Ao estudar o contexto de elaboração da obra de Suetônio é necessário rever as construções historiográficas, a partir da leitura de suas biografias como retratos da vida política romana durante o primeiro século d.C. Tal perspectiva é analisada, tendo em vista que, o autor escreveu de acordo com os anseios e as necessidades de seu tempo: entre o final do século I d.C. e início do século II d.C. sob os governos de Trajano (98 – 117 d.C.) e Adriano (117 – 138 d.C.). Sabemos, portanto, que as biografias dos *Principes* do primeiro século serviram como referenciais à época do próprio Suetônio; por isso, concordamos que o documento histórico da *Vita Caesarum*, em suas múltiplas dimensões, “pode e deve ser considerado um produto de seu tempo, tornando-se uma fonte reveladora do mesmo”. (LEME, 2016, p. 3).

Nesta mesma linha interpretativa, há de se destacar que Suetônio fez carreira política como membro da ordem equestre, exercendo a função de *ab epistulis* do *Princeps* Adriano. No entanto, é válido ressaltar que carecemos de fontes documentais que apresentam detalhadamente a carreira do biógrafo. De acordo com Fábio Duarte Joly (2014, p. 115), a historiografia não dispõe de dados precisos sobre a data e local de nascimento de Gaio Suetônio

Tranquilo. De qualquer forma, sabe-se que sua família pertencia à ordem equestre e que foi educado em Roma. Aí entrou no círculo de amizades do senador Plínio, o Jovem, que o considerava um *scholasticus* (PLÍNIO, *Epístola I*, XXIV). Travou então contato com Tácito e com o historiador Fábio Rústico, entre outros intelectuais. Sob o imperador Trajano foi diretor das bibliotecas imperiais e quando Adriano ascendeu ao poder, em 117, Suetônio foi nomeado seu *ab epistulis*, cargo que ocupou até 122. Morreu por volta de 126. De suas obras chegaram-nos uma biografia dos Césares (*De Vita Caesarum*), de Júlio César a Domiciano, e algumas biografias de gramáticos e oradores (*De Grammaticis et Rhetoribus*). Sabemos, pois, que Suetônio foi amigo de Plínio, o Jovem, por intermédio de algumas referências das correspondências trocadas entre eles, em uma delas Plínio encaminha ao imperador Trajano a seguinte correspondência:

Sua obra já está pronta, uma revisão posterior não trará maior brilho, apenas a desgastará. Por favor, deixa que eu veja um título com seu nome. Deixe-me ouvir que os volumes do meu querido amigo *Tranquillus* (Suetônio) são copiados, lidos e vendidos.” (PLÍNIO, *Epístola V*, X).

O trecho desta carta confirma a contribuição de Plínio para a investidura política de Suetônio, bem como o incentivo que recebeu do amigo para a publicação de sua obra. Ronald Syme (2013, p. 106-107) lembra que Plínio assumiu o comando da Bitínia-Ponto como procônsul em 109 ou 110 d.C. e foi nesse contexto, que em um dos seus escritos ao imperador Trajano, Plínio solicitou que Suetônio o acompanhasse. Foi na Bitínia, portanto, que o biógrafo iniciou sua carreira pública, ao lado de seu patrono (Plínio). Suetônio não ocupou nenhuma posição oficial em seus primeiros anos, mas foi por intermédio dos bons ofícios de Plínio, que ele adquiriu o Tribunato Militar (ROLFE, 2013, p. 211). Entretanto, as biografias dos Césares não deixam evidências sobre a viagem de Suetônio à Bitínia e o início de sua carreira pública, e isso nos leva a inferir que o autor as escreveu posteriormente quando foi investido como secretário de Adriano.

De acordo com as observações de Giovanni Levi (1937, p. 18-19), alguns estudiosos da literatura costumam considerar Suetônio como arquivista e gramático pedante em detrimento de seu trabalho como biógrafo. Tal afirmação, no entanto, relega o escritor à condição de mero reproduzidor dos arquivos como se o interesse de Suetônio fosse somente transcrever ou atribuir sentido linguístico a esses mesmos arquivos. Esse tipo de análise, segundo Brandão (2010, p. 32) “poderá ter origem em um exagerado biografismo: através da análise das informações de Plínio e da *Suda* (que o apresenta como *grammaticus*).” Suetônio foi considerado um

prisioneiro dos arquivos imperiais e submerso em documentos. Seus cargos públicos é que davam sentido às suas obras e não o seu estilo literário propriamente.

Isso nos leva a argumentar sobre o gênero textual da obra em questão. A *Uita Caesarum* não se trata de uma coleção dos arquivos imperiais,<sup>4</sup> transcritos pelo autor, mas uma obra com estilo inovador para seu tempo. Suetônio não se preocupou com as formalidades da historiografia senatorial e superou Tácito nesse sentido. Esquivando-se dos padrões textuais de seu tempo, o biógrafo, neste caso, aproximou-se do estilo narrativo e literário, evitando as formalidades da escrita historiográfica que o precedeu (GASCOU, 1984, p. 707-708).

Temos, então, em Suetônio, um estilo que não segue obrigatoriamente a cronologia dos fatos, mas uma narrativa que alcança os limites da vida pública e privada dos Césares. De Júlio César a Domiciano, os temas inerentes a escrita suetoniana abordam o cotidiano, as festas públicas e cerimônias rituais (investiduras, festas religiosas e funerais); leis e costumes; listas de magistrados e outros nomes que pertenciam às casas imperiais (*domus*), bem como um interesse pelas qualidades dos *Principes* como sua conduta moral, ostentação e vulgaridade (MOMIGLIANO, 1990, p. 58-60). Sabemos, à vista disso, que a construção das *uitae* imperiais foram organizadas numa série de rubricas e palavras que transmitem uma aparente continuidade. A sequência da narrativa, portanto, é marcada pela introdução de novos tópicos, por vezes anunciados discretamente. Assim, foge da exposição cronológica do historiador tradicional para a divisão por títulos e comentários acompanhados de exemplos variados (WALLACE-HADRILL, 1984, p. 43-44). Um exemplo desse tipo de narrativa que não obedece necessariamente à cronologia pode ser visto em um trecho da *Vida do Divino Augusto*:

Tendo feito como se fosse um resumo de sua vida, agora tomarei suas várias fases uma a uma, não em ordem cronológica, mas pelos fatos, para torna-los mais claros e inteligíveis. (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, IX).

Suetônio apresenta os fatos sem a preocupação com a ordem cronológica o que lhe permite esclarecer momentos específicos das *uita* de seus personagens em qualquer parte do texto. Ele apresenta os fatos e repete-os sem objetividade com o intuito de esclarecer ao público as imagens construídas sobre os Césares. Segundo Paratore, a ausência de uma objetividade cronológica nas biografias dos imperadores, “permite a Suetônio abster-se de um juízo preciso, da natureza histórica e política, bem como do amontoado quase indiscriminado das

---

<sup>4</sup> Ainda que os arquivos imperiais tenham sido consultados por Suetônio, como acreditam os estudiosos do autor, sua obra não foi um resumo ou transcrição em grande parte dos manuscritos e cartas dos imperadores. Certamente, Suetônio consultou outras fontes de seu tempo para embasar suas biografias.

particularidades boas e más, é difícil, muitas vezes, deduzir também seu juízo de ordem moral que era para ele mais importante”. (PARATORE, 1983, p. 775).

No entanto, de acordo com nossa percepção, o comentário de Paratore inferioriza a obra de Suetônio ao reforçar que o autor se absteve da natureza histórica e política, reunindo informações indiscriminadas sobre a conduta dos imperadores. Seu juízo de valor se aplica pela tradição da narrativa helenística que, segundo Paratore, seria a única forma de qualificar a obra suetoniana como um texto literário de cunho relevante. O aspecto “juízo de ordem moral” que Paratore apresenta como praticamente nulo em Suetônio (a não ser que se considere a tradição helenística) é muito mais uma exigência formal do que uma propriedade intrínseca a um texto literário tão transparente como se revela o autor das biografias imperiais (SOBRAL, 2007, p. 14).

As relações entre história e literatura, bem como, a história narrativa, aproximam Suetônio dos leitores contemporâneos e permitem evidenciar a política romana sob outros aspectos. Apesar dessa identidade temática ligada à historiografia da época, a estrutura narrativa da obra de Suetônio leva o historiador moderno a colocar em discussão a posição hegemônica que foi conferida a determinadas obras históricas a ponto de torná-las como que as únicas chaves explicativas para se interpretar o Principado (JOLY, 2005, p. 125). Elas são uma mina de informações sobre antiguidades públicas e privadas, e garantem maior interesse por sua riqueza de anedota e detalhes curiosos, importantes representantes de um ramo da literatura antiga, dos quais poucos exemplos vieram até nós (ROLFE, 2013, p. 207).

Além de temas relacionados à vida pública e privada dos *Principes*, o autor se preocupou em relatar aspectos da ancestralidade romana. Na introdução de cada livro, correspondente ao imperador biografado, Suetônio faz um levantamento histórico da *gens* a qual o *Princeps* pertencia. Essa preocupação com as origens da família e a ancestralidade reforça a importância que o biógrafo dos Césares concedeu à *domus* Imperial. Vejamos um exemplo de como Suetônio abordou o assunto da ancestralidade de Augusto:

A família foi admitida no Senado pelo rei Tarquínio Prisco entre os clãs menores; foi posteriormente inscrita por Sécúrio Túlio entre os patrícios; no decorrer do tempo voltou para as fileiras dos plebeus; e depois de um longo intervalo foi restaurada ao grupo dos patrícios pelo Divino Júlio. O primeiro da casa a ser eleito pelo povo para uma magistratura foi Caio Rufo, que se tornou um questor. Ele gerou Cneu e Caio, de quem derivaram dois ramos da família octaviana, de posições muito diferentes; para Cneu e todos os seus descendentes, por sua vez, ocupavam os cargos mais altos, mas Caio e sua progênie, seja do acaso ou da escolha, permaneciam na ordem equestre até o pai de Augusto. O bisavô de Augusto serviu na Sicília na Segunda Guerra

Púnica como tribuno dos soldados sob o comando de Emílio Papo, seu grande amigo. Contente com os ofícios de uma cidade municipal e possuindo uma renda abundante, viveu para uma velhice tranquila. Esta é a conta dada por outros; o próprio Augusto simplesmente escreveu que veio de uma velha e rica família equestre, na qual seu próprio pai foi o primeiro a se tornar senador. Marco Antônio insultou-o com seu bisavô, dizendo que ele era um liberto e um fabricante de cordas do país Túrio, enquanto seu avô era um trocador de dinheiro. Isso é tudo o que consegui aprender sobre os antepassados paternos de Augusto. (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, II).

Suetônio apontou a ascendência equestre de Augusto. Sua família, ainda que de origem simples, serviu a *Res Publica*, por meio de alguns representantes magistrados, como o bisavô de Augusto que foi tribuno militar e o pai dele, Otávio, que alcançou a honra de senador. É importante ressaltar o destaque que Suetônio garantiu à família octaviana, ao dizer que foi inserida entre as famílias aristocráticas sob o governo dos reis Tarquínio Prisco e Sérvio Túlio e readmitida na *nobilitas* por Júlio César. Esse tipo de investigação garantiu a Suetônio sua consagração ao estilo biográfico. Seu propósito é uma declaração clara, em vez de adorno retórico ou efeito dramático. Suas ideias de um estilo apropriado aparecem no que ele diz sobre o de Augusto, muito do que pode ser aplicado a seus próprios escritos. Como se poderia esperar de um erudito, sua escolha de palavras é precisa e contundente, enquanto suas frases são, em geral, concisas e repletas de significado (ROLFE, 2013, p. 220).

O autor da *Vita Caesarum* foi um autêntico representante de um novo grupo social produzido pela nova ordem política estabelecida por Augusto e seus sucessores. Ele escolheu um novo modelo de escrita que se adequa melhor a essa nova ordem e assenta numa tradição diversa da historiografia romana produzida até então (GIUA, 1990, 535-559). Visto desse modo, a obra de Suetônio consagrou o gênero *uita* como forma de escrever história e esse costume levou à composição de biografias formais. Um tema bastante comum, além da ancestralidade e o valor da *domus*, foi publicação dos aspectos funerários, os quais são ressaltados como a celebração final e mais elogiosa de uma *uita* (ROLFE, 2013, p. 219).

A *domus* Augusta, como centro da temática suetoniana, permite compreender a inclusão de um círculo inteiro de parentesco (CORBIER, 1999, p. 246). Além disso, não se exclui da família aqueles que pertenciam à *domus* por laços não consanguíneos, como parentes por casamento e outros membros incluídos por laços de *amicitia*. Em Suetônio a ancestralidade é reforçada, visto que Augusto evoca o passado da *gens Iulia* como forma de legitimar sua ascendência divina. Assim, membros da *domus* Augusta eram inseridos na família por laços sanguíneos ou por matrimônio, como o caso de Agripa, o mais eminente personagem da *aula*

augustana que o próprio Augusto agregou à sua *aomus*, por intermédio de casamentos (MOREAU, 2005, p. 13). Além dessas relações sociais tão proeminentes no círculo do *dominus* ou *pater familias*, neste caso o próprio *Princeps* Augusto, a *domus* também se estendia além do espaço central onde situava-se a casa imperial, ou seja, o Palatino.

Corroborando à essa perspectiva, os argumentos de Philippe Moreau, segundo o qual a estrutura física da *domus* Augusta foi formada em um "grupo de bairros", e ao reconhecer que todos os seus membros não viveram sob o mesmo teto, o autor notou que eles ocuparam um conjunto de contíguos próximos para criar um distrito de linhagem. Os membros da *domus* Augusta se agruparam no Palatino como uma forma de "residência coletiva", agregando os locais de residência dos personagens que provavelmente pertenceram à *domus* Augusta (Cf. MOREAU, 2005, p. 13). Essa ligação entre os espaços da *domus* revela que a casa imperial não é o centro familiar que liga os parentes somente por afeto, mas é também o lugar de exercício da *auctoritas* do *Princeps*.

Segundo Wallace-Hadrill (2008, p. 288), dentro desse círculo de casas e parentes, três grupos podem ser amplamente distinguidos na *domus* imperial: a família imperial (*gens*); o grupo servil dos escravos e libertos; e os amigos, agregados por laços de *amicitia*. Os dois primeiros representam os "de dentro", a *domus* ou *familia Caesaris*, entre os quais, esposas e filhos desempenham um papel central na vida da corte. Outros parentes foram externamente ligados e muitos membros da família imperial se mantiveram separados. A rede familiar, excepcionalmente difusa, construída por Augusto explica a estrutura física do palácio em seu dia como um nexo de casas parcialmente distintas: mesmo Tibério, na última década do governo de seu pai adotivo manteve a família separada na *domus* tiberiana, enquanto Caio Germânico, sobrinho de Tibério, tinha a sua própria casa, no Principado do tio. A composição e os rituais da corte imperial foram desenvolvidos por intermédio de padrões entre os grupos da *nobilitas* romana em geral. Devemos enfatizar, portanto, a importância dos ritos funerários nesse contexto.

A família adquire uma participação ímpar na celebração do funeral. Um dos ritos é a procissão fúnebre, por exemplo, onde a família ocupa o lugar de principal agente do cortejo: a rota seguida por essa procissão, os discursos funerários que serão pronunciados, quem ou quem os pronuncia e onde são pronunciados, o local de cremação ou enterro, sinais que prenunciam a divinização e tantos detalhes são determinados pela família. E de acordo com o que foi dito, não é surpreendente que já exista uma longa tradição de estudo acerca dos funerais romanos,

em geral, sobre o *funus publicum* e o *funus imperatorium* em particular e as celebrações associadas a este evento: a *laudatio* fúnebre, o culto imperial, a *consecratio*. E, claro, o mesmo acontece com as obras de Tácito e Suetônio que apresentam a mesma narrativa, porém, sob diferentes perspectivas e gêneros textuais (MARTÍNEZ, 2015, p. 47).

## 2.1 – Biografia e história na perspectiva latina em Tácito e Suetônio

Autores da historiografia contemporânea (*e.g.* PERCIVAL, 1980; LINDSAY, 1993; PELLING, 2009; WALLACE-HADRILL, 2013; HURLEY, 2013, entre outros) têm buscado evidências sobre as relações entre Tácito e Suetônio, sobretudo, a partir da hipótese, segundo a qual Suetônio teria utilizado a obra de Tácito como fonte. O período de publicação das obras de ambos os autores teria ocorrido na mesma época, no início do século II d.C. Os estudiosos também questionaram sobre a possível influência de Tácito sobre Suetônio, pois os *Anais* teriam sido publicados, pelo menos em parte, em 118 d.C., provavelmente a tempo de terem sido consultados por Suetônio, antes da publicação de sua obra *A vida dos Césares*, que ocorreu entre 119 d.C. e 122 d.C. (POWER, 2014, p. 205).

Partindo dessas premissas, destacaremos as considerações do pesquisador Tristan Power, em seu artigo publicado em 2014 para a Revista de Estudos Romanos de Cambridge. O autor refutou a tese de autores, segundo a qual, Suetônio teria escrito suas biografias como complementação da obra tacitiana ou como projeto crítico da mesma (TOWNEND, 1967, p. 89). Power apresentou sua crítica, sobretudo, acerca das argumentações do historiador alemão Gavin B. Townend que, seguindo a perspectiva de Ronald Syme, afirmou que a obra de Suetônio se constituiu como suplemento às lacunas deixadas por Tácito em seus *Anais*. As especulações dessa teoria também conduziram autores como Lindsay a questionar se a inclusão de Júlio César na coleção biográfica de Suetônio não teria sido também uma forma de corrigir os silenciamentos de Tácito que mencionou raras vezes o ditador romano (LINDSAY, 1993, p. 4-5). Sob essa perspectiva Syme (1958, p. 502) afirmou que Suetônio calculou corretamente o gosto de seu próprio tempo. Os leitores foram atraídos para os itens pessoais que a história formal desprezou. Havia espaço para uma oposição ou suplemento para os *Anais*. Dessa forma Power argumenta que,

Suetônio é considerado "suplementar" a Tácito e, dessa maneira, se apresenta corrigindo-o sutilmente. Neste artigo, primeiro irei rastrear a origem desse ponto de vista, que pode ser encontrado em um argumento de 1967 por

Townend, a partir de três sutis alusões aos *Anais*, bem como na descrição anterior de Syme sobre a relação de Suetônio como ‘suplemento’ para o historiador latino. Identificar essa origem é necessário, porque muitas vezes há uma aceitação não declarada da teoria das correções de Tácito em Suetônio, que se pensa ter sido provado e viável há muito tempo, poucos estudiosos tomam o tempo para investigar, ou até mesmo citar, suas bases. Os efeitos do argumento de Townend, em particular, continuam a ser sentidos, haja vista que não foram sistematicamente refutados. Como base para essa refutação, será feito um apelo aos modelos mais atuais para a prática da alusão em textos antigos. Devo, então, passar pelas alusões propostas por Townend uma a uma na segunda parte deste artigo, para mostrar como elas não constituem de fato uma base suficiente para a probabilidade de que Suetônio aludiu a Tácito (POWER, 2014, p. 206).

No trecho supracitado, Power apresenta o objetivo de sua crítica. Ele compara Tácito e Suetônio, a partir do tema da sucessão imperial sob Tibério, e utiliza alguns trechos da documentação, tanto dos *Anais*, quanto da biografia dos Césares de Suetônio, haja vista que ambos tratam do mesmo tema, porém sob diferentes perspectivas (POWER, 2014, p. 209-210). Nosso objetivo, portanto, é elucidar o debate comparativo, apresentado por Power, entre as duas narrativas. O autor analisou exemplos da teoria das alusões ou correções tacitianas, um deles se refere em como Suetônio tratou o tema da sucessão imperial, a partir da *domus* Augusta. Neste caso, observa-se que o biógrafo Suetônio teria refutado a crença de que Augusto escolheu Tibério apenas para lançar boas ações como alívio à inquietação crescente em Roma, acerca da sucessão (POWER, 2014, p. 209). Nesse sentido, destacamos ademais alguns trechos da documentação que Power analisou com base na perspectiva crítica da teoria das alusões.

Tal como se verifica ao longo da narrativa, Power indica primeiro um trecho dos *Anais* no qual Tácito teria tratado o tema da sucessão com aversão. Em seguida, Power transcreve a narrativa de Suetônio sobre o mesmo tema e comenta, com inferências críticas, a relação estabelecida entre os dois escritores clássicos pelos teóricos das alusões.

Mesmo na adoção de Tibério para sucedê-lo, o motivo não era afeto pessoal, nem respeito à *res publica*: ele havia lido o orgulho e a crueldade de seu coração e tinha procurado aumentar sua própria glória com o mais vil dos contrastes. Para Augusto, alguns anos antes, ao solicitar aos padres que renovem a concessão da *tribunicia potestas* a Tibério, teve, no curso do discurso, deixar calar algumas observações sobre o comportamento, o vestido e os hábitos que foram oferecidos como uma desculpa e projetados para repreensões. No entanto, seu funeral ocorreu normalmente; e um decreto seguiu, dotando-o de um templo e ritos divinos. (TÁCITO, *Anais I*, X).

Tácito apresenta a adoção de Tibério como constraste, visto que Augusto, ao olhos do historiador foi um governante virtuoso, mas que, ao final da vida, adotou o enérgico Tibério que, para Tácito, foi o primeiro dos imperadores claudianos a representar a decadência moral do Principado. Além disso, o próprio Augusto nutria certo desprezo pela personalidade do enteado: “mesmo na adoção de Tibério para sucedê-lo, o motivo não era afeto pessoal nem respeito para a *res publica*”. (TÁCITO, *Anais I, X*). Em Suetônio, o tema da sucessão é tratado sob outra perspectiva:

Eu sei que é comum acreditar que, quando Tibério saiu da sala depois dessa conversa confidencial, Augusto foi ouvido por seus camareiros para dizer: "Alas para o povo romano, ser molhado por mandíbulas que se agravam tão devagar!" "Eu também estou ciente de que alguns escreveram que Augusto tão abertamente e sem reservas desaprovava seu modo austero, que às vezes interrompia sua conversa mais livre e leve quando Tibério apareceu, mas isso superado pelas súplicas de sua esposa, ele não rejeitou sua adoção, ou talvez até seja levado por considerações egoístas, que com esse sucessor ele mesmo poderia um dia ser mais lamentado. Mas, afinal, não posso ser levado a acreditar que um imperador de extrema prudência e previsão atuou sem consideração, especialmente em uma questão de tão bom momento. É minha opinião que, depois de pesar as faltas e os méritos de Tibério, ele decidiu pela sua adoção, visto que, especialmente porque jurou diante das pessoas que ele estava adotando Tibério para o bem do país e faz alusão a ele em várias epístolas como um poderoso general e a única defesa do povo romano. Na ilustração desses dois pontos, acrescento alguns extratos dessas cartas. (SUETÔNIO, *Tibério XXI, II-III*).

Power afirma que, embora Suetônio às vezes generalizava a partir de instâncias específicas, transformando singulares em plurais, não há razão para pensar que “*aliquos tradidisse – alguns escreveram*”, se refira à Tácito, mesmo que transpareça uma única fonte. Por um lado, Suetônio relata os detalhes que foram desconhecidos por Tácito sobre a opinião de Augusto a respeito de Tibério, como a exclamação que ele cita, que sem dúvida teria sido encontrada na mesma fonte que a teoria sobre o motivo de Augusto para a adoção do enteado (POWER, 2014, p. 210).

Os autores que defendem a teoria das alusões, argumentam que Suetônio refutou essa crença com base na narrativa tacitiana que, apresenta a sucessão como uma “discrepância” recorrente ao fato de que Augusto, mesmo tendo sido um bom *Princeps*, aos olhos de Tácito, falhou ao final da vida ao indicar o enteado Tibério, com sua personalidade enérgica, como sucessor no exercício do Principado. Para Suetônio, entretanto, Augusto deveria aparecer como um bom imperador programático nos *Caesares*. Portanto, o biógrafo deve se esforçar para refutar a adoção como objeto de crítica. O papel exemplar de Augusto na coleção biográfica de

Suetônio é um motivo muito maior para o autor do que um diálogo polêmico com Tácito. Afinal, Suetônio, finalmente, considerou o Principado criado por Augusto como uma benção, enquanto Tácito o enxergava de forma mais pessimista. Essa, talvez, tenha sido uma razão ideológica que também pode explicar a discrepância entre as interpretações de ambos autores. (POWER, 2014, p. 211).

Portanto, dentro desse quadro analítico, concordamos com Power, segundo o qual, a teoria das alusões tacitianas em Suetônio, não é convincente, pois o biógrafo teria utilizado fontes originais do primeiro século para a composição de sua obra. A coincidência entre os estilos narrativos das obras de ambos são um tributo ao foco ocasional semelhante entre duas mentes imperiais romanas, o que era inevitável mesmo para as obras de escritores anteriores. Nesse sentido, uma vez que nenhuma evidência sólida para o uso específico de Tácito pelo biógrafo fora oferecida, o material de origem que eles sabiam ter compartilhado é a única explicação convincente para as correspondências entre eles. A obra *A vida dos Césares* não parece estar em dívida com os *Anais*, e não se pode dizer que o autor deste último tenha inspirado o primeiro. Ora, como propõe Power (2014, p. 219), Tácito não inventou os Césares como um tema literário. Sem Tácito, ainda haveria um Suetônio.

Outros autores da historiografia contemporânea desviaram Suetônio da tradição historiográfica latina e relegaram sua obra à um trabalho erudito de mera reunião de fatos desconexos (JOLY, 2005, p. 114). Wallace-Hadrill corrobora essa visão, pois segundo este, “Suetônio não tem um lugar na história do ideal político republicano. Ele evita tratar da política. Sem o elemento dinâmico da narrativa e não pode, como Tácito, descrever as tensões entre imperador e Senado, o conflito entre Principado e liberdade”. (WALLACE-HADRILL, 1993, p. 110). De fato, parece-nos possível deduzir que Suetônio realmente não se preocupou com o debate pujante da tradição historiográfica senatorial da qual Tácito é um representante exemplar. O estilo narrativo dessa tradição parece enfatizar com insistência a relação entre a liberdade (*libertas*) republicana e a escravidão (*seruitus*) sob a qual o Senado e as magistraturas estavam resignados no contexto do Principado. Como parte desse diálogo, Fábio Joly comenta que,

o contraste entre Suetônio e Tácito se dá em dois níveis, temático e estilístico. Por um lado, cobra-se do biógrafo a análise das relações entre imperador e Senado que a historiografia senatorial costumava abordar como uma tensão entre liberdade (*libertas*) e escravidão (*seruitus*). Por outro, critica-se a falta de uma narrativa propriamente cronológica e não uma coleção de fatos episódicos, muitas vezes de tom anedótico (JOLY, 2005, p. 114).

Joly argumenta que a diferença entre os autores também perpassa pela temática abordada em suas obras. O estilo linguístico e o gênero literário, portanto, não são os principais indicativos das diferenças narrativas entre Tácito e Suetônio. Em nossa percepção, Tácito enfatizou a dialética entre *libertas* e *seruitus*, a partir do seu lugar de fala, ou seja, o Senado romano. Suetônio abandonou os padrões textuais e a formalidade da escrita senatorial, para atribuir ênfase à *domus* imperial. A política romana sob o Principado, na perspectiva do biógrafo, perpassa pelos trâmites da família e suas relações com a *nobilitas* romana. De modo geral, a *domus* incorporou a política no Principado, pois, em termos práticos, agregou assuntos domésticos, como a sucessão imperial e também públicos como o recebimento de embaixadas, deliberações políticas e proscições (Cf. OMENA, 2016, p. 70).

Em Tácito, portanto, o primeiro livro dos *Anais* se inicia com a descrição da morte e a celebração do funeral como o próprio autor elucida: “eis o meu desígnio em tratar uma pequena parte (a conclusão) do Principado de Augusto.” (TÁCITO, *Anais I*). Em Suetônio, a descrição do funeral se insere no debate acerca do culto imperial e a divinização do *Princeps*, elementos sob os quais a memória, não só de Augusto, mas da sua *domus* se constituem como tendências à perpetuação. Para isso, Suetônio não obedeceu ao rigor da cronologia para construir a memória dos *Caesares*, como ele mesmo afirma: nota-se, portanto, que o autor biografou os primeiros imperadores, incluindo o ditador Júlio César como antecessor do Principado, tendo em vista elucidar o valor da ancestralidade das *gentes* sob as quais a *domus* Augusta se erigiu para consolidar o Principado. Também procuramos enfatizar a temática abordada em seus diferentes gêneros textuais, o que para nós, é fundamental para compreender o Principado de Augusto e a narrativa apresentada pelos autores acerca do funeral imperial.

## **2.2 – História e escrita senatorial em uma narrativa grega: o Principado de Augusto na perspectiva de Dion Cássio**

O trabalho com as fontes, sob as quais desenvolvemos a pesquisa, nos permite investigar a produção historiográfica em Roma a partir de diferentes narrativas e contextos. O tema dos funerais romanos pode ser apreciado em diversas obras dos autores latinos, mas também não foi esquecido pela produção historiográfica e literária do mundo grego. Dessa forma, entenderemos que os rituais fúnebres, sobretudo, os funerais imperiais foi tema para a investigação dos historiadores e biógrafos do Principado, tanto latinos quanto gregos, haja vista

que, os funerais garantiram a sucessão dos *Principes*, e legitimaram a *auctoritas* das casas imperiais, representadas pela institucionalização da *domus*. Nesta mesma linha analítica, há de se destacar que os pormenores da obra do historiador grego Dion Cássio acerca da *domus* Augusta. Sabe-se que o autor foi um iminente senador romano, contemporâneo das guerras civis que findaram a época dos Antoninos, e funcionário da *domus Severiana*.<sup>5</sup>

Ao analisar a obra de Cássio encontramos alguns percalços por ocasião dos fragmentos perdidos. Ao que nos parece, dos oitenta livros de sua *História Romana*, os primeiros trinta e sete só restam fragmentos e os livros posteriores estão quase todos completos, cobrindo um período que se estende da República tardia ao Principado de Alexandre Severo. Do texto da *Historia Romana* de Dion Cássio foram preservados apenas os livros 36 a 54; fragmentos substanciais dos livros 55 a 60, e em uma seção que abrange parte dos livros 79 a 80 (que contemplam a morte de Caracala até a metade do Principado de Heliogábalo). Portanto, dentro desse quadro analítico, traçaremos algumas considerações sobre o problema da periodização na obra de Cássio. O autor escreveu sobre os períodos da República e do Principado sob diferentes perspectivas, isso não seria apenas um problema, mas é parte integrante do tipo de história que ele deseja escrever. Fergus Millar afirmou que a obra de Dion Cássio não formulou um ponto de vista geral sobre a história de Roma. O que ele produziu foi um registro histórico contínuo, justificada pela contemplação de longos períodos da história romana até onde o autor pôde conduzir (MILLAR, 1964, p. 118). As transições do final do período republicano, as guerras civis e a carreira de Otávio Augusto foram temas que receberam grande espaço de escrita no texto de Dion Cássio. Esses fatos foram importantes para entender como o historiador grego relacionou a história romana com a de seu próprio tempo. A história do Principado foi tema principal da narrativa de Cássio para explicar a permanência desse sistema e o poder dos imperadores de sua época, ou seja, os severos.

Adam Kemezis (2014, p. 92) salienta que Dion Cássio abrangeu grandes períodos da história de Roma e os transferiu do latim para o grego,<sup>6</sup> além de renovar tradições

---

<sup>5</sup> A *domus* Severiana foi legitimada em 193 pelo imperador Lúcio Sétimo Severo quando este foi aclamado *Princeps* após a guerra civil ocasionada após o fim do Principado de Cômodo. Sétimo Severo inaugurou o que a historiografia definiu como Dinastia Severa e entre seus sucessores, destacam-se: os irmãos Caracala e Geta; os primos Heliogábalo e Severo Alexandre.

<sup>6</sup> Autores como Potter (2011, p. 333) afirmam que Dion Cássio optou pelo idioma como uma escolha consciente para diferenciar sua obra das narrativas históricas latinas sobre os imperadores romanos. Além disso, em nossa percepção, a escrita em grego favoreceu a difusão das narrativas imperiais sobre o oriente helenístico. Estudos relevantes foram desenvolvidos sobre o assunto como as obras de Flach (1973) e Rich (1990), entretanto, esse estudo não será tema de investigação neste tópico, haja vista que nosso principal foco analítico perpassa a compreensão do contexto histórico-político de Dion Cássio e seu relato acerca da *domus* Augusta.

historiográficas esquecidas como o estilo da narrativa senatorial, desaparecido desde Tácito. Em um trecho do livro LXXIII, Cássio apresentou um relato sobre o que o levou a escrever a longa história de Roma. Segundo o autor, o trecho sobre as guerras da Germânia, durante o governo de Marco Aurélio, foi bem aceito pelo imperador Sétimo Severo que o inspirou a escrever tudo sobre os romanos (KEMEZIS, 2014, p. 94). Vejamos como o historiador apresentou sua proposta de escrita:

Assim, na minha própria narrativa sobre os eventos, na medida em que eles precisam ser mencionados, eu direi tudo que estará de acordo com os relatos feitos pelo povo, seja verdade ou não. Além desses relatos, no entanto, a minha opinião será apresentada, na medida do possível, sempre que puder, da evidência que tirei da minha leitura, do boato e do que eu vi, para formar um julgamento que difere dos relatos comuns (DION CÁSSIO, *História Romana* LIII, XIX).

Dion Cássio afirma que sua narrativa contemplará diferentes relatos sobre um fato histórico, o que lhe permite escrever um mesmo evento sob diferentes perspectivas. Isso nos leva a argumentar que esse tipo de narrativa não é apenas uma forma estilística, mas parte do tipo de história que ele quer escrever. O objetivo retórico só poderá ser alcançado, neste caso, por meio de uma narrativa longa de várias maneiras diferentes (KEMEZIS, 2014, p. 97). Além disso, essa narrativa permitiu a Cássio, inferir sobre sua própria escrita ao destacar sua percepção sobre o evento. Trata-se de um mecanismo retórico que viabiliza apresentar os contrastes das opiniões e a apreensão do autor, sobre aquele evento, à ótica de sua própria época.

Com Cássio, a escrita de histórias completas sobre Roma terminou com uma obra escrita em grego por um senador romano. Ainda mais significativo talvez do que isso é a similaridade de sua posição social para a escrita da história de Roma, que era quase a reserva exclusiva dos senadores, daqueles que estabeleceram a oficialidade do latim com destaque para escritores como Salústio, Asínio Polião, Veléio Patérculo e Tácito, historiadores senatoriais pouco conhecidos no início do Principado. Dos historiadores de Roma que não foram senadores nem équites muitos estavam de alguma forma ligados a senadores proeminentes ou diretamente aos imperadores, como libertos, *ab epistolis* ou protegidos (MILLAR, 1964, p. 6).

Assim, a escrita senatorial foi um requisito fundamental para as narrativas acerca da história de Roma, conforme supracitado, encontramos inúmeros exemplos entre os senadores latinos, porém Dion Cássio é um destaque entre os gregos e foi significativa a escrita da história de Roma em língua grega em um momento específico do Principado, onde o Oriente parecia adquirir maior valor e destaque econômico do que o Ocidente. Torna-se, então, relevante

analisar o contexto em que a obra de Cássio foi escrita para compreender a intencionalidade do autor. Sabe-se, como já mencionamos, que o historiador grego iniciou seu trabalho de longas linhas após a morte do imperador Cômodo. Cássio menciona uma obra com a qual abriu sua carreira literária: um panfleto de sonhos e presságios pelos quais Severo foi avisado sobre a história das guerras na primeira parte do Principado de Sétimo Severo. Deste documento Dion Cássio diz que publicou e enviou uma cópia para o imperador Severo, que respondeu com um reconhecimento caloroso e favorável na mesma noite.

O cenário parece claro: a primeira estadia de Severo em Roma como imperador, em junho de 193, após sua marcha da Panônia. Além disso, o período perigoso e desagradável quando o novo imperador se estabeleceu na capital como chefe de seu exército era apenas o momento para um senador fazer alguma forma de propiciação. Foi nesse momento de tensões políticas que o trabalho de Dion emergiu. O contexto sugere novamente que Severo estava em Roma no momento em que o trabalho foi concluído. A data deve, portanto, ser 196, 197 ou não até o verão de 202, quando ele finalmente retornou do Oriente. Parece improvável que Severo, que nesse ano comemorou sua década e o casamento de seu filho. Dion deveria ter incluído o último ato das guerras civis, a grande vitória de Severo sobre Clódio Albino em 197. A chegada de Severo a Roma mais tarde naquele ano motivou a Dion para apresentar seu trabalho histórico, que poderia incluir pelo menos a expedição para a Mesopotâmia em 195, e que era a partir desse momento, ele começou seu grande trabalho, toda a história da Roma desde a sua fundação (MILLAR, 1964, p. 29).

Assim, o trabalho de Dion Cássio torna-se relevante a nós pela atenção especial que o autor concedeu aos funerais imperiais. A narrativa sobre o Principado de Augusto e seu funeral foi registrada entre os livros 51 a 56. Cássio faz referências bastante frequentes sobre suas fontes nos livros sobre Augusto, mas não revela os nomes nem qualquer coisa de seu caráter, e não podemos sequer dizer se suas fontes primárias estavam em latim ou grego. No entanto, várias passagens indicam um relacionamento próximo com Suetônio. Não pode haver prova de que Dion Cássio tenha mesmo usado Suetônio diretamente, embora seja uma possibilidade atraente e uma objeção que, em seu relato da morte de Augusto, ele retira o relato de Suetônio, de como o imperador teve seus amigos próximos em seu leito de morte e como eles o aplaudiram quando ele morreu. Cássio também menciona o ditado de Augusto, que Suetônio registra: "Eu encontrei Roma em tijolos e a revesti com o esplendor do mármore." O relato sobre o funeral de Augusto também é muito similar entre Cássio e Suetônio. Ambos mencionam que o *Princeps* foi honrado

com duas orações fúnebres, uma pronunciada por Tibério e a outra pelo filho dele, Druso. Essas evidências são claras, mas como não há provas de que Dion Cássio tenha realmente utilizado Suetônio como fonte, as evidências são apenas conjecturas. Fato importante é que ambos os autores nos serviram como fonte para garantir uma visão detalhada do Principado de Augusto e de seu funeral.

Nesse sentido, encerramos aqui o capítulo sobre o contexto histórico e temático das obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio, para então transferimos nossa análise ao contexto histórico de Augusto e sua trajetória política. No próximo capítulo, traçaremos um quadro analítico sobre a temporalidade de sua carreira pública desde o assassinato de Júlio César, seu tio-avô e pai adotivo, até basicamente o ano de sua morte, assunto que será contemplado no terceiro capítulo para compreender os fatos subsequentes que correspondem ao funeral do imperador. O próximo capítulo também contemplará detalhes da morte de César e seu funeral, a ascensão de Otávio como *Filius Divi*, os títulos de Augustus e *Princeps* e a consolidação da *auctoritas* augustana, bem como a formação da *domus* Augusta, tema que foi interesse tanto de Tácito, quanto de Suetônio. Encerraremos o capítulo com um estudo sobre os trâmites que envolveram a sucessão de Augusto e a consolidação do poder de Tibério, sucessor e *Princeps* após a morte de Augusto.

**CAPÍTULO 2**  
**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE OTÁVIO AUGUSTO**

Os romanos tinham um ávido desejo pela produção de memória e a morte era um momento para isso, tendo em vista que os mortos eram sempre celebrados como cidadãos proeminentes e a morte era evento que celebrava a identidade romana e a perpetuação dos valores tradicionais do *mos maiorum*. Celebrar a morte, era ao mesmo tempo celebrar a vida e é por isso que a memória do funeral de Otávio Augusto se torna o objeto principal da nossa pesquisa. Segundo Suetônio, o *Princeps* Augusto deixou claro que após sua morte desejava ser lembrado como o fundador do melhor governo: “que eu seja lembrado como o autor do melhor governo e leve comigo, ao morrer, a esperança de que os fundamentos da *Res Publica* lançados por mim restarão solidamente assentados” (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XVIII). Otávio Augusto foi tradicionalmente reconhecido como o fundador do Principado, após um longo período de conflitos internos, desde a morte de Júlio César, seu tio e antecessor, à consolidação de sua *auctoritas* em 27 a.C. As reformas de Augusto possibilitaram a estruturação de uma nova modalidade de governo que a historiografia denominou de Principado.

O objetivo das reflexões desenvolvidas neste capítulo, portanto, é apresentar o debate historiográfico, respaldado em fontes documentais, relacionado ao contexto histórico que envolve a vida pública de Otávio Augusto, partindo, a priori da análise contextual do assassinato de Júlio César em 44 a.C., seu funeral e sua posterior *consecratio* (divinização) que permitiu à Otávio sua legitimação na *Res Publica*. Interessa-nos também os fatos que sucederam esses episódios como os trâmites políticos que permitiram a consolidação da *auctoritas augustana*; a construção da nova modalidade de governo conhecida como Principado e a formação da *domus* Augusta como um sistema complexo do Principado, formado a partir da casa imperial e palco das discussões políticas do período Augustano. Ademais, para a finalização do capítulo, torna-se imprescindível o debate sobre a morte do *Princeps* para o contexto da sucessão imperial. Contexto este, que envolveu a *domus* Augusta e os membros das *gentes Iulia* e *Claudia*, os quais tiveram uma participação significativa nos momentos finais da vida de Augusto, bem como no início do governo de Tibério, seu enteado e sucessor.

## **2.1 – A vida política de Otaviano: do assassinato de Júlio César ao início do Principado**

A ascensão de Júlio César ao poder, entre 60 a.C. e 44 a.C., se inseriu no contexto de transformações da República tardia. A atuação política dos militares, desde Mário e Sila, marcou o acirramento de um confronto entre as instituições republicanas tradicionais e o grupo social dos

militares. A solução encontrada por César para a amenização desse confronto foi a centralização do poder por intermédio do título de ditador perpétuo (*dictator in perpetuum*) com o qual ele foi nomeado. No auge de seu poder, César emitiu decretos e ordens, consultando raramente o Senado. O programa político de César, no entanto, só poderia ser levado adiante se a ordem política estabelecida fosse considerada, haja vista que o Senado romano possuía grande prestígio social e político.

Com isso, a presença de César no poder deixava o Senado dividido em duas facções: de um lado, estavam os aliados do ditador que pertenciam ao grupo dos *populares*; de outro, os chamados *optimates* que defendiam os princípios republicanos e o consideravam tirano, uma vez que, segundo as acusações, almejava se fazer rei. Entretanto, a política de César era mantida pelo apoio popular e sua ditadura já durava cinco anos. A solução encontrada pelos *liberatores*,<sup>7</sup> grupo composto por sessenta senadores do grupo conservador, seria o assassinato de César, plano executado no dia 15 de março do ano 44 a.C.

Ao se sentar, os conspiradores se juntaram sobre ele como para lhe prestar homenagem, e logo Túlio Cimber, que assumiu a liderança, aproximou-se para lhe perguntar algo. Quando César com um gesto dispensou-o para outro momento, Cimber pegou sua toga por ambos os ombros; enquanto César dizia: isso é violência! Um dos Cascas esfaqueou-o de um lado logo abaixo da garganta. César pegou o braço de Casca e o furou com seu buril, mas, enquanto tentava se defender, ele foi paralisado por outra ferida. Quando se viu atacado por todos os lados por punhais esticados, ele enrolou o seu manto sobre a cabeça e, ao mesmo tempo, com a mão esquerda desenrolou as pregas de suas vestes até os pés para cair decentemente, com a parte inferior do seu corpo também coberta. E nesse sentido, foi esfaqueado com vinte e três feridas sem pronunciar uma palavra, mas apenas um gemido no primeiro golpe. Alguns escreveram que, quando Marco Bruto correu para atacá-lo, ele disse em grego: "Você também, meu filho?" Todos os conspiradores saíram, e ele ficou lá sem vida por algum tempo, até que finalmente três escravos comuns o colocaram em uma liteira e o levaram para casa, com um braço pendurado. E de tantas feridas, nenhuma se mostrou mortal, exceto aquela segunda ferida, que na opinião do médico Antistio, atingiu-o no peito (SUETÔNIO, *Divino Júlio*, LXXXII).<sup>8</sup>

O cenário do assassinato de César, descrito por Suetônio, é a representação do confronto entre as duas forças políticas, as quais mencionamos anteriormente. A descrição do autor apresenta César como alvo da conspiração e ao mesmo tempo como o general imponente que,

<sup>7</sup> Segundo Goodman (1997, p. 30), Cícero aplaudiu os assassinos de César e os chamou de *liberatores*. Essa construção dialética revela a oposição contra César em detrimento dos valores republicanos. Os assassinos, mesmo cometendo um crime público, aclamaram para o si a designação de libertadores da *Res Publica* e defensores da *dignitas* de seus ancestrais contra a tirania de um ditador.

<sup>8</sup> Tradução nossa da versão em inglês.

mesmo ferido com o primeiro golpe, ainda consegue atingir o seu oponente com um buril. Andrew Lintott (2009) afirma que a maioria dos relatos sobre o assassinato de César foram escritos cento e cinquenta anos depois do acontecimento. Portanto, todos esses relatos são da época do Principado, quando a imagem de César como “herói fundador do melhor governo era inevitável aos imperadores” (LINTOTT *In* GRIFFIN, 2009, p. 72). Suetônio reforça essa imagem positiva do ditador romano que, mesmo durante a morte, conservava uma postura nobre. Recordemos alguns trechos supracitados para corroborar a essa afirmação: “foi então que se viu trespassado por vinte e três punhaladas, sem pronunciar uma palavra e não tendo soltado nenhum gemido senão quando lhe deram a primeira punhalada” (SUETÔNIO, *Divino Júlio*, LXXXII)

Por outro lado, a historiografia apresenta diferentes perspectivas acerca deste cenário político dos “Idos de Março”,<sup>9</sup> sobretudo com relação aos senadores que assassinaram César. De acordo com uma dessas perspectivas historiográficas, a causa da conspiração contra César teria sido consequência de uma crise que emergiu durante a República tardia. Seguindo essa perspectiva, Grimal afirma que os assassinos de César “não tinham em mente que as instituições republicanas estavam condenadas por meio século de anarquia e pelo renovar quase incessante das guerras civis” (GRIMAL, 2008, p. 21). A ascensão dos militares e a expansão territorial teriam provocado o enfraquecimento do Senado e das instituições do poder republicano. O resultado desse enfraquecimento, segundo Norma Musco Mendes seria a consolidação do Principado, a partir da “concentração de poderes nas mãos dos imperadores em detrimento das instâncias que compunham o sistema republicano tradicional: magistraturas, Senado e assembleias populares” (MENDES, 2001, p. 31).

Entretanto, é preciso considerar que as instituições republicanas, na época do assassinato de César, ainda que ameaçadas pelo poder do *dictator*, representavam a força política da *nobilitas*, e não estavam enfraquecidas diante das eventualidades do século I a.C. Segundo Nathan Rosenstein (2006), a palavra latina *nobilitas*, geralmente traduzida como "nobreza", pode ser identificada também como “notabilidade” ou “celebridade”. A palavra tinha adquirido, pelo menos no início do segundo século, o significado secundário da aristocracia. A *nobilitas* em Roma se definia como uma elite interna e ainda acreditavam que seus ancestrais instituíram os cargos públicos e o consulado em particular (Cf. ROSENSTEIN, 2006, p. 399).

---

<sup>9</sup> Expressão comumente utilizada pela historiografia como referência ao dia do assassinato de Júlio César no dia 15 de março de 44 a.C. Optamos em utilizá-la nos parágrafos subsequentes em concordância com os autores citados.

Partindo dessas premissas, destacaremos considerações acerca desse grupo social que ainda nutria uma força política considerável, sobretudo, para manter e defender o poder das instituições republicanas. Isso nos leva a dialogar com Martin Goodman, por exemplo, que confronta essa visão de anarquia durante o período da República tardia. Este autor afirma que longe de ser um mergulho no caos, os *liberatores* argumentaram que sua ação poderia trazer um retorno à normalidade e, de fato, nos dias após os “Idos de Março”, se manteve a paz em Roma, até que a ameaça de violência supostamente espontânea pela multidão urbana os expulsou, primeiro de Roma e depois da Itália (GOODMAN, 1997, p. 30).

A tradição romana da República despertava um sentimento que era próprio da *nobilitas* senatorial: a defesa dos valores ancestrais e o repúdio à tirania. Esse sentimento era reforçado pelo pensamento grego recorrente a Platão, segundo o qual, os tiranos deveriam ser tratados como indignos. Marco Bruto foi um aderente à Academia Platônica na Grécia, e isso deve ter influenciado sua conduta, uma vez que ele estava convencido de que César se tornara um tirano (SEDLEY, 1997). Michael Parenti corrobora a afirmação, ao alegar que o assassinato de César, aos olhos dos conspiradores, seria considerado um tiranicídio. Um ato justo para romanos defensores da *Res Publica*. O esforço dos assassinos, portanto, não seria visto como um ato de traição, mas como um feito fundamentado no interesse do bem comum (PARENTI, 2003 p. 169-170). Vejamos uma citação de Plutarco em que os assassinos se posicionam como defensores da *libertas* republicana:

assim César foi morto, os senadores esperavam ver Bruto se apresentar para dizer algo sobre o que foi feito, mas ele não desejava que o ouvissem, e saiu de repente para fora, deixando assim as pessoas em confusão e medo, de modo que alguns deles fecharam suas casas, enquanto outros deixaram seus balcões e locais de negócios e saíram, primeiro ao lugar para ver o que aconteceu, então de longe viram o que tinha acontecido. Antônio e Lépido, os principais amigos de César, conseguiram refúgio nas casas dos outros. Mas Bruto e seu partidários, assim como estavam, ainda aquecidos do matadouro, exibindo suas adagas, foram todos, como um corpo, da casa do senado em marcha para o Capitólio, exibindo suas adagas, não como fugitivos, mas com os rostos alegres e cheios de confiança, convocando a multidão para liberdade, e acolhendo em suas fileiras o máximo distinto daqueles que os conheciam. (PLUTARCO, *César*, LXVII).

O ato da conspiração contra César, na linguagem de seus proponentes, respaldava-se na fundação da *Res Publica* quando os Tarquínios demonstraram que a instituição da monarquia se tornou intolerável pelos seus atos (LINTOTT, 2009, p. 73). Por isso, quando o comando dos reis, que tinha sido constituído para a promoção do interesse comum, transformou-se em

arrogância e dominação, Lúcio Bruto e outros membros da *nobilitas*, por meio do Senado, mudaram a prática e criaram para si mesmos comandos anuais e dois comandantes, os cônsules (LINTOTT, 2009, p. 73-74). A instituição da República, portanto, representava o fim da tirania para a garantia da liberdade e dos valores ancestrais. Cássio e Bruto revogaram o direito de defender esse mesmo sentimento, sobretudo, Bruto que tinha em sua linhagem o ancestral de mesmo sobrenome, como um dos fundadores da República. Parenti reforça que a historiografia, embora sob diferentes perspectivas, concorda com a opinião predominante entre historiadores antigos e modernos: os assassinos de César estavam empenhados em restaurar as liberdades republicanas, ao acabar com um usurpador despótico. Esta foi a justificativa oferecida pelos próprios assassinos (PARENTI, 2003 p. 1 e 2).

É importante ressaltar que o plano encabeçado por Cássio e Bruto foi fracassado pela estratégica ação do Cônsul Marco Antônio, lugar-tenente do exército de César e a subsequente revolta popular nos dias do funeral. Michael Lovano (2015, p. 39) apresenta informações consideráveis sobre os dias que se seguiram após o assassinato de César. Segundo o autor, em uma sessão do Senado, após a morte do ditador, Antônio procurou uma aparente aliança com os assassinos concedendo-lhes uma anistia, sob o pretexto de que o crime de assassinato fosse apagado. Nessa ocasião, os próprios conspiradores presentes concordaram com os associados de César, para permitir que as ações políticas do ditador fossem validadas e que seu corpo recebesse um funeral público.

A tentativa de Marco Antônio foi bem-sucedida, pois precisava do apoio do Senado para a execução dos ritos funerários. É válido ressaltar a importância dos ritos como dispositivos de poder para um membro da *nobilitas*, haja vista que, César, mesmo acusado de tirania e usurpação da *Res Publica* pelos *liberatores*, merecia o reconhecimento público de seus atos e o recebimento dos elogios fúnebres, pois era um membro da notável da *gens Iulia*. Para isso, por meio do Senado, a legislação garantia a execução do funeral. As leis romanas tentavam regularizar os funerais e existiam para evitar que as pessoas jogassem os cadáveres nas ruas e, igualmente, para proteger áreas suburbanas a serem usadas para esse fim (OMENA; FUNARI, 2016, p. 12). Todavia, o funeral de César, celebrado em 17 de março de 44 a.C., não seguiu os preceitos e ritos próprios da celebração de um funeral, já que alcançou um caráter de revolta popular. Tal perspectiva torna-se interessante ao apresentarmos as palavras de Suetônio:

Quando o funeral foi anunciado, uma pira foi erguida no Campo de Marte perto do túmulo de Júlia e nos *rostra* foi colocado um santuário dourado, feito ao modelo do templo de *Venus Genetrix*; dentro havia um sofá de marfim com cobertores de púrpura e ouro e na sua cabeça um pilar pendia com a túnica em que ele estava morto. Uma

vez que ficou claro que o dia não duraria o tempo suficiente para aqueles que ofereceram presentes, eles foram direcionados para trazê-lo ao Campo por todas as ruas da cidade que desejassem, independentemente de qualquer ordem de precedência. Nos jogos funerários, para despertar lágrimas e indignações por sua morte, as palavras do concurso foram extraídas do *Julgamento das Armas* de Pacúvio foram cantadas: “Me salvaram esses homens para que pudessem me assassinar?” E as palavras com uma expressão similar da Electra de Atílio. Em vez de um elogio, o cônsul Antônio fez com que um arauto recitasse o decreto do Senado no qual tinha votado a César todas as honras divinas e humanas de uma só vez e, igualmente, o juramento com que todos se comprometeram a vigiar a sua segurança pessoal, para o qual ele acrescentou algumas poucas palavras. (SUETÔNIO, *Divino Júlio*, LXXXIV).

A organização do funeral teve caráter popular em todos os aspectos. Há uma intencionalidade no texto de Suetônio, quando descreve as lágrimas de indignação do povo, despertadas durante a execução dos ritos funerários. No funeral de César, a cerimônia foi além das práticas funerárias comuns. O canto fúnebre que evocou a obra de Pacúvio recordou ao povo que César foi, de fato, assassinado como vítima de uma conspiração. O lamento do cântico e a música própria da cerimônia são elementos constitutivos do ritual (ARCE, 1990, p. 46), por isso a escolha do canto a partir da obra de Pacúvio, despertou o lamento público poucos minutos antes de Marco Antônio, por fim, pronunciar o discurso fúnebre para recordar os feitos do ditador.<sup>10</sup> De acordo com Plutarco, Antônio pronunciou esse discurso elogioso e ao final: “sacudiu as vestes ensanguentadas e perfuradas do defunto, chamando aos responsáveis pelo atentado de assassinos” (PLUTARCO, *Antônio*, XIV).

Alguns, entre o povo que acompanhava os funerais do ditador, fugindo às práticas funerárias, cremaram o cadáver no Fórum, ação que ameaçava a integridade dos assassinos. Antônio aproveitou esta ocasião para desfrutar sua vantagem como Cônsul e adquirir o apoio popular em uma investida contra os *liberatores*. Ele criou um tumulto, não pelo discurso, embora ele tenha criticado os assassinos, mas pela exibição orquestrada do cadáver de César e a leitura de seu testamento, que legou dinheiro a todos os cidadãos (LOVANO, 2015, p. 40). Nota-se, no entanto, que, de acordo com Suetônio, essa oração foi um pretexto para a recitação do decreto senatorial por um arauto. Decreto este em que os senadores haviam votado a César todas as honras divinas e humanas.<sup>11</sup> Em face da fúria popular, causada pelo discurso de

<sup>10</sup> Erick Otto Gomes (2015, p. 55) comenta que as *laudationes funebres* apareciam como um momento privilegiado no qual era realizada uma oração laudatória em memória do morto em seu cerimonial fúnebre. Assim, as orações fúnebres expressavam a experiência social da morte, as quais incidiam nas práticas dos cerimoniais, em ritos e em simbologias que se transformaram em espetáculos de poder. Partindo desse contexto, consideramos que as imagens produzidas nas representações fúnebres promoviam a imagem pública do morto, uma imagem digna de lembrança, pois o indivíduo estaria vinculado, assim, à *uirtus* romana (OMENA; SILVA, 2013).

<sup>11</sup> A documentação, entretanto, não revela quais tipos de honras divinas César teria recebido. Cícero em um trecho das *Filípicas* II teria mencionado César como *Diuus Iulius* ao contestar a investida de Marco Antônio que teria

Antônio, Cássio e Marco Bruto, embora fossem os pretores responsáveis pela jurisdição civil, acharam impossível permanecer na cidade para desempenhar os seus deveres (LINTOTT, 2009, p. 80).

Esse cenário de turba popular engendrou o confronto entre os partidários de César e os conspiradores que abandonaram Roma, com o objetivo de unir forças militares na província da Ilíria. Por esse motivo, torna-se pertinente ressaltar que o funeral de César não prosseguiu conforme as práticas funerárias da *religio* romana. Além disso, o ritual da *consecratio* não foi realizado. Neste cenário de confrontos entre facções políticas, cabe uma ressalva para distinguir os rituais referentes ao *funus* público, a celebração do funeral, e a posterior *consecratio*, elementos fundamentais para esse contexto de transformações políticas.

O *funus* público de um romano, foi, no contexto da República, uma celebração triunfal, um espetáculo realizado sob os olhares da população romana com o intuito de promover as *gentes* que o presidiam. No tocante deste assunto, a pesquisadora inglesa Harriet I. Flower (2004, p. 334) afirmou que o funeral, além de ser um evento público, também era uma oportunidade para a família (*gens*) do falecido celebrar sua história. Sendo assim, afirmamos que o funeral se constituiu como um componente fundamental da memória social romana e uma celebração política. A oração fúnebre pronunciada no *rostrum* por um membro jovem da família oportunizava o elogio não só do falecido, mas de seus ancestrais que ocuparam magistraturas.<sup>12</sup>

No funeral de César, a oração pronunciada por Marco Antônio é um exemplo de que essa cerimônia não seguiu os padrões convencionais do *funus*, conforme afirmamos anteriormente. Na ocasião, a oração deveria ser pronunciada por um membro da *gens Iulia*, mas o contexto nos apresenta a figura de Antônio, que como Cônsul daquele ano (44 a.C.) buscava oportunidades para se manter no poder como correligionário de César. As cinzas do ditador foram depositadas no sepulcro da *gens Iulia* e em cima de sua tumba foi erguida uma imagem sua.

---

acusado o orador do Senado como um dos mandantes da conspiração dos Idos de Março. Em face desse contexto, sabe-se que Marco Antônio almejava adquirir do colégio pontifical o cargo de *Flamen*, um dos quinze sacerdotes encarregados do culto ao deus Júpiter.

<sup>12</sup> O funeral de um membro das famílias (*gentes*), que geralmente possuíam *status* consular, ofereceu ao público um conjunto de símbolos e espetáculos como jogos e performances teatrais com a dramatização de conquistas militares e outros feitos políticos. Os rituais, como a procissão nas ruas da cidade; a ornamentação dos carros funerários; a escolha dos espaços para a transladação do corpo; a cremação no fórum e a deposição dos restos mortais no edifício funerário, geralmente localizado no Campo de Marte, são elementos, cuja análise apresentaremos no terceiro capítulo. Nosso objetivo aqui, portanto, é apresentar uma definição sobre a importância do funeral como um elemento constitutivo de identidade da *gens* romana, neste caso especificamente da *gens Iulia* sob a qual Otaviano fora legitimado.

Neste contexto, o testamento do ditador, ratificado no Senado, apontava Otávio, o sobrinho-neto de César como seu herdeiro. O jovem Otávio, cujo nome de origem era Caio Otávio Turino, na época com 19 anos, chegou em Roma, em abril de 44 a.C., vindo de um treinamento militar na província da Macedônia, do outro lado do mar Adriático (BEARD, 2016, p. 335). Marco Antônio, entretanto, se torna o principal oponente de Otávio e a legitimidade da adoção não foi um caminho fácil. Antônio negou o acesso de Otávio a herança de César e não reconheceu a veracidade do testamento. Mas, por outro lado, a figura de Otávio, nesse contexto, também representava oposição aos planos de Marco Antônio que no fim do ano 44 a.C., encerrava seu consulado em Roma. Nesse mesmo ano, Antônio partiu para o norte, até assumir o controle da província ao norte da Itália, que se chamava Gália Cisalpina, conhecida como a porta da Itália (SHOTTER, 1991, p. 23).

A intenção de Antônio, obviamente, era assumir o comando desta província que abrangia terras da Itália Setentrional. Contudo, a atitude de Antônio não foi bem aceita pelo Senado e Otaviano aproveitou-se para investir contra o seu oponente. Alguns eventos sucessivos ocorreram neste período que ora distanciam, ora aproximam Otávio e Marco Antônio. Diante de tal conjuntura, verifica-se o apoio de Cícero que, ao liderar uma coalização senatorial contra Antônio, cria condições para que Otávio adquirisse poder legal sob seus exércitos e, com isso, fosse autorizado a combater Marco Antônio. Os cônsules daquele ano (43 a.C.), juntamente com Otávio e seu exército, marcharam para combater Antônio na Gália Cisalpina.

Ambos os cônsules caíram no combate em Mutina, uma delegação de centuriões do exército de Otávio marchou para Roma e exigiu que o Senado aceitasse a eleição de seu comandante como Cônsul. Os senadores recusaram o pedido da delegação de Otaviano. Sua resposta foi marchar em Roma novamente e, neste contexto, obteve sucesso com o apoio do povo de Roma (ECK, 2007, p. 15). A neutralização de Antônio, no norte, possibilitou a investida de Otaviano em Roma, que passou a articular politicamente sua legitimação como sucessor de Júlio César. Um dos elementos que, em nossa percepção, foi fundamental para a essa legitimação foi a *Consecratio* de César, haja vista que o reconhecimento público do *Diuus Iulius* está diretamente relacionado ao contexto de adoção do seu sobrinho, Otaviano como *Diui Filius*.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Otávio se posicionou como herdeiro legítimo de seu tio-avô que, a partir do testamento lhe assegurava a paternidade por meio da adoção. Por esse motivo, o sucessor de César utilizou-se de alguns dispositivos retóricos para conquistar o apoio dos cesaristas, do Senado e do povo romano. Um desses dispositivos foi a necessidade de

### 2.1.1 – O início da carreira política de Otaviano entre a sua *Adoptio Filii Caesaris* e a *Consecratio Caesaris*

A *consecratio*,<sup>14</sup> no geral, foi um ritual concernente à divinização de um homem público, mais específico do Principado para o reconhecimento do *Princeps* como um *Diuus*, após sua morte. A vista disso, sabemos por meio de Cícero (*Philippicas* II, 110) e do relato de Suetônio, que as honras atribuídas a César, pouco antes de seu assassinato, prenunciavam sua *consecratio* como um novo *Diuus* romano. Essa análise da *consecratio* de César torna-se relevante para compreender o contexto de legitimação de Otaviano como sucessor do ditador, bem como, o início de sua carreira pública.

Esse ritual, no entanto, foi precursor das práticas relativas ao culto imperial. Júlio César, por exemplo, conforme os relatos de Plutarco e Dion Cássio, teria recebido do Senado em 42 a.C., a declaração oficial como um divino, que sancionada por meio de uma lei popular, sugeria uma série de implementos para o novo culto, prevendo os elementos que definiam institucionalmente a divindade (BELTRÃO, 2013, p. 34). Vejamos alguns trechos de Dion Cássio acerca deste fato:

Enquanto esses três homens estavam se comportando desse jeito, também promoviam o primeiro César ao máximo. Pois, como estavam ansiosos para o governo e se esforçando para isso, perseguiram vingativamente o resto dos assassinos, com a ideia de que, dessa forma, estariam preparando, com bastante antecedência, a imunidade para si mesmos, bem como segurança; e assim eles fizeram tudo com entusiasmo em sua honra, na expectativa de que algum dia eles fossem considerados dignos de honras também, e por isso o exaltaram, não só pelas honras que já haviam sido eleitas a ele mesmo, mas também por outras que eles agora adicionaram. (DION CÁSSIO, *História Romana*, XLVII).

O fragmento acima apresenta os triúnviros Marco Antônio, Otávio e Lépido, que já haviam declarado o objetivo de perseguir os conspiradores que assassinaram o ditador César. Cássio, Bruto e os outros, além de ameaçados pela revolta popular, foram contidos em suas propostas de restauração da *libertas* republicana pela força do povo e a investida dos triúnviros.

---

legitimar o culto ao divino Júlio, por meio da *consecratio*, que só poderia ocorrer com a ratificação do Senado. O culto ao divino Júlio (*Diuus Iulius*), na ocasião, evocava a ancestralidade da família Júlia, assegurando a Otávio o título de *Diuus Filius*.

<sup>14</sup> O termo *consecratio* deriva do verbo *consecro* que expressa três ações adjacentes: primeiramente, render ou dedicar um objeto ou construção a uma divindade; consagrar, no sentido de atribuir sacralidade, e, por fim assinalar a divindade, reconhecer como divino (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968: 411-212).

Otaviano revogava para si o direito de suceder a Júlio César que, a essa altura, era aclamado pelo povo como o *Diuus Iulius*. Dion Cássio também menciona certas honras que César recebera ainda em vida e outras que foram adicionadas pelos triúnviros. Vejamos outros excertos da mesma obra supracitada:

Assim, no primeiro dia do ano, eles fizeram um juramento que, considerariam todos os atos vinculados; e o mesmo ainda está pronto hoje em homenagem a todos aqueles que entraram sucessivamente no poder supremo e para aqueles que o possuíram e não foram desonrados. Também mandaram construir o fundamento de um santuário para ele, como herói, no Fórum, no mesmo local onde seu corpo tinha sido queimado, e com uma imagem dele, juntamente com uma segunda imagem, a de Vênus, para ser levada na procissão nos jogos do Circo. E sempre que as notícias vieram de uma vitória em qualquer lugar, eles atribuíram a honra de ação de graças ao vencedor e a César, mesmo estando morto. E eles obrigaram todos a comemorar seu aniversário com alegria, vestindo louro, ato que passou a ser lei, segundo a qual, aqueles que negligenciaram essas observâncias devem ser malditos diante de Júpiter e do próprio César e, no caso de senadores ou filhos de senadores, que eles deveriam perder um milhão de sestércios. Agora aconteceu que os *Ludi Apollinares* caíram no mesmo dia, de seu aniversário. A festa deveria ser celebrada no dia anterior, com o argumento de que havia um oráculo da Sibila que proibia a realização de um festival a outro deus no dia de Apolo. Além de conceder-lhe essas honras, em uma reunião do Senado, eles promoveram o dia em que ele havia sido assassinado, como um dia desafortunado. A sala onde ele fora morto foi fechada por um tempo e depois a transformaram em um lugar privado. Eles também construíram a Cúria Julia, com o nome dele, ao lado do lugar chamado *Comitium*, conforme a votação. Além disso, garantiram que uma imagem dele fosse carregada nos funerais de seus parentes, como se ele fosse, em verdade, um deus, embora este fosse um antigo costume ainda praticado (DION CÁSSIO, *História Romana*, XLVII).

A citação acima elucida informações relevantes acerca do culto à César. O juramento dos triúnviros no primeiro dia do ano 42 a.C. evidencia a força política do novo triunvirato que fez perpetuar as honras que César recebera ainda em vida. Como o próprio autor menciona, os atos divinos, vinculados a César, permaneceram e chegaram à sua época como atributos daqueles homens que “entraram sucessivamente no poder supremo”, ou seja, os imperadores. Ora, Dion Cássio escreveu sua obra no século III, e esse argumento, portanto, revela que o culto a César foi fundamental para o desenvolvimento do culto imperial ao longo dos séculos do Principado. A ideia de um *diuus*, entretanto, tem precedentes. Observou-se há muito tempo que a linguagem da doutrina religiosa, que distinguia os deuses eternos daqueles homens e que tinham sido recompensados com a divindade por seu mérito, sofreu uma transformação fundamental com o advento da divinização oficial no período imperial (KOORTBOJIAN, 2013,

p. 7). A divinização de Júlio César foi o marco inicial dessa transformação que, em nossa percepção, foi o elemento principal para a perpetuação de Augusto e seus sucessores no poder.

O culto ao Divino Júlio, no entanto, adquiriu força com o templo construído no fórum em sua homenagem como herói do povo romano, conforme o excerto de Dion Cássio nos aponta. Além disso, outro elemento que agrega o novo culto é a estátua de César ao lado de uma imagem de Vênus, deusa progenitora da *gens Iulia*<sup>15</sup>. Outros elementos do texto são importantes para evidenciar a divinização do ditador, como a celebração dos jogos dedicados ao deus Apolo, os *Ludi Apollinaris*,<sup>16</sup> no dia do aniversário de César e a legalização desse mesmo dia como uma festividade a ser celebrada.

No dia dos jogos, um cometa apareceu no céu como um sinal da divindade de César. Augusto interpretou esse sinal como a alma do seu tio que subia ao céu. Encontramos uma referência a esse evento em Plínio que relata o seguinte: “o único lugar onde o cometa de César é um símbolo de adoração é o templo do divino Júlio em Roma. Augusto considerou a aparição do cometa muito propício para si, pois ele apareceu não muito depois da morte de seu pai adotivo. O povo passou a acreditar que aquele era um sinal da alma de César recebida entre os deuses imortais.” (PLÍNIO, *História Natural* II, XCIII-XCIV). O cometa foi usado como um pretexto para legitimar a *consecratio* de César e garantir a figura de Otávio como herdeiro de divino Júlio. Assim, um templo dedicado a César foi erigido no fórum romano para celebrar a aparição do cometa e também foi concedida a garantia de uma estátua de César para ser carregada nos funerais da família é a evidência de sua divinização, ainda que este fosse um costume já praticado nas celebrações funerárias. Essa estátua continha uma estrela na cabeça, representando o *Sidus Iulius*, o sinal do cometa que significava a divinização de César.

As evidências da divinização de César, a partir dos relatos de Dion Cássio, indicam que a *consecratio* ocorrera em 42 a.C., o que contraria a versão de Fishwick, segundo o qual o novo *Diuus*, Júlio, passou a receber culto logo após a celebração do funeral em 44 a.C. Concordamos com a professora Cláudia Beltrão (2013, p. 44) que, a partir de seus estudos sobre a *consecratio Caesaris*, reconhece que o deus Júlio recebeu todos os *signa* de seu novo nome no ano 42 a.C, entre os quais a estátua de culto, o templo e o sacerdócio<sup>17</sup>. As transformações do período, nas

<sup>15</sup> Em Virgílio (*Aeneida*, I), vemos que o poeta resgata a ancestralidade da *gens Iulia* que descendia de Iulo ou Ascânio, filho de Enéias que, por sua vez, era filho da deusa Vênus.

<sup>16</sup> Os *Ludi Apollinaris* foram os jogos em homenagem ao deus Apolo celebrados em 13 de julho, dia que coincidia com o aniversário de César.

<sup>17</sup> A professora Cláudia Beltrão desenvolveu um estudo criterioso sobre os elementos simbólicos da divinização em Roma, bem como a diferença de culto entre os deuses imortais do panteão romano (*Diu*) e os homens públicos

quais a divinização de César é um fator central, transformaram a religião romana, mas também o caráter e as formas de poder na *urbs* e em seu *imperium*.

Foi nesse contexto, portanto, que Otaviano passou a ser conhecido como o *Diui Filius*. Corroboraremos às reflexões de Wallace-Hadrill (2009, p. 1), uma vez que, na perspectiva do autor, o assassinato de César em 44 a.C. teria deixado Roma no caos. Dois contendores principais surgiram rapidamente para o controle da causa cesariana: o segundo comandante de César, um dos cônsules daquele ano, Marco Antônio e o sobrinho-neto e herdeiro de César, Caio Otávio, que prontamente renomeou-se César, acrescentando por boa medida, quando seu pai adotivo foi declarado um deus, o título *Diui Filius*, filho do deus.

Em face deste contexto, interessa-nos, particularmente alguns episódios da trajetória pública de Otaviano, a partir do momento de sua adoção, visto que nosso primeiro objetivo deste tópico, é apresentar a imagem de Otávio como o sucessor de Júlio César: o jovem que se respaldou no culto nascente ao tio divinizado para garantir seu prestígio político e sua legitimação oficial como herdeiro do ditador assassinado. Diante do povo, a morte de César, ainda que trágica, o associava aos deuses, por isso, a partir de então, a autoridade de Otávio seria consideravelmente elevada, tendo em vista que seria referenciado como filho de um divino, *Diui filius* (GOMES, 2015, p. 58). No primeiro capítulo das *Res Gestae Divi Augusti*, Augusto descreve os primeiros poderes que adquiriu com a legalização do seu exército e sua ascensão ao consulado:

Com a idade de dezenove anos, por minha própria iniciativa e às minhas custas, levantei um exército por meio do qual restabeleci a liberdade da República, que tinha sido oprimida pela tirania de uma facção. Por tal serviço o Senado, com decretos honrosos, me inscreveu à sua ordem, durante o consulado de Caio Pansa e Aulo Hircio, e me concedeu ao mesmo tempo precedência consular na votação; também garantiu o comando militar e como pro-pretor, me ordenou, junto com os cônsules, garantir que a República não sofresse nenhum dano. No mesmo ano, além disso, à medida que ambos os cônsules caíam em guerra, o povo elegeu-me cônsul e um triúmviro para reorganizar a constituição da *Res Publica* (*Res Gestae Divi Augusti*, I).

Otávio se apresenta como reorganizador da *Res Publica*, mas seu poder foi efetivamente legalizado pelo Senado que o associou a ordem senatorial. Entretanto, Marco Antônio, mesmo que neutralizado, após a batalha de Mutina, ainda conservava prestígio militar. Por isso, Otávio

---

divinizados, tema que ainda é causa de debate entre os historiadores. Não nos interessa aqui os pormenores dessa discussão, mas é pertinente ressaltar que César recebeu, a partir de 42 a.C., uma estátua de culto entronizada no templo do Divino Júlio, construído do fórum romano. Ao que parece, essa estátua não era simplesmente uma *imago* que, no contexto da República, era uma representação de um ser humano notável, mas sim um *simulacrum*, estátua de culto geralmente atribuída aos deuses tradicionais.

buscou uma aliança com Antônio, ao saber da investida de Marco Bruto e Caio Cássio contra os cesaristas por intermédio de forças conquistadas nas províncias orientais do Império. Então, sob a condição de Cônsul, sua primeira atitude foi procurar uma forma de punir com legalidade penal, os conjuradores que assassinaram seu tio. Para tanto, sua principal tarefa foi firmar um acordo com Marco Antônio e seu aliado de guerra Lépido. Ao contrário do triunvirato de Pompeu, César e Crasso em 60 a.C., este segundo foi, em termos formais, acordado e dado o estatuto jurídico de agir como o governo de Roma e do Império (SHOTTER, 1991, p. 24).

O Segundo Triunvirato<sup>18</sup> (Cf. EVERITT, 2006, p. 102-107) ainda que representasse um acordo legal diante das instituições republicanas, com vias ao reestabelecimento da ordem e da paz, abria os caminhos de uma nova guerra civil, dessa vez contra os assassinos de César. A República estava dividida, novamente, em duas grandes facções que controlavam partes significativas do *imperium*. Reportemos às *Res Gestae*, quando Otávio afirma que foi triúmviro com o objetivo de reorganizar a *Res Publica*: “durante dez anos a fio fui um dos triúmviros encarregados de reorganizar a República”. (*Res Gestae Divi Augusti*, VII).

As legiões lideradas por Cássio e Bruto que, controlavam a parte oriental do Império, se estabeleceram em Filipos, província romana da Macedônia, o local que se tornaria o palco para uma das batalhas decisivas ao futuro de Roma. A batalha de Filipos ocorreu na Macedônia, tendo iniciado em 23 de outubro. Os republicanos, a princípio tiveram vantagem. Três semanas depois do suicídio de Cássio que, por um erro, pensou que tudo estivesse perdido, Bruto decidiu, então, demonstrar uma nova prova de força contra Marco Antônio e Otávio, mas foi derrotado. A maioria dos membros da aristocracia republicana caíram nesse dia. A vitória em Filipos de 42 a.C. garantiu à facção cesariana, a vingança do assassinato de seu líder e, como resultado, os triúmviros obtiveram o controle de sessenta legiões (SHOTTER, 1991, p. 25).

Entretanto, a vitória sobre os assassinos de César não garantia sucesso a Otávio, pois foi Marco Antônio quem conduziu as estratégias de batalha e a vitória foi atribuída a ele. Os sucessivos acontecimentos depois de 42 a.C. marcaram a constante rivalidade entre Otávio e Marco Antônio, salvo por uma aliança firmada entre os triúmviros com a chamada “paz de

---

<sup>18</sup> O Segundo Triunvirato (43 a.C. – 31 a.C.) foi um acordo institucional entre Otávio, Marco Antônio e Lépido. Os três generais conseguiram garantir a *adlectus* (consenso) do Senado, por meio da *Lex Titia*, para convocar legiões e investir contra os assassinos de César, reunidos em Filipos, na província da Macedônia. Essa legalização, garantiu aos triúmviros a *potestas* militar por cinco anos, fato que difere o Segundo Triunvirato do Primeiro, formado por César e Pompeu e Crasso. O Primeiro Triunvirato foi um acordo entre esses generais, sem o consentimento do Senado, tendo em vista o objetivo de conquistar territórios para o *imperium*: a Gália por Júlio César; a Ibéria por Pompeu Magno e a Pártia por Marco Crasso.

Brindes” em 40 a.C. e, o acordo militar de 37 a.C., quando Otávio necessitava do exército de Antônio na sua campanha contra Sexto Pompeu, filho de Pompeu Magno, o antigo inimigo político de Júlio César.

Na ilha da Sicília, Sexto Pompeu liderava uma incursão de piratas que vedavam o abastecimento de cereais das províncias para a capital do Império. Otávio, durante esse período, enfrentava uma revolta popular em Roma causada pela fome que se abatia sobre a plebe; com isso, em 36 a.C., com o intuito de libertar o comércio de grãos que estava sob o confisco dos contrabandistas, o comandante dos exércitos de Otávio, o general Marco Vipsânio Agripa liderou uma batalha marítima contra Sexto Pompeu. A batalha foi travada em Nauloco, no dia 3 de setembro do ano 36 a.C. Com 300 navios de cada lado, Agripa levou à frente de batalha as embarcações mais pesadas e os equipamentos de luta mais sofisticados. Apenas dezessete navios de Sexto escaparam e ele mesmo fugiu, pois sua única esperança estava com Antônio no Oriente (Cf. PELLING, 1996, p. 35).

Neste mesmo ano, Lépido foi excluído do triunvirato por ter feito oposição à ação de Otávio contra Sexto. Portanto, a sorte da República estava nas mãos dos dois únicos personagens que dividiam estrategicamente o *imperium*: Otávio que controlava a Itália e o Ocidente e Marco Antônio que, em virtude da sua tentativa de empreitada militar contra o Império Parto, comandava o Oriente em Alexandria, onde mantinha alianças com a rainha do Egito, Cleópatra. A política de Otávio, no entanto, se concentrava na cidade de Roma e na Itália. Em primeiro plano, ele buscou empreender um programa de revitalização da capital por meio de construções arquitetônicas.

O sucesso dessas construções se deu, em grande parte, ao estilo engenhoso de seu amigo e lugar-tenente Marco Agripa que desenvolveu grandes reformas nos aquedutos da cidade e construiu um novo canal que denominou de aqueduto Juliano ou *Aqua Iulia* em homenagem a Otávio (GRIMAL, 2008 p. 42.). Otávio também reformou as basílicas do Fórum romano, o Capitólio, alguns dos importantes teatros e templos. No décimo nono parágrafo das *Res Gestae*, Augusto descreve algumas dessas reformas:

Construí a cúria e o Calcídico adjacente, o templo de Apolo no Palatino com seus pórticos, o templo do divino Júlio, o Lupercal, o pórtico do Circo Flamínio, que eu me chamei de Otávio, nome com o qual construí um outro no mesmo local, o palco no Circo Máximo, os templos no capitólio de Júpiter Ferétrio e o de Júpiter Tonante; o templo de Quirino, os templos de Minerva e de Juno Rainha e de Júpiter Liberdade no Aventino, o templo dos Lares no fim da via sacra, o templo dos deuses Penates da Vélia, o templo da Juventude, o templo da Grande Mãe no Palatino. (*Res Gestae Divi Augusti*, XIX).

As reformas de Otávio fortaleciam o seu poder em Roma e na Itália e, segundo nossos pressupostos, eram, de fato, o centro do poder imperial. As construções mencionadas nas *Res Gestae*, bem como as reformas realizadas, reforçavam um discurso de poder, segundo o qual, Otávio seria um cidadão comprometido com os valores e tradições da *Res Publica* em contraposição à Marco Antônio (SILVA, 2015, p. 71). Durante esse mesmo período, no Oriente, a expedição de Antônio contra os Partos terminava em desastre por ocasião de uma sublevação da Armênia por onde Antônio cruzava seu exército. O general, sem esperanças, fixou-se em Éfeso onde mantinha relações amorosas com a rainha do Egito, Cleópatra, com quem já tinha dois filhos. Plutarco descreveu o envolvimento de Marco Antônio com Cleópatra que teria razões políticas e pessoais:

Antônio mandou convidá-la para cear, mas Cleópatra ponderou que ele sim, deveria ir até ela. Para mostrar cortesia e complacência, aceitou ao convite e foi achar a egípcia rodeada de preparativos que desafiavam toda expressão [...] E com efeito, dizem que sua beleza, por si mesma, não era incomparável ou de molde a maravilhar os que a contemplavam; no entanto, seu trato tinha um encanto irresistível, e toda a sua pessoa, principalmente a conversa sedutora e a graça natural das palavras, era como uma espécie de agulhão. Quando falava, até o tom da voz causava prazer. A língua de Cleópatra era um instrumento de várias cordas, do qual se servia à vontade no dialeto que bem entendesse, pois poucos eram os bárbaros com quem falava por intermédio de intérprete [...] conquistou tão completamente Antônio que, no instante mesmo em que sua mulher Fúlvia lutava em Roma contra Otaviano para salvar o marido, nesse mesmo momento Antônio se deixava levar por Cleópatra para Alexandria. (PLUTARCO, *Antônio*, XXVI-XXVIII)

A narrativa de Plutarco reforça o afastamento de Marco Antônio da tradição romana, levado pela paixão que passou a nutrir por Cleópatra. Em Roma, entretanto, Otávio se fortalecia no respeito pela tradição e constituição da República. Ele concentrou seu poder na Itália e no Ocidente, onde as questões legais despertavam maior interesse. Por outro lado, no Oriente, Marco Antônio governou como um deus ou um monarca helenístico (PELLING, 2008, p. 48-49). No ano de 32 a.C. terminava o tempo do triunvirato e o poder voltava às mãos dos republicanos. Os novos cônsules, entretanto, eram partidários de Marco Antônio e passaram a fazer graves acusações a Otávio. Este, numa ação inesperada invadiu uma das sessões do Senado juntamente com uma escolta armada e ameaçou os cônsules, acusando Marco Antônio de traidor em virtude de sua aliança com Cleópatra.

Para provar as intenções do seu rival, Otávio conseguiu o testamento de Marco Antônio, por meio da intervenção de Lúvia junto às vestais, e divulgou as chamadas doações de

Alexandria (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XVII) Apesar de tais esforços, quando Otaviano em 32 a.C. começou a retratar o rival como essencialmente não-romano e um escravo de sua amante oriental, Antônio propagou pouco a sua resposta e apenas insistiu que ele era um do conselho eleito de três triúmviros, que governou o Estado romano, com o consentimento do povo romano (Cf. GOODMAN, 1997, p. 37). As acusações de Otávio, portanto, abriam o cenário de uma última batalha, que seria decisiva ao futuro de Roma. Em 32 a.C, Otávio declarou guerra à Cleópatra, obtendo o apoio do Senado que lhe assegurava o direito de guerra e o comando militar. Então, ignorando vários votos a favor de Otávio, nota-se que o Senado declarou Antônio um inimigo público, presumivelmente em 30 a.C. e apenas um senador votou contra (MILLAR, 2002, p. 248). Werner Eck (2007, p. 39) apresenta considerações interessantes sobre este fato que, segundo o autor,

Otávio induziu o Senado a revogar todos os poderes de Antônio, incluindo o consulado previsto para o ano de 31 a.C. Os senadores não declararam guerra a Antônio, mas a Cleópatra, no entanto, com o fundamento de que suas tropas ameaçavam Roma e a Itália, Antônio foi declarado completamente apaixonado por ela; teria caído sob seu feitiço e foi incapaz de agir. Ao fazer essa a versão oficial da situação, os senadores evitaram a necessidade de declarar guerra civil, conflito que se mostrou tão prejudicial para Roma no passado.

Eck apresenta a estratégica ação de Otávio que teria “induzido o Senado a revogar os poderes de Marco Antônio”, mas por ser um romano, não poderia declarar guerra diretamente a ele, também para evitar uma guerra civil. Portanto, Cleópatra foi declarada inimiga de Roma, o que seria a “versão oficial da situação”, segundo o autor. Um pretexto para que Otávio conduzisse suas tropas ao Egito, onde consolidaria a derrota definitiva de Marco Antônio. A vitória do exército de Otávio em *Actium*, lhe assegurou uma notável supremacia sobre Antônio e Cleópatra. Com isso, Otávio começou a fornecer à *Res Publica* uma forma de supervisão governamental permanente (SHOTTER, 1991, p. 1). A documentação<sup>19</sup> nos relata que em pouco menos de um ano, o exército de Otávio cercava o palácio da rainha em Alexandria, Antônio cometeu suicídio e Cleópatra, frustrada pela sua tentativa de conquistar Otávio, se deixou picar por uma serpente venenosa. Otávio, com isso, se tornava o único senhor do Império, que a essa altura em 30 a.C. anexava o Egito aos seus domínios. “No mito de Ácio,

---

<sup>19</sup> Em Suetônio encontramos a seguinte versão para o chamado cerco de Alexandria: “Ele demorou em Brundísio apenas vinte e sete dias, tempo suficiente para satisfazer todas as exigências dos soldados, e depois foi para o Egito por uma rota direta pela Ásia e Síria, sitiou Alexandria, onde Antônio se refugiou com Cleópatra e logo depois conquistou a cidade. Embora Antônio tenha tentado fazer os termos na undécima hora, Augusto o obrigou a cometer suicídio e viu seu cadáver.” (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XVII).

então, Augusto lutou como um salvador: para salvar a capital da ruína, o mundo romano da destruição e civilização romana e valores de corrupção”. (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 8).

Em 29 a.C. Otávio retorna a Roma onde celebra um triplo triunfo em comemoração da vitória de *Actium* e o restabelecimento da paz. Os três dias consagrados a essa celebração foram combinados com a festa de Hércules em 13, 14 e 15 de agosto do ano de 29 a.C.; assim Otávio reclamava para si o patrocínio do herói consagrado, cujos trabalhos lhe haviam garantido a imortalidade (GRIMAL, 2008, p. 50). A propósito, devemos destacar, aqui, o discurso de Augusto sobre o episódio de suas conquistas:

Duas vezes triunfei com ovação, três vezes celebrei triunfos curules e fui saudado como *imperator* vinte e uma vezes. Embora o Senado me tenha decretado triunfos adicionais, eu os deixei de lado. Quando realizei os votos que fiz em cada guerra, depus sobre o Capitólio os louros que abateram os meus fasces. Para operações bem-sucedidas em terra e mar, conduzidas por mim ou por meus seguidores sob meus auspícios, o Senado em cinquenta e cinco vezes decretou que os agradecimentos fossem feitos aos deuses imortais. Os agradecimentos foram prestados, por decreto do Senado, foram enumerados em oitocentos e noventa dias. Em meus triunfos, foram conduzidos diante da minha carruagem nove reis ou filhos de reis. No momento que escrever estas palavras, eu tinha sido cônsul por treze vezes, e estava no trigésimo sétimo ano do meu poder de tribunicio. (*Res Gestae Divi Augusti*, IV).

Após a celebração dos triunfos, o poder de Otávio se consolidava por meio da concentração de títulos e cargos. Entre os anos de 29 a.C. a 27 a.C., Otávio confrontava com a difícil tarefa de reorganizar a *Res Publica* por meio da legitimação de seu poder. A República não era a mesma, embora parecesse pela transparência dos poderes de Otávio, que havia sido restaurada. A garantia da permanência de Otávio no poder não poderia transparecer uma tentativa de restauração da monarquia, pois fora esse o motivo do assassinato de Júlio César; portanto, era preciso confluir os poderes tradicionais da República em nova modalidade de governo exercida pelo *Princeps* e não por um rei ou ditador.

## 2.2 – Os títulos de *Augustus* e *Princeps* e a consolidação de sua *auctoritas*

Augusto em suas *Res Gestae Divi Augusti* afirma que foi Príncipe do Senado por quarenta anos: “Fui príncipe do senado durante quarenta anos, até o dia em que escrevi estas memórias”. (*Res Gestae Divi Augusti*, VII). O título de *Princeps* era concedido aos membros da *nobilitas* durante a República, em especial a um membro do Senado que passava a exercer o cargo de primeiro cidadão; entretanto, esse título não representava um *status* de liderança,

pois em muitos casos era honorífico. Porém, o *Princeps*, por ser o primeiro entre os senadores, podia ter a primeira palavra nas reuniões do Senado. Conforme acentua o *Oxford Dictionary of the Classical World* (2007, p. 183), durante a República, o *Princeps* era

o senador cujo nome foi inscrito primeiro na lista do Senado e compilado pelos censores. Uma vez selecionado, ele manteve sua posição para a vida (sujeito a confirmação por cada novo par de censores) e longevidade conferida maior influência. O *Princeps Senatus* tinha de ser um patrício. Além da grande dignidade, a patente conferia o privilégio de falar primeiro em qualquer moção no Senado. Como geralmente não havia muito debate, o *Princeps Senatus* movia todos os consulados de *senatus* rotineiros e influenciava muitos debates. Emílio Lépidio, nomeado seis vezes, era o homem mais poderoso de sua geração. Emílio Scauro foi nomeado cinco ou seis vezes e foi ele que moveu o *Senatus Consultum Ultimum* contra Apuleio Saturno, cerimonialmente entregou a Mário uma espada e pressionou a legislação de Lívio Druso. Sila aboliu o cargo, já que não queria que nenhum senador tivesse tal poder.

Otávio recebeu o título de *Princeps* em 28 a.C. e o exerceu como forma de legitimar sua *auctoritas* perante o Senado. Tal título demarca uma continuidade com o regime republicano, haja vista que o *Princeps Senatus* era uma figura tradicional, em geral o mais velho senador numa seção (ADCOCK, 1959, p. 61). Oficialmente, portanto, Otávio ocupou a posição do primeiro ou do principal homem no estado em uma nova ordem política, *Princeps*, a quem o Senado e o povo delegaram responsabilidade (ECK, 2007, p. 57-58). O título de *Princeps Senatus* que, antes era uma honra concedida aos privilegiados da *nobilitas*, com Augusto adquire uma nova função que estava acima das leis e normas da *Res Publica*. É neste sentido que Wallace Hadrill comenta:

[...] agora vendo as coisas desta maneira, criando uma divisão entre o normal e o anormal, as operações ordinárias do Senado e povo romano e as operações extraordinárias de César Augusto tiveram o efeito de colocar fora da norma, regras externas e restrições. Isso significava que o que tinha não era mais um cidadão romano comum. Ele pode ser um magistrado e, de fato, estava a exercer muitas funções da magistratura; mas isso não explica o seu papel extraordinário. Como disse: 'após esse tempo, eu excedi a todos os outros sobre o peso da autoridade, mas não tinha poderes maiores do que aqueles que eram meus colegas em cada magistratura' (*Res Gestae Divi Augusti* XXXIV). Não foi por ser um magistrado que ele era especial. Seu papel foi colocá-lo para além Romanos, e, portanto, das normas humanas. (2009, p. 15-16)

Quando nas *Res Gestae Divi Augusti*, Augusto menciona que foi superior a todos por autoridade, mas que não teve poder maior do que tiveram aqueles que foram seus colegas de magistratura: “Desde então eu fui superior a todos por autoridade, mas não tive poder maior do que tiveram aqueles que foram meus colegas em cada magistratura” (*Res Gestae Divi Augusti*,

XXXIV). O exercício da *potestas* pertencia ao Senado, e Augusto a exerceu por meio das magistraturas que adquiriu, mas como *Princeps*, ele se superava aos outros em *auctoritas*. Concordamos, portanto, com a afirmação de Michele Lowrie, segundo a qual a *auctoritas* é um performativo de poder político e que seu uso nas *Res Gestae Divi Augusti* gera uma interação entre o momento vivido e a memória (LOWRIE, 2009, p. 279). Essa memória, em nossa percepção, também se expressa por intermédio de representações da *auctoritas* augustana e servem como ligação entre a escrita, a morte e a comemoração. Como exemplos dessas representações podemos considerar os monumentos dedicados ao *Princeps*, como, por exemplo, a coroa cívica fixada em sua casa e as placas de bronze das *Res Gestae* que foram fixadas em seu Mausoléu.

A coroa cívica era feita de carvalho, árvore sagrada de Júpiter, posteriormente, no Principado de Augusto, tanto as coroas de carvalho quanto os ramos e pequenos arbustos de louros serão relacionados a Augusto (GRADEL, 2002, p. 59). Já o escudo honorífico foi posicionado na *Curia Iulia*, aos pés da estátua da deusa *Victoria*, fazendo referência à vitória da batalha do *Actium* (ANTIQUERA, 2008, p. 5). O Senado e o povo romano dedicaram à César Augusto, filho do divino Júlio, cônsul pela oitava vez, o escudo da virtude, clemência, justiça e piedade (ZANKER, 2010, p. 95). As virtudes de Augusto registradas no escudo representavam a imagem do bom governante e reforçavam a *auctoritas* do *Princeps* que se consolidava por meio de virtudes e valores morais da sociedade romana.

É neste sentido que nós precisamos entender *auctoritas*, em função da classificação formal de Augusto, e assim como metonímia para o *Princeps Senatus* (LEVICK, 2013, p. 15), haja vista, que o título alcançava uma função superior à que teve durante a República. Com Augusto, *Princeps Senatus* alcançava um *status* fora do seu contexto convencional, tornando-se pretexto para o exercício do poder e não somente uma honra para ter as premissas durante as sessões do Senado.

Dio Cássio explica a conjunção de *auctoritas* e *potestas* quando Augusto altera os *fasces*<sup>20</sup> e se torna *Princeps Senatus* em 28 a.C. (DION CÁSSIO, *História Romana*, LIII.1.1–3).<sup>21</sup> Com esse título, portanto, Augusto ficava investido da autoridade moral, de natureza quase religiosa (GRIMAL, 2008, p. 54), o que permitia sua ligação com o *mos maiorum* romano. O *mos maiorum* identifica o conjunto de costumes e tradições do povo romano. Augusto, quando

<sup>20</sup> Símbolo de poder e autoridade durante a Roma Republicana.

<sup>21</sup> Conferir em LEVICK, 2013. p. 12.

menciona suas conquistas nas *Res Gestae*, afirma que fez tudo segundo os costumes dos antepassados: *maiorum nostrum exemplo* (*Res Gestae Divi Augusti*, XXVII). Ele ainda afirma que não aceitou nenhum cargo político contrário aos costumes ancestrais: “*nullum magistratum contra morem maiorum delatum recepi*” (*Res Gestae Divi Augusti*, VI).

Augusto promoveu a perspectiva de refundar Roma sob a baliza do *mos maiorum*, responsável pela construção de unidade e de ordenamento do *populus romanus* (OMENA, 2011, p. 265). Tais exemplos demonstram que sua política se firmava nos costumes ancestrais como forma de manter o exercício da *auctoritas* e sua vinculação com a *nobilitas* romana. A observância do *mos maiorum* e das práticas religiosas e civis são ações sociais que promovem a grandeza de Roma (ANTIQUERA, 2010, p. 59). Essa mesma *nobilitas* se firmava nos costumes dos antepassados como forma de manter sua preeminência social. Como supõe Blom (2010, p. 13), as razões para o respeito pelos antepassados e as tradições romanas foram também políticas.

Estudiosos têm argumentado que a nobreza romana tentou justificar seu poder por meio da posição de liderança de seus antepassados. A tradição, portanto, garantia a permanência desse grupo no poder. É relevante destacar, tal como propõe Matthew Roller (2001), que o sistema tradicional em Roma era considerado, pela aristocracia, uma herança de seus antepassados, como costumes e valores inalterados desde tempos imemoriais. Esses valores consistiam em delinear certas concepções de comportamento cívico adequado, intimamente ligadas a um interesse, *status* e posição social: elogios foram oferecidos pela posição da aristocracia em relação a outros grupos e de indivíduos aristocratas em relação a outros membros da *nobilitas* (ROLLER, 2001, p. 21).

A manutenção do poder social da *nobilitas*, portanto, se baseava na tradição e nos costumes do *mos maiorum* para a formação da unidade básica da estrutura social da República, a *gens* ou família. Não havia um conjunto universal de costumes em todo o mundo romano, embora houvesse indubitavelmente costumes constantes de um extremo do mundo para outro. Andrew Wallace Hadrill aborda o assunto do *mos maiorum* e os fundamentos da tradição romana sob a qual Augusto se firmou. Para o autor,

os romanos não tinham, nem sequer aprovavam a ideia de uma constituição fixa. O que eles tinham era uma tradição viva, uma história de constante desenvolvimento e adaptação. Foram esses elementos históricos que Cícero salientou em seu trabalho teórico, *A República*. Cícero viu uma acumulação gradual de sabedoria e de melhoria dentro da mesma tradição. Os romanos não teriam identificado o seu estado com um grupo de conjuntos legais. Mas eles trabalharam ao lado de um costume personalizado, *mos*, o nexo de tradições e

exemplos, bons e maus, que cada geração herdou de seus antepassados e usados para realizar a sua própria. Esta herança de precedentes, o *mos maiorum*, não era rígida e prescritiva, mas sujeita a interpretação e melhoria. A reivindicação de Augusto era conhecida de todos, que ele havia estabelecido para trás o relógio para alguma data fictícia do passado romano e reviveu a autêntica constituição da tradição. Pelo contrário, ele alegou ter oferecido às gerações futuras uma série de novas soluções e novos precedentes para a imitação. (HADRILL, 2009, p. 18)

Augusto, portanto, se legitimava a partir dos poderes que a *nobilitas*, por meio do Senado, lhe concedia. Esses poderes refletem as tradições antigas que foram transmitidas ao *Princeps* e ele mesmo também garantiu os privilégios da aristocracia romana tradicional. “Augusto procurou salientar um dos pontos majoritários de sua prática política, qual seja: a observância das leis e dos costumes, os quais deveriam guiar a comunidade cívica romana” (SILVA, 2015, p. 112). Em nossa percepção, a partir desses valores e costumes constituiu-se o Principado, por meio de uma política de privilégios concedidos a determinados grupos sociais. A *nobilitas*, portanto, transferiu ao *Princeps* o seu poder político em troca de honras e riquezas, baseando-se na ideia de manutenção da *pax romana* e da estabilidade política e social da *Res Publica*. A este respeito colocamos em destaque as palavras de Tácito, citemos *in extenso*:

Depois de mortos Bruto e Cássio não houve mais lutas públicas; Pompeu foi oprimido na Sicília, Lépido despojado, Antônio morto e à facção de Júlio César só restava um chefe, César Otaviano, que, renunciando ao título de triúviro, e assumindo o consulado, contentou-se depois com o poder tribúncio, para proteger a plebe, e seduziu com larguezas a soldadesca, com distribuição de víveres ao povo e com a doçura da paz a todos. Em seguida, ousando cada vez mais, concentrou em si as magistraturas, as funções senatoriais e as leis, já sem encontrar oposição, porque os mais altivos tinham morrido nos combates e proscições, e o resto da nobreza, na proporção em que era disposta à escravidão, se acrescentava, com a nova ordem de coisas, em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos passados. Nem as províncias recusaram obedecer, desgostosas do governo do senado e do povo romano, por causa das rivalidades dos poderosos e da avareza dos magistrados, contra os quais não valiam leis, frustradas sempre pela força, pelas intrigas e pelo dinheiro. (TÁCITO. *Anais I, II*).

O exposto acima indica a natureza da nova política do *Princeps* com relação à concessão de privilégios que, na perspectiva de Tácito, demonstrava a incapacidade de sustentação do poder por parte da *nobilitas*. Observamos que o autor destacou a ousadia de Augusto em concentrar sobre si as magistraturas, sobrepondo subsequentemente o poder da aristocracia. A *nobilitas* concedeu a Augusto tantos privilégios e poderes que, na percepção tacitiana, se submete ao *Princeps* a tal ponto de se dispor ao que ele chama de *seruitus*, termo que se pode

traduzir por escravidão. Entretanto, é preciso analisar o posicionamento de Augusto nesse contexto, pois esse tipo de política, revela a sua intencionalidade em obter para si o apoio da aristocracia, haja vista que, ele também lhe concedia privilégios. Fergus Millar aponta que, em consequência dessa política, Augusto exibiu, no exercício da autoridade, muitos dos compromissos entre o poder individual e as instituições tradicionais que permaneceram durante o Principado (MILLAR, 2002, p. 260). A partir daí, Augusto encontra uma forma de consolidar sua *auctoritas* sob a qual confluem as antigas tradições que não estão codificadas nas instituições, mas sobrevivem nas consciências e, justamente, por isso, não são menos importantes que a lei.

Essa relação do *Princeps* com a *nobilitas* também se reflete no posicionamento do Senado diante da nova modalidade política estabelecida por Otávio. Os títulos revelam a concessão recíproca de privilégios, pois Augusto garantia aos membros da sociedade tradicional o prestígio político e recebia em troca títulos e poderes. Mas esses títulos foram concedidos unanimemente pelo Senado que, institucionalmente garantia a legitimação da *auctoritas* augustana. Sob Augusto, portanto, observou-se a concentração de poderes consagrados ao longo da história da República Romana (SANT'ANNA, 2015, p. 169). Isso se revela nos vários consulados exercidos por Augusto consecutivamente, bem como no direito que ele adquiriu de convocar o Senado, o que garantia ao *Princeps* um poder acima de qualquer magistrado, até mesmo dos cônsules que, a partir de 23 a.C. eram escolhidos por Augusto.

A *tribunicia potestas* permitia que Augusto justificasse alguns de seus atos: “Executei esses atos que o Senado quis que fossem cumpridos por mim, o fiz por força do poder tribunício” (*Res Gestae Divi Augusti*, VI). Foi por meio da autoridade tribunícia que Augusto adquiriu a autoridade conjunta com Senado. Em nossa percepção o *Princeps* formalizou o poder tribunício como a força política do povo romano, pois, como propõe Shotter (1991), o tribunato não foi uma magistratura oficial, ainda que tenha chegado a ser considerado parte integrante do *cursus honorum*, embora aberta, é claro, apenas para os senadores plebeus (SHOTTHER, 1991). As magistraturas funcionavam na *Res Publica* sob duas perspectivas: a primeira é a anuidade dos cargos.

Cada magistrado era eleito anualmente pelas assembleias do povo, para cumprir as funções próprias de cada magistratura. A segunda perspectiva é a noção de colegialidade, pois cada magistrado possuía um número determinado de colegas, exercendo o mesmo ofício. Augusto, ao adquirir a *tribunicia potestas*, sem exercer propriamente o tribunato, não tinha

colegas opositores, mas garantiu direito de intervir nas decisões do Senado (GRUEN, 2007 p. 42). Mas foi como cônsul, por treze vezes ao longo do Principado, que Augusto conseguiu perpetuar sua influência sobre o Senado, o que, de fato, garantia a superioridade de sua *auctoritas*. Seus poderes permitiram, assim, o controle de muitas esferas essenciais do governo que tinham a prerrogativa exclusiva dos *Principes* (TALBERT, 1984, p. 60), e a principal dessas esferas era o Senado. Em 19 a.C. foi concedido a ele o direito de sentar-se entre os dois cônsules e em algum momento, durante o Principado, o *Princeps* recebia o direito exclusivo de apresentar negócios e itens, para a pauta do Senado, por meio de cartas e não necessariamente em pessoa (TALBERT, 1984, p. 59-60). O ano de 23 a.C. foi decisivo para a consolidação de poderes sobre o Senado. Segundo Wallace-Hadrill (2009, p. 20),

Augusto procurou reativar o tradicional Senado, preservando cuidadosamente o padrão convencional e número de magistraturas, revisando sua composição e procedimentos, sem dúvida melhorando sua eficiência por intermédio da introdução de um comitê para dar consideração preliminar a questões importantes. É claro que todo o tom do Senado imperial é muito diferente do republicano, como é mais conspícuo em sua nova preocupação com a criação de novas honras para o próprio Augusto. Mas não está claro que ele havia perdido (ou já possuía) qualquer poder soberano. Novamente, tendemos a ver um grupo de famílias, a "nobreza" republicana, como os perdedores (embora, de fato, Augusto tendesse a favorecer e vincular à sua própria família, por meio de alianças matrimoniais, os poucos nobres sobreviventes das guerras civis); mas, então, um romano poderia replicar que essa "nobreza" tinha direito ao poder, em primeiro lugar.

O novo Senado, a partir de Augusto, era diferente do republicano conforme menciona Wallace Hadrill, uma vez que sua tarefa era garantir a legitimidade do poder imperial, favorecendo seu *Princeps* na mesma medida em que este também favorecia a *nobilitas* mediante à articulação de poderes. O Senado, portanto, “teve um papel primordial na promoção da imagem imperial, servindo como principal veículo de exaltação da figura pública dos céares e de seus familiares” (COLLARES, 2010, p. 61). Uma das grandes articulações de poder entre o *Princeps* e o Senado foi quando ele recebeu o título de *Augustus* no ano de 27 a.C. e conquistou a legitimidade total de seu poder, passando a ser identificado com os deuses. Com isso, sua *auctoritas* era legalmente consolidada por consentimento, pois o título de *Augustus* representava uma honra conferida pelo Senado sob o consenso de todos os cidadãos como reconhecimento das virtudes de Otávio (a clemência, a justiça e a piedade). Tal fato pode ser observado nas *Res Gestae*:

Em meu sexto e sétimo consulado, quando extingui as chamas da guerra civil, depois de receber por consentimento universal o controle absoluto dos assuntos, transferi a República do meu controle para a vontade do Senado e

do povo romano. Por este serviço da minha parte, me deram o título de Augusto por decreto do Senado, e os postes da porta de minha casa foram cobertos com os louros com o ato da publicação. Uma coroa cívica foi fixada acima da minha porta, e um escudo dourado foi colocado na Cúria Júlia, cuja inscrição atestou que o Senado e o povo romano me deram isso em reconhecimento ao meu valor, minha clemência, minha justiça e minha piedade. Depois desse tempo, fui superior a todos em autoridade, mas não tive mais poder do que aqueles que eram meus colegas em cada magistratura. (*Res Gestae Divi Augusti*, XXXIV).

Segundo Millar (2002, p. 261), nos anos de 26 a.C. e 27 a.C. Augusto aboliu os atos ilegais do Triunvirato e assumiu o juramento oficial de um Cônsul. Para corroborar a sua afirmação, o autor menciona Tácito, segundo o qual, o sexto e o sétimo consulado de Augusto representaram os passos substanciais do Principado: “Por fim, em seu sexto consulado, Augusto César, sentindo seu poder seguro, cancelou os limites do seu triunvirato e nos apresentou leis para atender nossas necessidades em paz e sob um príncipe.” (TÁCITO, *Anais I*, XXVIII).

A concessão do título de *Augustus* a Otávio foi realizada por meio de uma manobra política a qual, Otávio renunciava todo o seu poder perante o senado, restituindo, portanto, a República. Entretanto, a solução encontrada pelo senador Munácio Planco foi a concessão do título que lhe dava poderes excepcionais como forma de agradecimento pelos trabalhos de Otávio que restituíam a *pax* em Roma. Três dias após a renunciar o título de Augusto foi somado ao nome de Otávio que recebeu outras honras, como, por exemplo, o escudo da virtude (*clupeus uirtutis Augusti*), o loureiro que representa seu triunfo eterno e a transformação do mês *Sextilis* em *Augustus*, agosto. De acordo com as perspectivas de Eck (2007, p. 55),

o Senado e o povo se sentiram obrigados a inventar novas honras para expressar sua gratidão ao homem responsável por esses ganhos ilusórios. Eles acertaram a ideia de montar um escudo dourado, o *clupeus uirtutis*: o escudo de Câmara do Senado que listou suas quatro virtudes cardeais: valor (*uirtus*), clemência (*clementia*), justiça (*iustitia*) e piedade (*pietas*). Os senadores declararam que se poderia citar inúmeros exemplos das qualidades notáveis de Otávio, que este encarnou de maneira ideal. Ele não só vingou o assassinato de Júlio César, por exemplo; mas também perdoou muitos dos seus adversários após a batalha de *Actium*, livremente e sem compulsão. (ECK, 2007, p. 55).

Todas essas honras garantiram a legitimação de seu poder que inaugurou essa nova modalidade de governo, baseada no exercício da *auctoritas* do *Princeps*. Quando o Senado acrescentou o cognome Augusto, provavelmente em 16 de janeiro de 27 a.C., criou o que parecia ser uma terceira parte comum do nome romano: *Imperator Caesar Augustus*, mas ao mesmo tempo era sem precedentes (ECK, 2017, p. 57). Otávio conferiu ao nome César um

estatuto de título que seus sucessores também adotaram. Com o Principado<sup>22</sup>, Roma foi comandada pelos Césares até o quinto século. A nova política consolidada por Augusto permaneceu estruturada, conforme ele mesmo teria afirmado a partir da citação de Suetônio:

Que seja meu privilégio ter estabelecido a *Res Publica* numa posição firme e segura, e colher desse ato o fruto que desejo: o de ser conhecido como o autor do melhor governo possível, e tenha comigo, quando morrer, a esperança que os fundamentos que estabeleci para a *Res Publica* permanecerão inabaláveis. (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XXVIII).

Suetônio reforça as bases do Principado, que seria esse novo governo sustentado pelos fundamentos de uma *Res Publica* restabelecida. Augusto, na perspectiva do autor, se regozijava por ter feito de Roma uma cidade de mármore no lugar de uma encontrada em tijolo. Augusto garantia, acima de tudo, a imagem da *Pax Romana* estabelecida com o fim das guerras civis. A *Pax Romana*, portanto, se tornara uma caracterização convencional da nova ordem introduzida pelo *Princeps* (GRUEN, 2008, p. 188), por isso, ele estabeleceu a imagem de permanência, da ordem gerada pela continuidade (GONÇALVES, 2002, p. 64).

O poder de Augusto também se garantia por meio da religião e do culto imperial, por intermédio dos quais também podemos identificar a *auctoritas* do *Princeps*. O culto imperial compreendia um conjunto heterogêneo de rituais, já que o imperador e a *Res Publica* são servidos pelos poderes da religião. Neste sentido,

Otávio foi celebrado como o portador da paz, e receberam honras destinado a demonstrar a magnitude de suas realizações. Os sacerdotes do culto do Estado foram instruídos para incluir seu nome em todas as orações e votos, especialmente no hino dos Salianos, um sacerdote disse ter sido fundada por Rômulo. Ambos, o aniversário de Otávio e da data de sua vitória em *Actium*, foram declarados feriados. Os cidadãos foram orientados a oferecer sacrifícios ao seu *genius* durante o seu horário doméstico. E depois de uma longa interrupção, a cerimônia da saúde (augúrio para a prosperidade do Estado) foi celebrada, novamente, na qual orações para aumentar o bem-estar do povo romano foram oferecidos aos deuses, representados neste mundo por Otávio. Todas estas medidas, elevava-o a uma esfera acima da humanidade comum; demonstraram que a própria existência da política romana estava ligada à sua pessoa e, provavelmente, devido a sua passagem, mas desta vez para uma combinação de convicção genuína e política. (ECK, 2007, p. 48-49).

---

<sup>22</sup> O termo Principado não existiu no vocabulário dos romanos. Foi um termo cunhado pelos historiadores para classificar a nova modalidade de governo estabelecida por Augusto. Para os romanos da época, entretanto, o governo era *Res Publica* e o próprio Augusto se considerava um magistrado republicano. O título de *Princeps*, do qual originou-se o termo Principado, não era relativo à uma magistratura oficial. Com o tempo, por meio da renovação dos cargos de triúmviro e cônsul, bem como da sua *tribunicia potestas*, Augusto perpetuou seu poder e fez do título honorífico de *Princeps* uma atribuição de poder que foi transmitida aos seus sucessores.

Os mecanismos de consolidação do poder de Augusto também se associavam a sociedade, à medida que o imperador passa a receber o culto doméstico. Nesse mesmo contexto, também podemos identificar o título de *Pater Patrie* que assegurava a Augusto uma aliança com as famílias romanas, as *gentes*<sup>23</sup>. A *gens* romana constituiu um elemento fundamental para o exercício da política em Roma. Na perspectiva de Smith, a *gens* é o mecanismo social mais aludido e pouco explicado pelos pesquisadores. Mas entre as ciências sociais e humanas, pesquisadores de diversas áreas estudam as *gentes* como justificativa para as definições contemporâneas de nobreza (SMITH, 2006, p. 1). Ainda em conjunto com a análise de Smith, concordamos que a *gens* foi uma chave para a política romana e, de acordo com as fontes, foi também uma unidade política, embora seja claro que os membros das *gentes* exerciam a vida pública de várias maneiras (SMITH, 2006, p. 10).

É a partir dessa análise sobre a relação de Augusto com as *gentes*, que entenderemos o fortalecimento do *Princeps* como defensor da tradição do *mos maiorum*. Partindo dessas premissas, destacaremos considerações sobre como o título de *Pater Patrie* associava Augusto à esfera pública de Roma. Esse título permitia a comparação do imperador com o *Pater Familias*, responsável pela manutenção das tradições e guardião da família romana. Nesse sentido, segundo a argumentação de Ludwig Friedlaender,

a transformação da República em império trouxe consigo, como consequência necessária, a concessão de honras divinas à pessoa do imperador. Augusto deu a esta nova modalidade religiosa para Roma, e o culto público uma forma consistente em que o gênio do imperador (e não ele mesmo) recebesse culto regular em todos os distritos da cidade, devendo figurar entre os lares entronizados nos cruzamentos das ruas. A partir de agora, o *Genius Augusti* passa a ocupar, na vida religiosa dos romanos, uma semelhante àquela que ocupa o gênio do *Pater Familias* entre os membros de cada comunidade familiar. Contudo, era inevitável que, na fé do povo, a ideia do gênio do imperador se confundisse com a personalidade mesma deste, com que o imperador se convertia pessoalmente num deus. (1984, p. 1028)

Observamos que o autor supracitado analisa o culto imperial por meio de duas assertivas: a primeira se refere de uma aproximação de Augusto a um *Pater Familias* o que indica também a evocação dos valores tradicionais da sociedade romana (*mos maiorum*). A segunda indica uma ligação entre os referenciais do *genius* e *nomen* que se percebe, à medida que a imagem do *Princeps* se eleva a um nível divinizado como *Augustus* e as obrigações do

---

<sup>23</sup> Em nossa percepção, o título de *Pater Patrie* se assemelhava ao título de *Pater Familias* o que permitia uma associação entre o poder público e privado no âmbito da sociedade romana. Augusto era o pai da comunidade romana que formava a grande família dos romanos habitantes da *urbs*.

culto imperial que ele passa a receber publicamente. Já em 30 a.C., o Senado tinha decretado que as ofertas ao *genius* de Augusto deveriam ser feitas em ambos os banquetes públicos e privados, mas a principal mudança veio em 7 a.C. quando, ao reviver o culto do *Lares Compitales*, Augusto definiu sua própria imagem no agregado familiar, uma combinação daqui em diante conhecido como o *Lares Augusti* (FISHWICK, 2014, p. 49).

Augusto como *Pater Urbis* era identificado com o *Pater Familias* e as preces públicas destinadas a ele, bem como o culto público, também passavam ao âmbito familiar. Segundo Favro (1992, p. 72) o *Pater Familias* romano manteve-se como um modelo para todos os membros da família. Da mesma forma, Augusto como *Pater Patriae* demonstrou, como exemplo, o respeito às tradições e o comportamento correto para todos os cidadãos. “*Legibus novis me auctore latis multa exempla maiorum exolescentia iam ex nostro saeculo reduxi et ipse multarum rerum exempla. imitanda posteris tradidi*” – “Com a promulgação de novas leis pus novamente em vigor muitos dos costumes de nossos antepassados, que caíram em desuso. Ofereci ao nosso século e aos vindouros exemplos de muitos hábitos a serem imitados” (*Res Gestae Divi Augusti*, VIII).

O *genius* de Augusto, com isso, era associado aos Lares e recebia oferendas nos altares domésticos da cidade (FISHWICK, 2009, p. 141). Esse tipo de culto, em nossa percepção, definia um elo entre a vida pública e privada da sociedade com o *Princeps* e o Principado. Segundo Gradel (2002, p. 9), os cultos públicos são aqueles que são feitos às expensas públicas em frente a todo o povo romano e aqueles que são feitos nos montes, vilas, cúrias (*curiae*) e capelas (*sacella*) em contraste aos ritos privados que são feitos de modo individual entre os habitantes da casa. É neste contexto que Augusto, usando seus dispositivos de poder, começará uma renovação unida para a recuperação de alguns cultos tradicionais, conseguindo unir sua própria figura e sua família com essas divindades ancestrais. Corrobora essas argumentações as perspectivas de Fishwick (2014, p. 50), ao destacar que,

um outro aspecto da mesma política era promover o culto de abstrações ligadas ao imperador. Em desfilar as bênçãos conferidas pelas abstrações de seu governo que desempenharam um papel importante em manter a imagem de Augusto diante da atenção do público. Em primeiro lugar, e acima de tudo foi suas qualidades pessoais inscritas no escudo que ele recebeu em 27 a.C. Outras abstrações, mais propriamente bênçãos em vez das virtudes, começaram com a sua carreira no período que se seguiu imediatamente: *Victoria Augusta*; *Pax Augusta*; *Concordia Augusta*; talvez também da saúde de Augusto; *Fortuna e Felicitas*. A etapa final foi a de conceder o poder ao imperador, a qualidade adequada a um deus e uma distinção nunca antes dada a um homem religioso romano na prática. A posse da divindade do imperador chegou perto da plena divindade prenunciada no título de *Divi*, mas é

importante que, embora possuindo o poder, Augusto nunca se tornou um deus em si mesmo, uma distinção que deve ter muitas vezes escapado àqueles que definiram dedicação a sua divindade. Significativamente a atribuição de poder seguido nos saltos do título de *Pater Patriae*, foi um importante passo na direção da monarquia e longe do conceito de *Princeps*. O desenvolvimento reflete, evidentemente, o fato de que até agora Augusto se sentiu politicamente seguro. (FISHWICK, 2014, p. 50).

O culto ao *Genius Augusti* não significou um culto oficial dedicado à um deus, pois “a essência da ideologia do Principado era uma complexa ambiguidade da posição de Augusto como homem e deus” (ELSNER, 2016, p. 160). Augusto como *Diuus* não era uma divindade como Júpiter e outros deuses do panteão romano. O processo de divinização no mundo romano só se concretizava após a morte com a *consecratio*. Mas conforme Fishwick aponta, na citação supracitada, o *Diuus* se aproximava da plena divindade, por isso, Augusto recebeu poderes religiosos jamais alcançados por algum romano durante a República.

### 2.3 – A sucessão imperial entre as *gentes Iulia* e *Claudia*

Júlio César foi o exímio personagem da *gens Iulia* que se destacou no contexto político da República tardia. Como representante dessa notável família romana, o ditador não poderia projetar a carreira pública e as inovações que realizara na *Res Publica* sem um herdeiro. A adoção de Otávio como *Filius Diui*, depois da morte de César em 44 a.C., representava uma continuidade do poder da *gens Iulia*, agora com seu novo membro. Virgílio mencionou a origem do nome Júlio, do qual provem a *gens Iulia*: “*Nascetur pulchra troianus origini Caesar, imperium oceano, famam qui terminet astris, Iulius, a magno demissum nomen Iulo*” – “A partir da linha nobre troiana nascerá César, que limitará o seu império com o oceano e a sua glória com as estrelas, um Júlio, o nome descendente do grande *Iulo*.” (VIRGÍLIO, *Aeneida*, I).

Essa referência faz uma ligação entre a *gens Iulia* e o herói mítico Eneias, que era filho de Vênus. Esses discursos emergiram durante a República como formas de resgatar o passado das *gentes* que depois de Augusto constituíram o Principado. O caso da história de Eneias é parte do esforço histórico de Júlio César e Augusto (SMITH, 2006, p. 42). O nome Júlio, portanto, deriva de *Iúlo*, que era filho de Eneias, também chamado de Ascânio. Segundo Virgílio, ele teria fundado a cidade de Alba e dado origem à *gens Iulia*. O próprio Júlio César teria exaltado o prestígio de sua *gens*, reforçando esse passado mítico, conforme observamos na descrição de Suetônio sobre o dia do funeral de Júlia, tia de César:

A família da minha tia Júlia é descendente dos reis, pelo lado materno; e do lado paterno é semelhante aos deuses imortais. Com efeito, de Anco Márcio provém a dinastia real dos Márcios, nome de minha mãe; de Vênus, descendem os Júlios, e nós somos o ramo dessa família. Nossa herança, portanto, tem a santidade dos reis, cujo poder é supremo entre os homens mortais e a reverência atribuída aos deuses, que dominam os próprios reis. (SUETÔNIO, *Divino Júlio*, VI).

Essa vinculação com os deuses e os reis reforçava o papel de destaque da *gens Iulia* na sociedade romana da República. Seus membros, com isso, garantiam sua atuação política como ocorreu com Mário e Júlio César. César era tio de Átia, mãe de Otávio, que ao ser adotado por César em testamento, herdava não só o prestígio do ditador romano, mas também o da sua família. Observamos isso em Suetônio (*Divino Júlio*, LXXXIII): “*in ima cera Gaium Octavium etiam in familiam nomenque adoptavit*” – “Ele adotou Caio Otávio em sua família e lhe deu o seu nome”. A divinização de Júlio César, garantida pela divindade de Vênus da qual “descendem os Júlios”, conforme menciona o próprio César, foi transmitida a Otávio que, após a morte do seu tio-avô, se tornava o *Filius Diui*.

### 2.3.1 – A adoção de Otávio e sua inserção na *gens Iulia*

Durante a República, o processo da *adrogatio*, ou adoção, foi comum entre as famílias da *nobilitas*, sobretudo, da ordem senatorial. Esse processo assegurava a continuidade da família na ausência de herdeiros do próprio sangue. Até o final da República e o início do Principado, a vontade de legar uma propriedade a alguém que não era herdeiro direto, não necessitava de conter qualquer obrigação de família, nem mesmo para assumir o nome (LINDSAY, 2009, p. 182). Otávio não foi adotado somente pelo processo convencional da *adrogatio*, mas por adoção testamentária, revelando, deste modo, a vontade de Júlio César que concedia a Otávio o seu próprio nome.

As formas convencionais de adoção foram realizadas sob dois processos: a *adrogatio* e a *adoptio*. A *adrogatio* foi ratificada pelo povo e exigia que o adotado fosse independente (*sui iuris*) e já adulto, enquanto que a *adoptio*, ratificada por um pretor, deveria ser realizada ainda quando o menino adotado estivesse sob a autoridade do *pater familias*. No caso de Otávio, que foi adotado por adoção testamentária, o processo era diferente. Ele recebeu o direito de aceitar ou rejeitar apenas o nome e a fortuna de César, enquanto em uma *adrogatio* ou *adoptio* confirmaria a transição da *gens* e da filiação de um homem, que ocorria na presença do adotante e do adotado para ser legalizada (MURRAY, 2012, p. 20). O assassinato de César nos “idos de

março” em 44 a.C. garantiu o início da carreira pública de Otávio. Ao retornar a Roma para a leitura do testamento do seu tio-avô, pois estava na Macedônia para servir o exército, Otávio assumiu a condição de herdeiro de César, passando daí em diante a ser nomeado Caio Júlio César Otaviano (Cf. GOODMAN, 1997). Por isso, observamos que,

sem a admissão à *gens* de César, Otávio não teria acesso direto à *clientelae* de César, e provavelmente mais importante, sem *adrogatio* Otávio não era legalmente filho de César. Ser filho de César era extremamente importante para a continuidade que Otávio desejava apresentar. Ele queria apresentar uma continuidade perfeita para o público, uma continuidade que confirmaria sem dúvida a lealdade da clientela de César e com eles confirmaria sua herança política. A importância de ser o verdadeiro filho de César seria expressada durante toda a vida política de Otávio. Sem a filiação direta com a *gens* Julia, Otávio também perderia a linhagem divina que ele usaria tão habilmente na propaganda de seu principado. (MURRAY, 2012, p. 21).

A adoção de Otávio não garantia somente a herança do patrimônio de César, mas também a força política. Isso nunca foi possível durante a República, porque os cargos não eram hereditários, mas pela primeira vez o poder político era transmitido por intermédio dos laços de família (LINDSAY, 2009, p. 183). A inserção de Otávio na *gens Iulia* reforçava o papel social da família romana, que no Principado, foi a principal instituição de poder por meio da *domus*. A *domus* do *Princeps* foi o centro das intrigas sucessórias e o lugar dos debates políticos onde se situava a *aula imperial*, que agregava não só a família do *Princeps*, mas também diferentes grupos sociais, como, por exemplo, escravos, libertos imperiais, senadores, equestres, mulheres da aristocracia esposas, mães e filhas de imperadores (OMENA, 2016, p. 70). Parentesco de todos os tipos constituíam a *domus* imperial, que foi um grupo mais amplo do que a família. Tibério, sucessor de Augusto, por exemplo, só entrou para a família imperial depois de sua adoção, mas foi um membro da *domus* desde o casamento de sua mãe Lúvia com Otávio (Cf. SALLER, 1994, p. 85).

Otávio se casou, primeiramente, com Escibônia em 40 a.C., com quem teve uma filha, Júlia. Em 39 a.C. ele se divorciou da esposa para se casar com Lúvia Drusa, proeminente figura da *gens Claudia*, que era casada com Tibério Cláudio Nero com quem tinha um filho, Tibério e estava grávida de outro, Druso. O casamento de Otávio e Lúvia proporcionou que as *gentes Iulia* e *Claudia* passassem a integrar a *domus* Augusta. Dada a prática de fixar laços matrimoniais com as famílias da *nobilitas*, Augusto ampliou a *domus Caesarum*. No núcleo da dinastia imperial estiveram duas *familiae*, referidas como a *domus Iuliorum Claudiorumque* ou *Claudia et Iulia domus*, mas o círculo de família cognática seria ampliado muito mais tarde

(SALLER, 1994, p. 86). Dentro *da domus*, portanto, as funções da família podem ser resumidas sob uma perspectiva social, já que se difundiam a transmissão da propriedade, a honra e o culto familiar, a subsistência econômica e o apoio material e emocional entre os membros da família, particularmente nos períodos de pico do curso de vida ou em momentos de crise específica ou necessidade (DIXON, 1992, p. 30).

O prestígio social da *gens Claudia* foi conquistado ao longo da história da República romana com títulos e magistraturas. A origem da família, contudo, foi sabina e ela conquistou terras e poder desde o tempo dos reis, como se observa em Suetônio

O ramo patrício da família Cláudia (pois havia, além disso, um ramo plebeu de não menos influência e prestígio) originou-se em Regilo, uma cidade dos Sabinos. De lá, mudou-se para Roma logo após a fundação da cidade com um grande bando de dependentes por meio da influência de Tito Tácio que compartilhou o poder real com Rômulo (...). Foi admitida entre as famílias patrícias, recebendo, além disso, da *Res Publica* um pedaço de terra no lado mais distante do Anio para seus dependentes e um local de enterro para a família ao pé da colina do Capitólio. Então, com o passar do tempo, foi homenageada com vinte e oito consulados, cinco ditaduras, sete censuras, seis triunfos e duas ovações. Enquanto os membros da família eram conhecidos por vários nomes e sobrenomes, eles descartaram o nome Lúcio de comum acordo depois que dois da família que o tiveram foram considerados culpados, um de assalto e o outro de assassinato. Para os seus sobrenomes, por outro lado, acrescentaram o de Nero, que na língua sabina significa "forte e valente". (SUETÔNIO, *Tibério*, I).

Suetônio mencionou que a família Cláudia foi uma das mais antigas que chegaram em Roma no ano de sua fundação e, aos poucos conquistou prestígio. Durante a República exerceu, por vezes consideráveis, algumas das mais importantes magistraturas. Mas é interessante quando o autor mencionou do nome Nero, introduzido na família. Esse foi o sobrenome do primeiro esposo de Lúcia e o pai de Tibério. Segundo Suetônio (*Tibério*, IV), Tibério Nero foi questor, na época de César, comandante militar e Pontífice.

Depois da morte de César, a família Cláudia esteve em oposição a Otávio durante a batalha contra os assassinos do ditador. Na época do Segundo Triunvirato, Tibério Nero e sua então esposa Lúcia fugiram da Itália durante as proscricções de Otávio e Marco Antônio. Depois de um período de anistias, decretado por Otávio, a família Cláudia voltou para Roma, e Lúcia, mesmo grávida de seu segundo filho, Druso, foi entregue a Otávio como esposa pelo próprio marido: "Graças à reconciliação que sobreveio, regressou a Roma, e cedeu à Augusto, a pedido deste, sua esposa Lúcia Drusila, a qual não só estava grávida, mas que já tinha lhe dado um

filho.” (SUETÔNIO, *Tibério*, III, IV). Em vez da família, os romanos usavam a *domus* frequentemente para indicar a unidade familiar (SALLER, 2013, p. 339).

Enquanto os casamentos eram habituais, a mulher entrava na *potestas* de seu marido, tornava-se um membro da família de seus filhos e do marido (SALLER, 1994, p. 76). Portanto, como supõe Omena (2009, p. 8) o casamento na Roma Antiga foi uma forma de promoção social. “Assim, os papéis no casamento não representavam a submissão, mas o diálogo e as articulações de poder, de forma a garantir a estabilidade política, visto que afirmava as uniões entre as famílias e, ao mesmo tempo, garantia sua continuação segundo os valores do *mos maiorum*” (SILVA, 2015, p. 126). Por isso, Lúvia adquiriu uma posição de destaque na *domus* Augusta e também exerceu a *potestas* na condição de *mater familiae*. Ela articulou a sucessão imperial no fim da vida de Augusto e promoveu seu filho Tibério a *Princeps*. Torna-se, então, relevante analisar o papel que a *gens Claudia* exerceu no contexto sucessório do Principado de Augusto por meio da promoção adquirida por Lúvia e Tibério na *domus* Imperial.

Augusto, entretanto, havia consolidado seu projeto sucessório, consagrando membros de sua própria família. O primeiro cogitado para a sucessão foi Marcelo, sobrinho de Augusto, filho de sua irmã Otávia. Augusto ordenou o casamento de sua filha Júlia com Marcelo em 25 a.C. Com isso, torna-se evidente a todos que Marcelo foi chamado para ser o herdeiro de Augusto, ainda mais pela grandeza dos jogos que ele financiou para o seu sobrinho e genro (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 33). Marcelo, no entanto, acabou morrendo em outubro de 23 a.C. e Augusto fez com que Júlia se casasse com Marco Agripa. Portanto, o destino dos *Iuli* se assentava, nesse momento, sobre Júlia e os filhos que ela teve com Agripa: Caio e Lúcio (GRIMAL, 2008, p. 61-62). Tácito resgatou esse episódio das adoções realizadas por Augusto e escreveu o seguinte:

Enquanto isso, para consolidar seu poder, Augusto levantou Cláudio Marcelo, filho de sua irmã e um jovem rapaz, ao pontificado e à edilidade *curule* e Marco Agripa, mesmo não sendo aristocrata, mas um bom soldado e seu parceiro na vitória, foi honrado com dois consulados sucessivos e um pouco mais tarde, com a morte de Marcelo, selecionado como seu genro. Cada um de seus enteados, Tibério Nero e Cláudio Druso, recebeu o título de *Imperator*, embora sua própria família ainda estivesse intacta: por ter admitido os filhos de Agripa, Caio e Lúcio à casa dos Césares, e mesmo durante sua infância tinha mostrado, sob um véu de relutância, um desejo de vê-los cônsules designados com o título de príncipes da juventude. (TÁCITO, *Anais I*, III).

Com a morte de Marco Agripa em 12 a.C., Júlia se casou com Tibério, sob a ordem de Augusto e esse casamento consagrou a união das famílias Júlia e Cláudia. Tibério se tornava o

protetor dos filhos de Júlia, designados como sucessores de Augusto. Depois da morte de Druso em 9 a.C., Tibério também foi investido com o poder tribunicio (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 39) e assumia, aos poucos, cargos e títulos. Entretanto, as relações pessoais entre Augusto e seu enteado não eram estritas. Os dois se tornaram ainda mais distantes quando o escândalo de Júlia veio a público e o próprio Augusto interveio para acabar com o casamento de sua filha com Tibério (ECK, 2007, p. 157). Júlia foi acusada de adultério e sofreu a punição do exílio, ordenada pelo próprio Augusto que precisava garantir sua *Lex Iulia* sobre o matrimônio. Wallace-Hadrill comenta que os escândalos de Júlia aconteceram na mesma época em que Augusto celebrava a construção do templo de Marte no Fórum Augusto e sua aclamação como *Pater Patriae*, segundo o autor, portanto,

em 2 a.C., um ano em que Augusto tomou o consulado, dedicou o templo de Marte em seu novo Fórum e foi pai da pátria, *Pater Patriae*, descobriu que sua filha tinha conduzido uma vida escandalosa de devassidão e adultério. Ela teria alegado, com alegria, ter se unido a um grupo de amantes bêbados, que através do Fórum, poluíram o *rostrum* do qual Augusto promulgou novas leis para impor a santidade da família. Com fúria, relatou a história completa ao Senado; e invocando o pleno vigor da lei, baniu sua própria filha permanentemente na pequena ilha de Pandateria e exilou ou executou seus amantes. Sua raiva nunca foi suavizada e foi deixada no exílio apesar das manifestações populares a seu favor. (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 40)

Com a morte dos netos de Augusto, Lúcio em 2 d.C. e Caio em 4 d.C., os planos de Augusto para a sucessão imperial fracassaram. O plano de Lívia para a adoção de seu filho foi consolidado, ainda que isso fosse visto com certo desdém por parte de algumas pessoas.<sup>24</sup> Mas a adoção de Tibério, além de transmitir a aparência de estabilidade no Império, teria sido uma ocasião de alegria e satisfação para Lívia, e teria ajudado a apagar qualquer dor que ainda sentisse pela morte de Druso. Todos esperavam uma era de paz e boa ordem, mas o mais importante, na perspectiva de Fergus Millar, foi a ênfase na ideia de continuidade da casa imperial, algo que foi mantido pelas honras que Tibério recebeu como filho de Augusto (MILLAR, 349). A adoção de Tibério, portanto, provocava um certo alívio, haja vista que os problemas da sucessão pareciam ter sido resolvidos (BARRETT, 2002, p. 56). Rosa López (1998, p. 144) traz uma abordagem relevante sobre a influência de Lívia na questão sucessória. Segundo a autora,

---

<sup>24</sup> Wallace-Hadrill (2009, p. 41) afirma que, como Lívia realmente conseguiu levar seu filho ao poder pela adoção, era previsível que os romanos a lançassem no papel da madrasta perversa para o caso de Júlia e seus filhos. Tácito conjectura a respeito dos boatos que corriam sobre a possível intervenção de Lívia na morte dos herdeiros de Augusto. O que nos interessa aqui, entretanto, é a legitimação de Lívia como membro da *gens Iulia* e a garantia de participação da sua própria *gens Claudia*, no poder.

no entanto, a relação com seu papel nas tarefas políticas resulta sua intervenção inquestionável na questão sucessória, impondo a linha de seus descendentes Cláudios frente à dos Júlios; mas mesmo neste caso, seu comportamento parecia ajustar-se aos apontamentos de Augusto. O fundador do Principado se preocupou antecipadamente com a eleição de seu herdeiro ao trono imperial e de forma indireta demonstrou seu desejo de ter seu próprio sangue. Diante da falta de filhos de seu matrimônio com Lívia, optou por buscar o sucessor entre os membros de sua própria família, de sua filha Júlia ou de sua irmã Otávia; dada a importância das mulheres Júlias, mas logo também das Cláudias, nos planos do governo do *Princeps*, cujos matrimônios, sobretudo os de Júlia, respondiam aos planos políticos de Augusto. Diante das mortes, em alguns casos prematuras e inesperadas, dos sucessivos candidatos ao trono imperial, Lívia conseguiu que seu primogênito, fruto de seu primeiro matrimônio, obtivesse a honra de suceder a Augusto. Ao tratar-se de um Cláudio, o *Princeps* procedeu com a sua adoção, mantendo mediante esse sistema fictício a concepção dinástica na transmissão do poder. Tibério se convertia em *Princeps* como filho de Augusto, ainda que biologicamente só era de sua esposa Lívia. Mas as reais ou supostas relações de parentesco, se pretendia mostrar que a capacidade para ascender ao trono imperial estava nas mãos da família de Augusto, a *domus Augusta*, e do testamento deste último é eloquente sobre o assunto, já que ele outorgou à sua esposa o nome de Júlia Augusta. (LÓPEZ, 1998, p. 144).

A adoção de Tibério representou a consolidação da *gens Claudia* no poder e a garantia de continuidade do Principado. No ano 13 d.C., Augusto, vendo que a morte se aproximava, tomou as últimas disposições possíveis e associou Tibério ao seu poder, concedendo a ele, por meio de uma lei, atribuições iguais às suas (GRIMAL, 2008, p. 64). Reforçou também a sua *tribunicia potestas* e lhe garantiu o direito de administrar as províncias, bem como o comando dos exércitos e a autoridade para realizar censos (SCULLARD, 2011, p. 185). A sucessão imperial, neste caso, não era hereditária. O imperador como um magistrado não legava ao seu filho o cargo que exercera, mas apoiado por aliados como a guarda imperial e as legiões, se esforçava para manter sua *gens* no poder (VEYNE, 2009, p.4). A *tribunicia potestas* e o *maius imperium* foram, na perspectiva de Gruen (2007, p. 50), elementos fundamentais no contexto da sucessão. Tibério, já no ano 13 d.C. adquiriu a renovação de sua *tribunicia potestas* pela décima vez e o direito de comandar as legiões, bem como a intervenção direta nas províncias (*maius imperium*). Com tais poderes, Tibério se tornava o novo *Princeps* e, após a morte de Augusto em 14 d.C., ele se tornava o continuador do Principado que se manteria por intermédio da dinastia Júlio-Claudiana.

Partiremos daqui para o próximo capítulo para analisar a morte e o funeral de Augusto, bem como os espaços e a performance dos ritos funerários no contexto do Principado romano. O objetivo das próximas reflexões se concentra nos pormenores dos funerais romanos, inseridos

em um contexto de celebração da morte. O culto à memória dos mortos, ainda segundo Assmann (2011), faz parte da memória cultural e vai se modificando, a partir dos séculos. A celebração do funeral de Augusto em 14 d.C. foi transmitida à temporalidade de Tácito, Suetônio e Dion Cássio, com o auxílio desses diversos signos e aparatos festivos supracitados. O terceiro capítulo, portanto, apresentará a tarefa desafiadora de conectar esses signos à realidade das obras que utilizamos como fontes, para compreender em geral a funcionalidade do funeral imperial como uma prática social dos romanos.

**CAPÍTULO 3**  
**MEMÓRIA E *RELIGIO* NA CELEBRAÇÃO DO FUNERAL DE**  
**AUGUSTO**

A historiadora inglesa Janet Huskinson (2011, p. 113) afirmou, em seu capítulo do livro *Memória e Luto*,<sup>25</sup> que nos memoriais romanos, os mortos são lembrados como indivíduos e também como pessoas que exibiram qualidades sociais importantes em suas vidas. A morte em Roma não representava apenas o fim da vida, mas a construção da memória social do falecido. Nesse sentido, verifica-se que a memória é moldada e construída em resposta ao conhecimento existente de um indivíduo (SCULLARD, 1981, p. 218).

Essa memória se expressa por meio de representações e dispositivos retóricos que materializam e reproduzem a vida do indivíduo morto: ritos, orações fúnebres, monumentos mortuários, lápides e a própria celebração do funeral como um instrumento de construção da identidade romana. Isso se explica porque o funeral em Roma está correlacionado ao processo de reintegração dos enlutados, ou seja, os ritos e toda a festividade fúnebre reuniam diferentes grupos da sociedade (Cf. OMENA; FUNARI, 2016, p. 14). O culto à memória dos mortos, segundo Aleida Assmann (2011), faz parte da memória cultural.

No que se refere às representações que envolvem a morte e a memória, concordamos com Christopher Johanson (2011, p. 409), segundo o qual, essas representações visuais retratam vistas gerais da cidade ou discursos textuais que se concentram em monumentos individuais. No tocante à Roma Antiga, para experimentar as imagens da cidade, deve-se realizar o impossível: atravessar os bairros, considerar os pontos turísticos e vislumbrar a cidade como um lugar de memória. Os espaços, portanto, são muito úteis na fixação dos eventos. Primeiramente, ligam-se os locais à história das famílias. Tem-se ainda os locais sagrados, onde pode-se vivenciar a presença dos deuses (ASSMANN, 2011, p.322).

Partindo dessas premissas, destacaremos, neste capítulo, considerações acerca dos funerais romanos como representações da morte e como uma cerimônia que envolvia festividade, religião e as mais variadas performances. Nesse âmbito, o funeral de Augusto adquiriu destaque especial nos escritos antigos e foi um evento que envolveu diversos elementos ligados à festividade e celebrações da morte. É neste sentido que nossa argumentação partiu da análise de fontes da documentação antiga entre as quais destacamos três autores que escreveram sobre o funeral de Augusto em épocas distintas do Principado: Tácito e Suetônio no final do século I d.C. e início do século II d.C. e Dion Cássio que escreveu sua obra *História Romana* na primeira metade do século III d.C., à época dos imperadores da Dinastia Severa. As obras desses autores são armazenadores

---

<sup>25</sup> O título original da obra é *Memory and Mourning*. Trata-se de uma coletânea de textos historiográficos que reúnem trabalhos de pesquisadores a respeito das práticas funerárias no mundo romano. O livro foi editado pelas autoras Valerie Hope e Janet Huskinson.

de memória que na perspectiva de Assmann (2011, p. 33) servem como depósitos de informações que operam como dispositivos de recordação. Portanto, as narrativas de Tácito, Suetônio e Dion Cássio serviram como dispositivos retóricos de memória para a sua própria época e contexto histórico.

### 3.1 – *Religio* e memória na performance dos funerais imperiais

O funeral romano foi um componente fundamental da *religio* romana. Conforme este raciocínio, é necessário compreender o funcionamento da religião em Roma, atrelada à prática política, como mecanismo de sustentação do *mos maiorum* e dos ritos cívicos. Assim, como argumenta Rupke, (2007, p. 750-751) “a *religio* romana não foi um sentimento vago ou um medo vazio do sobrenatural como superstição, mas algo que resulta da aceitação dos deuses como parte da ordem social, uma disposição humana, um hábito, que encontra sua expressão nos rituais correspondentes”. Cícero e Varrão escreveram no final do século I a.C. alguns tratados sobre a religião romana e o tema abordado por esses autores é o mesmo: a religião era a esfera da qual os romanos se orgulhavam e a prática que os distinguiu dos outros povos (ORLIN, 2010, p. 24). As possibilidades de variação entre o conjunto de crenças podem ser multiplicadas por centenas de deuses e milhares de romanos na cidade de Roma. A religião romana era o agregado de um grande número de subconjuntos de crenças sobrepostas, e foi esse agregado como um todo que tornou a religião romana como um distintivo em conjunto (KING, 2003, p. 287).

A religião romana era autenticamente cívica e os deuses participavam da atividade pública. Com isso, as interações entre deuses e homens eram sempre constantes por meio dos rituais. Os deuses também eram cidadãos de Roma e participavam dos atos cívicos (BELTRÃO, 2006, p. 141). Como salienta Veyne (2009, p. 223):

a relação entre homens e deuses são laços internacionais entre dois povos (*gens deorum*, diziam os sacerdotes), independentes, mas desiguais, e a condescendência reside no reconhecimento da superioridade do povo divino, em atos e palavras. Esses laços mútuos são descontínuos e circunstanciais, e, em virtude de sua superioridade e de seu poder, os deuses esperam que os homens lhes rendam homenagem (*timai, honores*) e seria uma imprudência não o fazer continuamente, porque os deuses castigam cedo ou tarde os ímpios, fazendo justiça com as próprias mãos. Roma orgulhava-se de sua fidelidade, vivendo assim em paz com seus deuses, confiando em sua proteção (*pax et uenia deum*).

Essa relação com os deuses era garantida pelos rituais e cerimônias do culto público que fortaleciam a manutenção da *pax deorum*. Visto assim, a religião era a forma correta de cultivar

relações sociais com os deuses, essencialmente pela celebração de rituais implícitos nas ligações entre os deuses e homens (SCHEID, 2003, p. 22-23). Nesse sentido, existia uma abordagem à religião romana que se concentrava nos rituais e cultos aos deuses que, durante o Principado, se estendeu também ao *Princeps* e sua família.

A religião em Roma se consolidou a partir da relação entre os cultos públicos e o exercício da atividade política. As instituições da República exerceram forte influência sobre a determinação dos eventos religiosos. Finley (1983, p. 50-70), em seus estudos sobre o período republicano, observou a intrínseca relação entre as esferas política e religiosa que se estabelece na figura dos magistrados, deixando claro que não é possível dissociar a elite cívica da elite religiosa de Roma. Cobia, portanto, ao Senado a decisão sobre um acontecimento como um prodígio, por exemplo, ou decretação de um funeral público, além de introduzir novos cultos na cidade (BEARD, 1990, p. 31) e as decisões dos senadores prevaleciam sobre as dos colégios sacerdotais. A autoridade religiosa sob a República tinha sido caracterizada pela sua extrema ligação com a aristocracia tradicional romana.

Os senadores eram membros de um ou outro colégio sacerdotal, igualmente e o número de cultos e templos era enorme. Havia feriados (*feriae*) e jogos (*ludi*), talvez ocupando um terço do ano até o final da República. As ruas e praças da cidade estavam cheias de templos. De um modo ou de outro, os imperadores entraram em uma grande proporção desses cultos. No entanto, isso estava longe de ser livre para todos. As regras, rituais, associação e formulário de orações de cada uma dessas associações foram rigorosamente regulamentadas, na verdade, as regras do culto era uma parte central da atividade dos colégios de sacerdotes romanos (WOOLF, 2009, p. 244).

Aos magistrados eram atribuídas diversas atividades públicas ligadas às questões religiosas como a realização de sacrifícios e a consulta de augures para os auspícios. Entretanto, os magistrados não eram sacerdotes e não podiam presidir e organizar cerimônias dedicadas exclusivamente aos deuses de Roma. O sacerdócio em Roma era um estatuto social (SCHEID, 1991, p. 51), assim como os cargos políticos; além disso, eram eleitos pelos comícios assim como os magistrados. O professor Harry Jocelyn da Universidade de Sydney apresenta uma relação entre as eleições dos magistrados e a legitimação da autoridade pública dos eleitos pelo Pontífice Máximo. Segundo o autor,

a autoridade dos magistrados civis superiores reivindicou a sanção divina. Os magistrados eram escolhidos por voto popular, no entanto, não foi estritamente a voz das pessoas votando nas assembleias regulares que conferiam autoridade sobre eles, mas um sinal nos céus, produzido pela cerimônia religiosa e a decisão de uma assembleia arcaicamente organizada presidida por um eminente dos

sacerdotes, o *Pontifex Maximus*. Ele controlava todos os aspectos importantes do culto do estado, agindo por sua própria iniciativa ou, em circunstâncias incomuns, a conselho do Senado ou de uma das faculdades de sacerdotes. Além disso, administrando os sacrifícios estabelecidos e festivais públicos, eles mantiveram a verificação de práticas importadas que pareciam ser prejudiciais para o bem-estar do estado ou para tornar os cidadãos romanos propensos a negligenciar os cultos tradicionais (JOCELYN, 1982, p. 92-93).

Augusto introduziu uma série de reformas nos colégios sacerdotais. O *Princeps* passou a agregar os poderes de várias magistraturas e também passou a controlar a religião com o título de *Pontifex Maximus* a partir de 12 a.C. Com isso, o imperador passou a nomear sacerdotes e ele mesmo se tornou membro de todos os outros maiores colégios como dos áugures desde 42 a.C., dos *quindecimviri* desde 37 a.C., e possivelmente dos *septemviri* desde 16 a.C. (GORDON, 1990, p. 183). O próprio Augusto menciona os cargos religiosos e sacerdócios ocupados por ele: “fui Pontífice Máximo, áugure, um dos quindécênviros encarregados dos ritos sacros, um dos septemviros superintendentes dos baquetes públicos, fui irmão Arval, companheiro Tício e Fecial” (*Res Gestae Diui Augusti*, VII).<sup>26</sup>

Essas reformas, portanto, podem ser atribuídas à mudança da situação política em Roma, que está relacionada ao domínio agora exercido por Augusto. Por meio do título de *Pontifex Maximus* a inter-relação estreita entre religião e política em Roma garantiu que Augusto fosse a figura dominante na esfera religiosa, ao mesmo tempo em que se tornou a figura política dominante. No sistema republicano, as inovações religiosas, como a adição de novos cultos, eram derivadas do Senado trabalhando em conjunto com os cidadãos. Sob o Principado, toda essa autoridade estava localizada na pessoa do *Princeps* e a inovação religiosa resulta de suas decisões. A imagem de Júpiter concedendo novos ritos pode ser comparada à posição de Augusto em relação aos seus próprios compatriotas; certamente nos Jogos Seculares que Augusto promoveu, ele mesmo ofereceu um novo costume e um novo rito para este antigo festival (ORLIN, 2007, p. 78).

A religião foi identificada com o poder político não somente pelo fato de Otávio ter recebido o título de Augusto, mas também, por ter assumido a posição de *Pontifex Maximus*. Assim, o imperador se tornava o chefe da religião romana e, como tal, o responsável pela

---

<sup>26</sup> Todos os cargos sacerdotais mencionados foram fundamentais para o exercício do culto público. O Pontífice Máximo era o chefe da religião romana, responsável por nomear sacerdotes e presidir os maiores cultos públicos. Os quindécênviros eram responsáveis pela proteção dos livros sibílicos, consultados pelos romanos e interpretados para questões discutidas no Senado. Os septênviros eram sacerdotes geralmente encarregados da organização dos banquetes públicos e festas em homenagem aos deuses. Os irmãos arvais formavam o colégio de sacerdotes responsáveis pelos sacrifícios anuais para a boa fertilidade do campo. Os Tícios foram sacerdotes responsáveis pelos cultos públicos e depois, no Principado, se ocuparam em organizar o culto imperial. Os Feciais eram conselheiros do Senado com relação aos assuntos públicos.

manutenção da *pax deorum*. Ademais, desde o ano 30 a. C., jogos foram celebrados a cada cinco anos por sacerdotes ou pelos cônsules em cumprimento dos votos feitos pela saúde de Augusto. Nesse sentido, como observa Scheid (2005, p. 187), encontramos nas ações de Augusto a consistência de um programa religioso criado para longo prazo de duração do qual dois elementos são destacados: as honras divinas ao *Princeps* soberano e o interesse em restaurar antigas tradições. Nos banquetes privados, libações eram oferecidas a Augusto, enquanto imagens de Augusto e de membros de sua família se apresentavam nas casas das famílias devotas ao *Princeps* (BEARD, 2004, p. 207). Sendo assim, a religião na época do Principado se constitui por uma série de cultos diferentes que dividem um foco em comum na adoração do imperador e sua família ou predecessores, mas que opera de uma maneira consideravelmente diferente de acordo com uma variedade de circunstâncias locais (BEARD; NORTH & PRICE, 1998, p. 318).

Além de concentrar sobre si poderes religiosos, Augusto criou uma posição significativa: um magistrado e sacerdote ao mesmo tempo. O *Princeps*, com isso, passou a intervir em questões religiosas e tomou para si também a responsabilidade de restaurar templos e ordenar a construção de novos. A restauração religiosa de Augusto talvez possa ser vista mais claramente em um dos elementos mais citados de seu programa religioso: a restauração de templos em toda a cidade de Roma. Nas *Res Gestae Divi Augusti*, Augusto escreveu: “Quando fui cônsul pela sexta vez, mandei reconstruir oitenta e dois templos dos deuses na cidade pela vontade do Senado, não descuidando de nenhum que precisasse de reparo naquele momento” (*Res Gestae Divi Augusti*, XX).

É improvável que a restauração de todos os oitenta e dois templos mencionados fosse concluída em um único ano, embora isso seja às vezes a impressão que se tem ao ler sobre a restauração promovida por Augusto. Por intermédio de sua reconfiguração do sistema religioso de Roma, Augusto reconfigurou simultaneamente a cidade física e seu passado. Na República, os templos serviram para mapear o crescimento de Roma e marcar momentos históricos específicos ou batalhas vencidas por generais. Eram, portanto, monumentos de memória. Em sua restauração e dedicação de templos, Augusto reescreveu essa história e apresentou uma nova imagem da religião romana. Nesta concepção, as práticas religiosas romanas não eram o produto de um desenvolvimento histórico secular, mas dos pronunciamentos de uma entidade única que visava criar um sistema religioso que poderia ser compartilhado por mais de uma pessoa. Assim como Júpiter fundou simbolicamente a religião romana, Augusto fundou um novo sistema religioso que expandiu os limites da romanidade (ORLIN, 2007, p. 82-92).

A religiosidade no princípio não era apenas uma questão de importar novos cultos das províncias do império. Um número das fundações de templos parece representar novas maneiras de conceituar a relação entre o lugar e as tradições de Roma, cuja importância no período Augustano foi significativa. O Panteão foi o monumento mais impressionante que sobreviveu da Roma imperial, que substituiu um templo anterior ao período de Augusto no mesmo local. O imperador Adriano, posteriormente, enfatizou sua adesão à ideologia de Augusto de várias maneiras diferentes, ao restaurar a inscrição original acima do Panteão, para que o edifício ainda estampasse o nome de Agripa, braço direito de Augusto, e seu construtor. Adriano também reteve as principais divindades honradas no edifício original, incluindo Marte e Vênus, talvez junto com estátuas de Augusto e Agripa. Mas o prédio em si tinha um novo projeto: atrás do pórtico, o templo consistia em uma enorme rotunda, coberta por uma cúpula, com a luz entrando no vasto espaço no interior através de uma abertura circular no centro da cúpula. E embora tenham criado infinitas teorias sobre a interpretação precisa ou do simbolismo arquitetônico, o que prevalece é que ao evocar a abóbada do céu com o seu sol, o edifício exibiu as antigas divindades de Roma (BEARD; NORTH & PRICE, 1998, p. 257).

Um exemplo desse programa de restauração e construção de templos é o templo de Apolo que Augusto mandou construir adjacente à sua casa no Palatino. O detentor do poder religioso é o mesmo indivíduo que mantém o controle do poder político e ele se torna o cabeça da religião romana (BELTRÃO, 2006, p. 147). A *domus* Augusta foi, ao mesmo tempo, centro do poder político do Principado e um lugar de culto. É nessa perspectiva que o culto imperial e o funeral de um imperador surgem como mecanismos de construção da memória imperial.

O culto imperial se difere do culto público que era celebrado aos deuses. Os imperadores recebiam uma espécie de veneração, mas não se igualavam aos deuses. Havia uma diferenciação, por meio dos termos *diuus* e *deus*. Os imperadores só passavam a receber culto depois de sua morte e principalmente após a celebração da *consecratio* e da apoteose que transformava o imperador morto em um *diuus*. Na apoteose, ao morto era dada a possibilidade de compartilhar a imortalidade divina por intermédio da manutenção de sua memória. (GONÇALVES, 2007, p. 29). Este foi o caso de Júlio César, apresentado no capítulo anterior,<sup>27</sup> e o caso de Augusto, cuja *consecratio* e apoteose ocorreram nos dias de seu funeral. Os funerais eram também a ocasião onde se celebravam a apoteose do imperador deificado. Para os autores Mary Beard, John North e Simon

---

<sup>27</sup> Recordamos aqui o tema contemplado no início do segundo capítulo sobre o funeral de Júlio César e sua *consecratio* que determinou o reconhecimento público de Otávio.

Price (1998, p. 226) o funeral de um imperador romano acontecia para marcar sua mudança de *status* de uma pessoa mortal a divina. A cerimônia fúnebre, portanto, foi desenvolvida para levar em conta a deificação do *Princeps*. No entanto, mesmo neste ritual mais monárquico, foram fortes elementos de continuidade com a prática funerária republicana tradicional. As ambiguidades da posição do imperador eram tais que seu funeral foi tanto um funeral aristocrático comum quanto uma cerimônia de divinização.

Os sacrifícios e honras prestados ao imperador eram comparáveis àqueles oferecidos para os deuses (PRICE, 1980, p. 33). Os habitantes do Império não faziam pedidos para o imperador morto, mas apenas os veneravam (BOWERSOCK, 1972, p. 198). Essa veneração pública, para o caso de Augusto, já era praticada com o *Princeps* vivo. Conforme Augusto apresenta em suas *Res Gestae*, votos e jogos eram celebrados em sua honra:

O Senado decretou que de quatro em quatro anos os cônsules e os sacerdotes fizessem votos pela minha saúde. Depois desses votos, durante a minha vida, as vezes os quatro ilustres colégios dos sacerdotes, as vezes os cônsules celebraram jogos. E todos os cidadãos, seja em particular, seja através dos municípios, unidos e continuamente pediram junto a todos os altares pela minha saúde (*Res Gestae Diui Augusti*, IV).

Como podemos observar, os votos dedicados à Augusto não eram cerimônias de culto a um deus, mas súplicas prestadas pela saúde do *Princeps*. Esses votos se tornam públicos e contínuos como um ato cívico de veneração ao imperador, mas é somente depois de sua morte que o culto de fato se estabelece e Augusto passa a receber honras divinas e templos. O culto imperial não será apenas um momento de oferecimento de honras aos imperadores, mas, um sistema de crenças que define a posição do imperador. Ou melhor, por meio do ritual ficava definida a natureza do poder do imperador e das relações sociais (MENDES, 2010, p. 154). O culto imperial e os funerais públicos dos grandes cidadãos eram o ápice de um sistema político-religioso que, aos olhos de seus praticantes, que eram políticos tanto quanto os sacerdotes, estes eram mecanismos capazes de garantir o extraordinário sucesso de Roma (DAVIES, 2002, p. 144). Partindo dessas premissas, destacaremos considerações acerca dos funerais e a performance do espetáculo público como um mecanismo de construção de memória. Famílias da elite política de Roma aproveitaram-se dos funerais para celebrar a memória de seus ancestrais. Ora, desde tempos ancestrais, era costume romano reverenciar seus mortos com uma série de preceitos. O mais importante deles era cumprir todos os ritos fúnebres que variavam conforme as condições sociais e culturais do falecido e de sua família, considerando as circunstâncias em que ocorreu a morte a fim de preservar a memória do morto. A morte era um momento solene e o respeito aos mortos provinha

principalmente de duas causas: uma era a *pietas* característica da formação do cidadão romano, a outra advinda de uma suspeita de que nem tudo estaria terminado com a morte (BRAREN, 1995, p. 165).

Esse respeito aos mortos e a celebração da memória de falecidos e suas famílias proporcionaram a realização de funerais públicos, para que todos os cidadãos de Roma participassem das cerimônias fúnebres. Entretanto, somente membros das famílias abastadas e magistrados tinham direitos a um *funus* público. Por isso, além de ser um evento público, o funeral era uma oportunidade para a família exibir seu poder. O funeral de um membro das famílias antigas (*gentes*) ofereceu o conjunto mais impressionante de símbolos de *status* e ofícios magistrados. Toda a estrutura do funeral era montada para divulgar a influência social e política do falecido e de sua família. A ideia de continuidade dos privilégios da família era representada pelo jovem, geralmente o filho do falecido, que pronunciava a oração fúnebre na rostra, fato que garantia status político e que sugeria a chegada de uma outra geração para continuar as grandes tradições do passado (FLOWER, 2006, p. 335-336).

Sabemos, portanto, que a família organizava o espetáculo fúnebre para angariar a participação popular. Como forma de resgatar as tradições, os funerais incluíam peças teatrais com atores que vestiam vestes magistradas e encenavam eventos da vida pública do falecido ou de outros membros da família que exerceram cargos políticos. Máscaras de cera eram utilizadas para as encenações, bem como outros artefatos. Além das performances teatrais, alguns funerais contavam com jogos e outros eventos para homenagear o falecido e sua família.

O funeral aristocrático típico seguiu uma estrutura ritual padrão, evocando a fama e realizações do falecido e sua família, bem como a glória de Roma: exibição do corpo em casa; procissão da família, transportando o corpo para o Fórum (pompa); discurso em louvor do morto na rostra (*laudatio*); cremação ou enterro. O corpo do falecido era exposto no átrio de sua casa por vários dias antes do funeral acontecer. No dia do funeral, o local da cremação e outros apetrechos preparados. O falecido era habitualmente carregado de sua casa por membros de sua família ou seus clientes, que formaram a procissão (pompa) e transportavam o corpo ao Fórum. Na cabeceira da pompa haviam músicos e profissionais de luto seguidos por atores que colocavam máscaras – *imagines* - de membros famosos da família do falecido, representando os mortos. No final se apresentavam a família e o cadáver. No caso de um funeral público (*funus publicum*), senadores e magistrados assumiam o lugar da família como carregadores do corpo para o Fórum. A presença

de políticos teve como objetivo demonstrar que as realizações do falecido beneficiaram diretamente a *res publica* (SUMI, 1963, p. 42).

O fórum romano foi um espaço bem conhecido em todo o império. A celebração do funeral nesse espaço público era uma forma de apresentar a monumentalidade dos edifícios e a arte do fórum. Durante a República, muitos cidadãos de Roma trabalhavam no fórum e em épocas de funeral eles participavam da celebração e aproveitavam para divulgar seu trabalho. Diane Favro e Christopher Johanson (2010, p. 16) apontam descrições dos funerais republicanos, por meio de relatos prescritos na documentação antiga. Esses relatos descreveram o movimento da pompa fúnebre aristocrática. As procissões funerárias abrangiam várias ruas de Roma como uma forma de reunir o maior número de participantes que depois lotaria o fórum durante a oração fúnebre.<sup>28</sup>

Alguns desfiles entraram pela *Via Sacra* em meados do período republicano, uma rota simbolicamente potente para inúmeras procissões rituais, incluindo o desfile triunfal, um evento que a procissão fúnebre imitou de muitas maneiras. É possível estabelecer uma topografia do cortejo funerário em Roma quando se trata de funerais imperiais. Quando os senadores propuseram, em sessão, as honras e os preparativos para o funeral de Augusto quiseram que seu cadáver passasse pela *Porta triumphalis*. Assim eles propunham uma alteração do recorrido e habitual já estabelecido. A passagem pela porta seria um constitutivo do funeral que seria igual a um triunfo. Esse itinerário da procissão funerária garante um certo significado. A *Via Sacra* era a mais antiga e famosa estrada de Roma. Começando na Velia, perto do templo dos lares, pelo templo de Júpiter e se estendia pela parte oriental do fórum levando ao transeunte até a Régia. Em seu transcurso se encontravam os mais sagrados templos da cidade. Assim, a *Via Sacra* proporcionava a comunicação entre o Palatino e o fórum, especificamente entre a casa dos imperadores até a rostra (ARCE, 1990, p. 41-43).

A procissão dos antepassados permitiu que a família aristocrática criasse um desfile da história romana que se adaptou às suas necessidades e o espetáculo também promoveu uma herança comum entre os espectadores e seus líderes (FLOWER, 1996, p. 126-127). Com isso, ao entrar no fórum, a pompa funerária cruzava a praça central aberta para a rostra, onde o corpo do falecido era colocado em exibição. Do alto da rostra, o herdeiro primário pronunciava o elogio fúnebre - *laudatio funebris* -, cercado por membros do cortejo que, geralmente, usavam máscaras

---

<sup>28</sup> O fórum romano agregava um conjunto de ruas adjacentes que partiam dali para vários setores da *urbs*. A proximidade com o Palatino, local das grandes residências aristocráticas, favoreceu a celebração de funerais das famílias nobres. As procissões saíam desciam a colina do Palatino e percorriam as ruas adjacentes ao fórum para reunir espectadores. Quanto maior o público, melhor seria o prestígio do falecido. As famílias percorriam o maior número possível de ruas como uma forma de mostrar a popularidade do morto e de sua família.

dos ancestrais da família (FAVRO; JOHANSON, 2010, p. 16). Nesse sentido, os funerais aristocráticos romanos são um exemplo de como uma cerimônia poderia reunir o passado e o presente, tanto no discurso em louvor do falecido quanto na procissão de bustos ancestrais (pompa fúnebre) que celebravam todas as conquistas importantes de uma família em particular ao longo da história romana, olhando assim para trás as ações políticas realizadas e os triunfos vencidos (SUMI, 1963, p. 11-12).

Nos funerais, de maneira geral, as mulheres cantam e os homens dançam em representações teatrais. O elemento teatral foi uma característica marcante dos funerais imperiais, pois toda a cerimônia em si era uma enorme representação teatral. (ARCE, 1990, p. 47-49). A família poderia assumir a responsabilidade por muitas partes dos ritos fúnebres, mas havia agentes funerários profissionais disponíveis para ajudar, caso os enlutados pudessem pagar seus serviços. Libitina era a deusa dos funerais e era adorada como tal, mas estava associada a um bosque em Roma, fora do Portão Esquilino, que forneceu uma base para empreendedores os *libitinarii*, onde itens para enterro poderiam ser comprados (BODEL, 2000, p. 136-137). Entre os especialistas estavam: os *pollinctores* que tiraram seu nome da prática de colocar pó na face do falecido para esconder a descoloração da morte; os *vespillones* que carregavam caixões e cadáveres; *fossores* que eram escavadores de túmulos; e *ustores* que eram queimadores de cadáveres (HOPE, 2007, p. 90). Nos funerais imperiais, a presença de atores foi cada vez mais presente. Em alguns casos, um ator representava o próprio defunto e outros, provavelmente levando imagens de cera sobre o rosto, representavam os antepassados do falecido. Na procissão fúnebre, a imagem do defunto se apresenta em diversos momentos de sua vida, em alguns casos com vestimenta triunfal como no caso do funeral de Augusto. O cortejo das imagens, presente também nos funerais privados, aparece no *funus publicum* constantemente. O desfile de imagens durante o funeral presentificou o passado glorioso da cidade de Roma, por meio de indivíduos que o personalizam, dando àquele momento um caráter extraordinário (MACHADO, 2013, p. 67).

Conforme esta linha de raciocínio, entendemos o funeral de Augusto como um espaço de memória, celebrado em Roma com os aparatos festivos de um *funus* público. É necessário acrescentar que esses aparatos tornavam o funeral cada vez mais espetacular ao adicionar símbolos e sinais inconfundíveis apontando para a imortalidade, o que torna a celebração um instrumento de poder de excepcional importância (Cf. ARCE, 1990, p. 34). Por outro lado, acreditamos que as notícias sobre o funeral de Augusto são notícias de uma importância histórica peculiar, porque o momento da morte e os últimos tributos de um monarca ou um imperador suponham um momento

politicamente significativo. Os ritos do funeral público, com efeito, fazem parte de um drama político em que muitas das pessoas poderosas da sociedade estão envolvidas (MARTÍNEZ, 2015, p. 45).

Os rituais fúnebres romanos foram processos que removiam o falecido do mundo dos vivos e orientava o comportamento dos sobreviventes enlutados. No leito de morte, o cidadão poderia tentar exercer preferências individuais, instruções pessoais, e os enlutados a se distanciarem dos preparativos para o funeral, empregando agentes funerários. Entretanto, os eventos do leito de morte ao túmulo deveriam seguir um certo padrão e as pessoas estavam em conformidade com os papéis esperados. O processo começava com o momento da morte, que foi imbuído de idealizadas expectativas (HOPE, 2007, p. 93). Após a morte, o corpo precisava estar preparado para o funeral. Inicialmente os olhos eram fechados, o nome do falecido era aclamado aos lares e corpo poderia ser movido para garantir que todos os sinais de vida tenham desaparecido antes de ser lavado em água morna. O corpo foi então ungido, vestido, e ornamentado pelas mulheres da casa ou *pollinctores* masculinos. Um molde de gesso do rosto do falecido poderia ser feito neste estágio, talvez para uso em retratos subsequente. Algumas dessas máscaras mortuárias foram encontradas enterradas com o falecido, mas a maioria máscaras foram provavelmente tomadas enquanto as pessoas viviam e eram usadas para a produção de estátuas e não como parte do ritual funerário (CARROLL, 2006, p. 37-39).

Os funerais da elite durante o final da República e início do Império envolvidos os mesmos elementos básicos de outros membros da sociedade. O corpo tinha para ser lavado, vestido, exibido, levado para o túmulo e, em seguida, eliminado por cremação ou inumação. Mas através de toques adicionais, os funerais da elite foram projetados para ser espetáculos memoráveis, o que muitas vezes implicava mensagens políticas. As máscaras ou *imagines* eram cruciais para o desfile do evento e foram cuidadosamente armazenados e exibidos na casa de família quando não eram usadas nos funerais. Usando essas máscaras, os atores poderiam trazer os mortos de volta à vida. De fato, o que era importante nesses eventos não foi o que aconteceu no túmulo, a pira, a sepultura, e assim por diante, mas o que foi fundamental a procissão na cidade, a exibição de símbolos da elite no coração de Roma e o discurso elogioso entregue no Fórum (HOPE, 2007, p. 123).

O funeral, em nossa percepção, foi um instrumento de poder que reforçou a *potestas* da *domus* Imperial e da figura divina do *Princeps*; portanto, era uma prática social que envolvia também elementos políticos. O ritual fúnebre inseriu-se no coração político de Roma e os aparatos dos carros funerários, a regalia triunfal, o traje do ofício magistral e a exibição de realizações dos

familiares ancestrais visavam ressaltar as realizações da influência política do falecido e a demonstração pública do poder de sua família (JOHANSON, 2011, p. 408). Na perspectiva da autora Maureen Carrol (2006, p. 16), a família era a maior interessada em perpetuar a memória do falecido, visto que o funeral também era uma prática política e um símbolo de poder. A memória dos mortos é criada e conservada pelos vivos, que lhe garantem um lugar neste mundo, um lugar religiosa e juridicamente definido. Nesse sentido, é em relação ao mundo dos vivos que a religião romana estabelece o lugar dos mortos. Sua existência é a memória (BELTRÃO, 2016, p. 65).

### **3.2 – A morte de Augusto e os preparativos para o seu funeral**

A morte para os romanos era um ato cívico, pois representava a continuidade do ideal de civilização dos romanos por meio da memória do falecido. “Na sociedade romana, portanto, a memorarão sagrada aos mortos é observada nos rituais fúnebres que se destinavam à produção de memória, a qual criava a possibilidade de os familiares lembrarem seus ancestrais” (OMENA; GOMES, 2017, p. 341). De certo que para os egípcios e cristãos a preocupação com a morte estava ligada com a salvação. Esta não foi a preocupação dos romanos, pois a morte, do ponto de vista religioso, era uma tendência à perpetuação da cidade que é a coletividade. A morte de um imperador romano certamente foi a ocasião para um enorme espetáculo público funerário, enfatizando a estabilidade e continuidade do estado romano (DAVIES, 2002, p. 141-143). Nesse sentido, o funeral adquire a função de comunicação e reforço de um laço social, à medida que expressa o papel coletivo que o indivíduo morto representa perante a cidade. A comunidade participa do ritual e compartilha um senso de identidade coletiva à medida que se interage com a cerimônia. A ritualização da morte é um caso particular da estratégia global do homem contra a natureza, feita de interdições e concessões. Por isso, a morte não foi abandonada a si mesma e à sua desmedida, mas ao contrário, aprisionada dentro de suas cerimônias, transformada em espetáculo (ARIÈS, 2003, p. 659).

Nos últimos dias de sua vida, Augusto adoeceu enquanto fazia uma viagem oficial com seu enteado e herdeiro. No retorno para Roma seu estado de saúde piorou e ele acabou por recolher-se em Nola, onde permaneceu acamado (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XCVIII). Foi nessa cidade da Campânia que Augusto morreu em 17 de agosto do ano 14 d.C. Suetônio descreveu o último dia da vida de Augusto. Segundo o autor,

no último dia de sua vida, ele perguntava, de vez em quando, se havia algum tumulto na cidade em sua ausência. Depois, pedindo um espelho, ele penteou os cabelos e pediu que lhe fizessem uma massagem no rosto, pois tinha as faces flácidas. Depois disso, chamando seus amigos perguntou-lhes “se ele tinha representado bem a comédia da vida”, e acrescentou a frase: “se eu cumpri bem minha parte, aplaudi a peça, e do palco, todos satisfeitos batei palmas.” Então, ele dispensou a todos e, enquanto perguntava a alguns recém-chegados da cidade sobre a filha de Druso, que estava doente, de repente ele faleceu quando estava beijando Lívia, pronunciando estas últimas palavras: “Enquanto viveres, lembre-se de nosso casamento, Lívia, adeus.” E assim foi abençoado com uma morte fácil e como ele sempre desejava. Por quase sempre se ouviu que alguém morreu com rapidez e indolência, ele rezou para que ele e os seus pudessem ter uma eutanásia semelhante, pois esse era o termo que costumava usar. Ele teve uma única alucinação quando gritando, com súbito terror, disse que quarenta homens jovens o levavam. E isso era antes uma premonição do que uma ilusão, já que era esse o número de soldados da guarda pretoriana que levariam seu corpo no dia do seu funeral. (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XCIX).

No excerto supracitado, Suetônio lembra que Augusto desejou a boa morte e a obteve como uma benção: “Assim foi abençoado com uma morte fácil e como ele sempre desejava.” (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, XCIC). Janet Huskinson afirma que esse tipo de morte garantia ao moribundo uma preparação adequada antes que sua vida expirasse completamente. Indivíduos que se prepararam para o seu fim e envolveram a comunidade em uma resposta coletiva e, muitas vezes, ritualizada envolvendo pessoas em luto e testemunhas. O sentimento, neste caso, era que esse tipo de morte fazia parte de um processo natural que era universal e familiar (HUSKINSON, 2011, p. 113). No caso de Augusto, conforme o relato de Suetônio, essa preparação foi possível, pois o *Princeps* reuniu seus amigos mais próximos, além da presença marcante de sua esposa Lívia.

Dion Cássio também apresentou a morte de Augusto em sua narrativa. Cássio procurou descrever a morte de Augusto como um momento decisivo para a investida de Tibério como sucessor. Ele aponta como Lívia manteve a morte de Augusto em segredo até que Tibério retornasse de uma viagem militar para a Dalmácia. Além disso, o autor apresenta como o corpo de Augusto foi levado de Nola, onde o imperador residia nos últimos dias de sua vida, até Roma e o posicionamento do Senado diante da morte do *Princeps*. Segue um trecho da narrativa de Cássio sobre esse episódio:

Assim, no dia dezanove de agosto, dia em que ele havia se tornado cônsul, ele faleceu, tendo vivido setenta e cinco anos, dez meses e vinte e seis dias (ele nascera no dia 23 de setembro) e foi o único governante, desde a sua vitória em *Actium*, por quarenta e quatro anos. Sua morte, no entanto, não foi imediatamente tornada pública; para Lívia, temendo que, como Tibério ainda estava na Dalmácia, talvez houvesse alguma insurreição, escondia o fato até

que ele chegasse. Essa, de qualquer forma, é a declaração feita pela maioria dos escritores e os mais confiáveis; mas há alguns que afirmaram que Tibério estava presente durante a doença do imperador e recebeu algumas injunções dele. O corpo de Augusto foi carregado de Nola pelos principais homens de cada cidade em sucessão. Quando se aproximou de Roma, os guardas assumiram o comando e o levaram de noite para a cidade. No dia seguinte, houve uma reunião do Senado, para a qual a maioria veio usando o traje equestre, mas os magistrados, o traje senatorial, exceto a toga de borda púrpura (DION CÁSSIO, *História Romana*, LVI, XXXI).

A figura de Tibério é notória nos últimos dias da vida de Augusto e, principalmente, nesse episódio da morte do *Princeps*. Tácito, Suetônio, Dion Cássio e outros autores que narraram a morte de Augusto apresentam a figura iminente de Tibério em ascensão. De fato, ainda nos últimos dias da vida de Augusto, Tibério já exercia os poderes de *Princeps* e assumia o comando da *Res Publica*. Por isso, sob a ordem de Augusto, ele partiu para Roma com a finalidade de assumir o seu lugar. Nem os senadores, nem os soldados hesitaram em prestar o juramento devido a Tibério, criando aquela lealdade pessoal em que se assentava a *auctoritas* do *Princeps* (GRIMAL, 2008, p. 64). Tibério, portanto, assumia o Principado com algumas tarefas a cumprir: reunir-se com o Senado para a leitura pública do testamento de Augusto e cuidar dos funerais de seu antecessor morto. O testamento de Augusto foi escrito no ano 13 d.C. sob o consulado de Lúcio Planco e Caio Sílio. Segundo Suetônio, o testamento continha três rolos de pergaminho e foram abertos e lidos perante o Senado. Segundo Suetônio (*Divino Augusto*, CI), “os três rolos de pergaminho, continham instruções relativas ao seu funeral, o segundo, o resumo da obra que realizara, resumo que pedia que fosse gravado em placas de bronze para serem fixadas diante do seu Mausoléu.”

Além dos seus *mandata de funere*, que prescrevia como desejava a realização de seu funeral, Augusto deixou o resumo de sua vida que seria suas *Res Gestae*, as quais mandou fixar em seu mausoléu em placas de bronze. Essas placas, no entanto, se perderam, mas outras versões das *Res Gestae Divi Augusti* foram publicadas como as do museu da *Ara Pacis* e as do templo de Augusto e Roma em Ancara (atual Turquia), construído durante a conquista da Anatólia por volta de 20 d.C. (Cf. COOLEY, 2009) e ainda uma cópia encontrada em 1914 em Antioquia da Pisídia. O funeral de Augusto e a memória constituída sobre o *Princeps* atuaram como “espaços de recordação” e Roma conservou um vasto memorial de imagens e representações da morte para perpetuar a própria vida dos romanos. Durante a celebração do funeral, os feitos do indivíduo eram recordados pelas orações fúnebres que, no caso de homens públicos, eram pronunciadas no *rostrum* do fórum para valorizar a importância política daqueles indivíduos. Os túmulos e lápides

funerárias também continham imagens que representavam o curso da vida e, por isso, são ricas em informações (GARRAFFONI, 2016, p. 105).

A procissão fúnebre do imperador Augusto tinha como destaque uma imagem em cera de Augusto, ao invés de seu corpo, estava vestido como um triunfo militar e o corpo real estava escondido atrás de um sofá funerário ornamentado. Duas imagens do imperador, uma de ouro e outra carregada em um carro de guerra, precediam o cortejo, que foi cercado por imagens e retratos de heróis romanos. As orações foram pronunciadas por Tibério, o sucessor, na rostra. O corpo foi então levado por senadores para o Campo de Marte e colocado em uma pira. Sacerdotes, cavaleiros e infantaria o cercavam. Centuriões incendiaram a pira, e nela todas as honras foram realizadas pelos presentes. A pira ficou ali por cinco dias, então cavaleiros descalços recolheram os ossos, e levou-os para o mausoléu que Augusto tinha construído vinte anos antes (DAVIES, 2002, p. 143).

Entre os romanos, havia uma preocupação nítida com a memória pós-morte, representada sob a forma de monumentos, textos e arquitetura erguida após o funeral. Esse tipo de cultura material fornece um grande *corpus* de dados para explorações das atividades de lembrança. Exames pós morte evidenciam como a memória era relevante para as preocupações sociais e *status* dos vivos (GRAHAM, 2011, p. 22). Com essa ressalva, inferimos que a morte e os ritos funerários, sobretudo, dos *Principes* atuaram como paisagens da memória social romana. Os locais da vida dos imperadores se tornaram *topoi* de memória, onde se fizeram erigir templos, locais sagrados, fixando-os como recordações míticas da morte, dos feitos elogiosos, e consagrando-os como espaços de recordação (ASSMANN, 2011, p. 333).

### **3.2.1– O funeral de Augusto em Tácito e Suetônio**

Os romanos possuíam um modelo mais próximo para a literatura biográfica nos elogios funerários que foram transmitidos na rostra por um filho ou outro parente próximo em homenagem a homens e mulheres ilustres e nos elogios de seus antepassados por magistrados em sua entrada no ofício público (ROLFE, 2013, p. 218). Neste caso, o interesse pelos funerais tornou-se um dos temas principais na literatura clássica como um mecanismo de construção da memória. Havia uma necessidade de transmissão da memória e identidade do morto, bem como da sua família, pois “a memória dos mortos é um recurso essencial para a identidade, a qual se manifesta explicitamente nos monumentos cuja etimologia remete à recordação” (CANDAU, 2011, p. 145). A celebração do funeral, o cortejo funerário e todo o *corpus* festivo que envolve os ritos mortuários em Roma são aparatos associados à memória local da sociedade romana.

Tendo em vista esse interesse que a literatura clássica demonstrou pelos funerais, entendemos que as obras de Tácito e Suetônio são fundamentais para compreendermos o funeral de Augusto sob diferentes pontos de vista. Nesse sentido, as imagens das procissões funerárias, nas diversas representações da morte como epitáfios e túmulos, bem como nos discursos de Tácito e Suetônio, produziram memórias seletivas, “à medida em que criaram um passado comum a ser incorporado à memória social” (OMENA; GOMES, 2017, p. 340). Em Tácito, evidencia-se o militarismo de Augusto e a força dos políticos da *domus Augusta* que herdavam o Principado. Em Suetônio, observa-se a divinização de Augusto concretizada com sua morte. Partindo dessas premissas, destacaremos considerações acerca da narrativa de ambos os autores. Em Tácito observamos o seguinte:

No dia da cerimônia, as tropas se posicionaram para defesa, lembrou-se com zombaria aqueles que viram, ou que os pais haviam declarado, do termo de uma escravidão recente ainda e do alvorecer de uma liberdade em vão recuperada, quando a morte do ditador César foi considerada por uns como crime e por outros como uma ação merecida. ‘Agora, diziam, era um velho príncipe, que, após tantos anos de domínio, tendo com todos os recursos aparelhado seus herdeiros contra a república, precisava de todo o apoio militar para ser levado em paz ao enterro. (TÁCITO, *Anais I*, VIII).

Tácito descreveu o funeral como um cortejo militar, à medida que o corpo de Augusto não foi somente carregado por guardas pretorianos, ou políticos de sua *domus*, mas guardado por tropas que assistiram à cerimônia posicionadas em defesa. Tácito assegurou que Augusto modificou o sistema republicano tradicional e instaurou um regime “semelhante à monarquia”, fundada sob bases militares (WALLACE-HADRILL, 1997, p. 4). Entretanto, Tácito reconheceu a paz que o governo de Augusto garantiu, bem como suas reformas que possibilitaram a prosperidade de Roma por mais de quarenta anos.

A morte de Augusto, entretanto, causava questionamentos, sobretudo, a respeito da continuidade do Principado. Tibério, como já mencionamos, exercia sua *auctoritas* como *Princeps*, ainda com Augusto em vida. Por isso, os murmúrios mencionados por Tácito, certamente se referem à personalidade militar de Tibério que assumia o Principado. Augusto deixava Roma aos cuidados da *gens Claudia* por meio de Tibério; portanto, confirmava uma transição hereditária, típica de regimes monárquicos. Visto assim, Tácito aponta que alguns diziam que Augusto “colocava seus herdeiros contra a República” (TÁCITO, *Anais I*, VIII). Em Suetônio, como já afirmamos, torna-se evidente a divinização de Augusto. Os funerais, segundo a descrição do autor, após a morte de Augusto em Nola, aconteceram da seguinte forma:

Seu corpo foi carregado pelos decuriões dos municípios e das colônias de Nola até Bovila durante a noite por causa da estação do ano, sendo colocado, durante dia, na basílica da cidade ou em seu templo principal. Em Bovila, os membros da ordem equestre o levaram à cidade, onde o colocaram no vestíbulo de sua casa. Na vontade de lhe dar um funeral esplêndido em sua memória, os senadores se valeram um com o outro que, entre muitas outras sugestões, alguns propuseram que seu cortejo passasse pelo portão triunfal, precedido pela estátua da Vitória que fica na casa, enquanto cânticos fossem cantados por crianças de ambos os sexos pertencentes às principais famílias; Outros, que no dia das exéquias, os anéis dourados fossem postos de lado e os ferros usados; E alguns, que suas cinzas fossem coletadas pelos sacerdotes das mais altas faculdades; um senador queria mesmo que se desse ao mês de setembro o nome de Augusto, atribuído ao mês precedente, porque era o mês de sua morte, bem como de seu nascimento e que o tempo de sua vida fosse chamado de “século de Augusto” e assim foi registrado nos fatos. Entretanto, um limite foi definido para todas essas honras. (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, C).

Suetônio apresenta o relato da chamada *translatio*, a procissão que levou o corpo de Augusto de Nola para Roma. Nesta notícia da *translatio*, o biógrafo enfatiza a posição social daqueles que transportam o cadáver, os decuriões municipais e coloniais e a ordem equestre, e que é depositado na basílica ou no templo mais importante de cada cidade. Quando o corpo chegou em Roma, o Senado se reuniu para discutir as honras que Augusto deveria receber e começaram os preparativos para a celebração do funeral público. Tanto Suetônio, quanto Tácito escreveram sobre esse episódio. Entretanto, com relação ao modo de apresentar a discussão, um e outro autor se diferem acentuadamente. Suetônio nos diz que a discussão dos senadores consistiu em ver quem iria mais longe nas honras propostas por Augusto: “O Senado e a ornamentação do funeral em memória honorária de Augusto”. Ao contrário disso, Tácito anuncia a discussão com uma fórmula neutra, sugerindo que a discussão não era unidirecional: “o Senado foi consultado sobre as honras de Augusto”. É como se o termo *consultatum* conotasse um remanescente de aparente autonomia e liberdade do Senado para deliberar na aparência sobre se o *funus* público concedido a Augusto apenas o Senado poderia dar-lhe oficialmente e, com maior segurança e correspondência com a realidade, deliberar sobre os *mandata de funere* que Augusto deixou escrito assim como sobre as propostas que os senadores fizeram a respeito (MARTÍNEZ, 2015, p. 49-50). Depois desse episódio, Suetônio mais do que Tácito, apresenta detalhes das orações fúnebres pronunciadas por Tibério e seu filho Druso no dia do funeral. Vejamos o trecho a seguir:

Houve duas orações fúnebres: a primeira, pronunciada por Tibério diante do templo do divino Júlio, e a segunda em diante de uma antiga rostra por Druso, filho de Tibério, do alto da tribuna das alocações. Depois os senadores levaram-no às costas até ao Campo de Marte onde foi incinerado. Ainda apareceu um antigo pretor que jurou ter visto a imagem de Augusto incinerada subir ao céu. Os principais membros da ordem equestre, de túnica, sem cintura e descalços,

recolheram seus restos mortais e o levaram até o Mausoléu que Augusto mandou construir entre a via Flamínia e a margem do Tibre, durante seu sexto consulado, abriu ao público as matas e passeios que o rodeavam. (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, C).

Suetônio não mencionou a presença de soldados durante o funeral de Augusto, portanto, ele se distancia de Tácito que reforçou as características militares do Principado. Suetônio ressaltou as várias propostas levantadas por senadores para honrar o falecido Augusto como forma de evidenciar a aliança garantida entre o *Princeps* e o Senado. Além disso, a precedência de Tibério que, pronunciou as orações fúnebres, juntamente com seu filho, torna evidente a ideia de continuidade do Principado, por intermédio da *domus*. Como último momento do funeral, Suetônio destaca quem pegou as cinzas de Augusto, os primeiros da ordem equestre, e as depositaram no Mausoléu. Segue-se, portanto, que a proposta de alguns senadores, referida antes dele, ou seja, que tal ação fosse realizada pelos sacerdotes das principais faculdades sacerdotais não foi aprovada no Senado. Deve-se notar também que, apesar de sua pressa, Suetônio não deixa de apontar que aqueles *equites* foram só usavam túnica, sem cinto e com os pés descalços, sinal de luto que não é mencionado em nenhum outro momento apropriado para funerais. Esta característica do biógrafo que ama o detalhe realista e a anedota, neste caso revela a teatralização do grande *luctus* que tomou Roma nos dias do funeral de Augusto. (MARTÍNEZ, 2015, p. 53).

Pode-se ver que neste relato do funeral de Augusto o biógrafo Suetônio mostra o zelo informativo que o caracteriza, revelando um traço de personalidade como escritor. Certamente transmite um número de fatos materiais sobre o funeral maior que Tácito, bem como aquelas acerca do Mausoléu. Apresenta também mais dados de propostas sobre rituais fúnebres, *luctus publicus* e honras para prestar homenagem a Augustus e quem deveria recolher os últimos restos, apresenta também a proposta votada no Senado para a mudança do mês para *augustus*, de modo que todo o tempo da vida de Augusto é chamado *Saeculum Augustum* e, posteriormente, no desenvolvimento do funeral, as *laudationes*, a quem eles levaram o corpo do Fórum para o Campo de Marte. Nesse contexto, com relação a Tácito, é natural que o historiador não se importe com os rituais do funeral ou do *luctus publicus*, que podem ser esperados em um *funus imperatorium*. Naquela ordem das coisas mais significado, em princípio, poderia ter a ausência da *translatio*, de volta examinada, e de qualquer alusão ao Mausoléu, pelo importante significado político que este foi fechado a partir de sua data de construção, sua forma, sua grandeza e da intenção de Augusto em construí-lo (MARTÍNEZ, 2015, p. 66-67).

A descrição da *effigiem* de Augusto subindo ao céu, no trecho de Suetônio, é uma imagem da divinização de Augusto que também é nítida quando Suetônio apresenta um pretor que teria visto a imagem de Augusto incinerada subir ao céu – “*Nec defuit vir praetorius, qui se effigiem cremati euntem in caelum vidisse iuraret.*” (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, C). Esse dispositivo retórico, utilizado por Suetônio reforça a imagem da *domus* imperial que, neste contexto da morte do *Princeps* Augusto, se torna a mantenedora do Principado. A memória, portanto, atua nesse processo como legitimadora do poder. O funeral e a presença significativa de grupos sociais durante as cerimônias, nos permitem deduzir que a memória é um fenômeno socialmente construído em termos históricos (OMENA; FUNARI, 2016, p. 75). Assim, a narrativa de Tácito e Suetônio sobre o funeral foram referências até o século III, quando Dion Cássio resgata a escrita senatorial para retratar a história de Roma e apresenta uma narrativa sobre o funeral de Augusto que apresentaremos a seguir.

### 3.2.2 – Dion Cássio e a narrativa do funeral de Augusto

No primeiro capítulo, desenvolvemos uma análise sobre a escrita de Dion Cássio e abordamos o contexto histórico do autor para compreender o objetivo de sua escrita sobre Augusto. Sabemos, portanto, que Dion Cássio escreveu sobre o Principado Augustano com o objetivo de resgatar a história dos primeiros imperadores e oferecer um material inaudito ao imperador de sua época, ou seja, Sétimo Severo.<sup>29</sup> Portanto, temas como os funerais imperiais e a apoteose de imperadores ganham relevância no trabalho de Cássio. O funeral de Augusto, para Dion Cássio, foi um momento em que a *domus* Augusta se posicionou para garantir a sucessão do Principado sob a figura de Tibério. Lívia, assim como em Tácito, foi apresentada por Cássio com especial relevância no episódio da morte de Augusto e na organização de seu funeral. A participação de Tibério nas reuniões do Senado, após a morte de Augusto e sua presença marcante no funeral, também evidenciam a sucessão. Foi Tibério, com seu filho Drusso ao seu lado, quem pronunciou a oração fúnebre na rostra, fato que apresentava Tibério publicamente como herdeiro de Augusto e o novo *Princeps*. Vejamos um trecho dos escritos de Dion Cássio para corroborar com essas informações:

---

<sup>29</sup> Lúcio Séptimo Severo foi o imperador que inaugurou a chamada Dinastia Severa e governou de 193 a 211. Dion Cássio foi senador romano nessa época, tendo iniciado sua carreira, como já apontamos no primeiro capítulo, na época dos antoninos que precederam os severos.

Quando o sofá fúnebre foi colocado à vista na rostra dos oradores, Druso leu algo daquele lugar; e da outra rostra, que é a juliana, Tibério proferiu o seguinte discurso público sobre o falecido, em cumprimento de um decreto: "As palavras que precisavam ser ditas em uma questão privada por parentes sobre o divino Augusto, Druso falou. O Senado sabiamente o manteve digno de algum tipo de elogio público também, e enquanto eu reconheço que o discurso foi apropriadamente confiado a mim (para quem mais justamente do que para mim, seu filho e sucessor, poderia caber o dever de louvá-lo?), ainda não posso sentir qualquer confiança de que minhas habilidades estejam de acordo com os seus desejos ou com os seus méritos. Na verdade, se eu fosse falar na presença de estranhos, eu ficaria muito preocupado para que, ao seguir meu discurso, eles não acreditem que seus feitos sejam melhores do que os meus relatos, mas sinto-me encorajado pelo pensamento de que minhas palavras serão dirigidas àqueles que estão totalmente familiarizados com todas as suas realizações. Eles conheceram tudo através da experiência pessoal e, por essa razão, o mantiveram digno dessas palavras de louvor. Pois julgarás sua excelência, não pelo que eu possa dizer, mas pelo que vocês mesmos sabem, e vocês virão em auxílio de meu discurso, suprimindo o que é deficiente em sua memória dos eventos. Assim, a esse respeito também, esse elogio será publicado, feito por todos nós, como eu, como o líder de um coro, simplesmente distribuo as palavras principais, enquanto vocês se unem e entoam o resto (...)". (DION CÁSSIO, *Historia Romana*, LVI, XXXV).

Dion Cássio escreveu um trecho sobre o discurso de Tibério na cerimônia do funeral. Destacamos aqui apenas uma parte desse discurso que certamente chegou ao conhecimento de Cássio por meio de publicações da época. Interessante perceber que, no discurso, Tibério se afirma como sucessor de Augusto e o novo *Princeps* se posiciona como o representante do povo romano que havia testemunhado os feitos de seu antecessor. O elogio, nas palavras de Tibério recriadas por Dion Cássio, seria feito por todos e ele seria como "o líder de um coro que distribui as palavras principais, enquanto a coletividade entoam o resto". O novo *Princeps*, com isso, seria o guardião dos feitos de Augusto e continuador do Principado estabelecido por ele. O povo romano como um todo também participa desse momento, representado pelos espectadores atônitos que assistiam a cerimônia e ouviam o discurso do novo imperador no fórum.

A *laudatio funebris* pronunciada por Tibério foi seu primeiro ato político, pois em Roma, desde a República, as orações pronunciadas na rostra poderiam fornecer uma verdadeira propaganda política. Foi também uma maneira de um jovem candidato à carreira pública chamar a atenção do público. Na *laudatio*, os grandes feitos do falecido foram recontados, e então o orador se virou para os ilustres membros da família do falecido, semelhanças e roupas foram usadas pelos atores. Começando com os mais antigos, ele então contou seus atos gloriosos. Em alguns casos, uma *laudatio* continha um audacioso discurso sobre a história de uma família (SUMI, 1963, p. 45).

Tibério fez do seu discurso uma verdadeira investitura política e por isso se respaldou nos grandes feitos de Augusto para se posicionar como continuador do Principado. A cerimônia do funeral, neste caso, teve como dirigente o novo *Princeps*, mas outros membros da elite política romana também foram destacados por Dion Cássio, como os senadores e demais magistrados, militares e membros da ordem equestre que carregaram o corpo de Augusto durante o cortejo. Nessa perspectiva, vejamos como o texto de Cássio apresentou a descrição do cortejo fúnebre no excerto a seguir:

Presente e participando do cortejo fúnebre estavam o Senado e praticamente todos os outros que estavam na cidade na época. Quando o corpo foi colocado na pira no Campo de Marte, todos os sacerdotes marcharam primeiro; e então os cavaleiros, não apenas aqueles que pertenciam à ordem equestre, mas também os outros e a infantaria da guarnição correram em volta dela; e eles lançaram sobre ele todas as decorações triunfais que qualquer um deles já recebeu dele por qualquer feito de bravura. Em seguida, os centuriões pegaram tochas, de acordo com um decreto do Senado, e acenderam a pira de baixo. Quando as cerimônias foram realizadas, todas as outras pessoas partiram; mas Lúvia permaneceu no local por alguns dias em companhia dos mais proeminentes cavaleiros, e então reuniu seus ossos e os colocou em seu túmulo (DION CÁSSIO, *História Romana*, LVI, XLII).

A narrativa de Cássio corrobora em muitos aspectos com as narrativas de Tácito e Suetônio, entre os quais a presença de soldados pretorianos e membros da ordem equestre que carregaram o corpo de Augusto e depositaram seus restos mortais no Mausoléu, cena que também foi apresentada por Tácito. A presença de senadores e sacerdotes evidencia a representação política e religiosa do funeral. Membros de todos os grupos sociais de Roma estavam presentes e as homenagens que o imperador morto recebeu de soldados, bem como da ordem equestre evidenciam o poder militar de Augusto e a participação marcante do exército em seu funeral. Dion Cássio também apresentou as honras póstumas que Augusto recebeu, segundo o autor,

um santuário votado pelo Senado e construído por Lúvia e Tibério foi erguido para o imperador morto em Roma, e outros em muitos lugares diferentes, algumas das comunidades construíram voluntariamente e outras a contragosto. Também a casa em Nola, onde ele faleceu, foi dedicada a ele como recinto sagrado. Enquanto seu santuário estava sendo erguido, eles colocaram uma imagem de ouro dele no templo de Marte, e para isso pagaram todas as honras para os que trabalharam nessa construção. Outros votos a respeito dele eram, que sua imagem não deveria ser levada em procissão no funeral de ninguém, que os cônsules comemorassem seu aniversário com jogos como os *Ludi Martiales*, que os tribunos deveriam fazer no Augustalia. Esses funcionários conduziam tudo da maneira costumeira, até mesmo usando o traje triunfal na corrida de cavalos, exceto que não andavam na carruagem. Além disso, Lúvia realizou um festival privado em honra de Augusto por três dias no palácio, e esta cerimônia ainda continua até os dias atuais dedicada ao

imperador. Tais foram os decretos passados em memória de Augusto, nominalmente pelo Senado, mas na verdade por Tibério e Lúvia. (DION CÁSSIO, *História Romana*, LVI, XLII).

O santuário dedicado a Augusto que Cássio menciona é o Templo do Divino Augusto, construído na região do fórum, próximo à Basílica Júlia na região da antiga de casa onde viveu o jovem Otávio, antes de seguir sua carreira pública. O templo foi construído em estilo jônico, contudo, seu tamanho, proporções físicas e local exato são desconhecidos (FISHWICK, 1992, p. 232-255). Outros templos também foram dedicados ao primeiro *Princeps* em várias províncias do império. Os jogos também foram ocasiões propícias para a celebração da memória augustana. Sacerdotes realizaram sacrifícios quando esses jogos eram realizados em conjunto com várias celebrações do culto imperial. Até o governo de Nero, os sacrifícios dos irmãos arvais foram feitos no Capitólio, onde a procissão começou tradicionalmente. No início, no entanto, os arvais fizeram seus sacrifícios no novo Templo do Divino Augusto, por ocasião dos *Ludi Martiales*, *Ludi Augustales* e do aniversário de Augusto.

### **3.3 – Mausoléu, morte e memória: a construção do edifício funerário augustano**

Entre as representações monumentais da morte e os espaços de memória do mundo romano, o Mausoléu de Augusto é um dos mais significativos. Nesse sentido, sabemos que os monumentos, especialmente no caso das construções mortuárias, apresentam complexas biografias e contribuem para a produção de memória social (OMENA; FUNARI, 2016, p. 82). Os monumentos são atribuídos a indivíduos que foram eternizados. Para Le Goff (1990, p. 536), o monumento é um sinal do passado para perpetuar a recordação. Um monumento funerário, por exemplo, é destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada, ou seja, a morte. Neste caso, um túmulo, segundo Scheid (2003, p. 140), “exprime a oposição entre o não-ser e a vida, entre morte e memória deste mundo, memória neste mundo.” Nesse sentido, para o caso do mundo romano, *memoria* é um termo que pode ser empregado estritamente a textos e inscrições funerárias e que significa também a obrigação de relembrar e honrar os mortos (BELTRÃO, 2016, p. 48). As diversas possibilidades de suportes que conciliam a temática da morte com a esfera da memória podem adquirir o *status* monumental, nesse caso, dos monumentos fúnebres, pois o que se deseja perpetuar são as memórias do que concebemos sobre a morte ou da nossa mentalidade sobre ela.

Seguindo essa linha de interpretação, os edifícios funerários e outros monumentos mortuários, como lápides e túmulos, comunicam mensagens referentes à celebração e memorialização para gerações futuras, associando ideias de poder e identidade (FIGUEIREDO, 2011, p. 56). Memoriais romanos e a arquitetura funerária com monumentos em geral, se espalharam por todo o mundo romano (DAVIES, 2002, p. 149). Partindo dessa premissa, os monumentos são marcas espaciais e temporais, impregnados de memória e servindo, ainda, como instrumentos didáticos (OSBORNE, 1987, p. 48), pois comunicam uma intencionalidade, quase sempre, política e social articulada com posições culturais. O Mausoléu de Augusto é um exemplo disso, haja vista que foi construído no auge do Principado Augustano para reforçar a identidade política da *domus* Augusta que concretizava seu poder. O contexto em que o edifício funerário foi construído está diretamente relacionado ao programa político de Otávio Augusto de produzir imagens relacionáveis à renovação de Roma (Cf. OMENA; FUNARI, 2016, p. 84).

Augusto mandou construir seu monumento funerário para comunicar uma ideia de perpetuação da sua imagem, uma intencionalidade que revela seu desejo de engrandecimento por meio da recordação póstuma. A grandiosidade do edifício não só representa a grandeza do *Princeps*, mas também a intenção de agregar em um mesmo espaço, todos os membros de sua família. Nesse sentido, o Mausoléu possui um significado funcional que o atribui como monumento dinástico, onde as cinzas dos corpos incinerados de membros da *gens Iulia*<sup>30</sup> seriam depositadas (SÁEZ, 2016, p. 6). A família era o centro de toda a celebração do funeral bem como a guardiã do edifício funerário. As sepulturas e outros monumentos fúnebres representavam o status das famílias romanas. Cícero aponta que nenhum romano poderia ser sepultado ou depositado fora dos edifícios funerários da família, para ele,

tão grande é o caráter religioso próprio às sepulturas, que é dito não ser permitido depositar alguém fora do lugar consagrado de sua família. Toda disposição desta parte do direito pontifical revela grandes preocupações com os ritos e sua celebração minuciosa. E é inútil expor como se põe um termo ao luto de uma família atingida pela morte, o tipo de sacrifício no curso do qual se imola um cordeiro aos lares como se recobre de terra um osso recolhido; os preparativos para a imolação de uma porca; a partir do momento que começa o sepultamento e o respeito religioso que o cerca (CÍCERO, *De Legibus*, II, LV).

---

<sup>30</sup> Entre os membros da *gens Iulia* sepultados no Mausoléu de Augusto, podemos mencionar alguns entre os quais Lúvia, esposa de Augusto; o imperador Tibério, sucessor de Augusto; Druso, irmão de Tibério e enteado de Augusto; Otávia, irmã de Augusto, Marcelo, sobrinho de Augusto e filho de Otávia; os netos de Augusto, Caio e Lúcio; Druso, filho de Tibério e outros.

Cícero apresenta os rituais de sacrifício que acontecem após nove dias depois do funeral. Um holocausto era oferecido aos *Manes* e um outro destinado aos *Lares*,<sup>31</sup> deuses da família, e ali no local da sepultura ou em outro edifício funerário ou na própria *domus* da família, era realizado um banquete (SCHEID, 2011, p. 175-177). Esses ritos celebravam a memória do morto e dependiam dos convivas dos funerais que cumpriam os ritos juntamente com a família. A memória dos mortos, portanto, dependia da existência de descendentes ou de outras pessoas, por exemplo, o proprietário do terreno no qual o túmulo se localizava ou dos membros de um *collegium* funerário para a realização dos ritos (BELTRÃO *In* OMENA; FUNARI, 2016, p. 59).

Seguindo essa linha interpretativa de que os edifícios funerários eram construídos em honra da família, sabe-se que o Mausoléu, conforme referências antigas, foi construído no Campo de Marte, local estratégico por ser uma área de circulação de pessoas e onde ocorriam grandes cerimônias. Duas outras construções realizadas por Augusto no Campo de Marte, a saber o *Ara Pacis* (Altar da Paz) e o *Horologium* (relógio solar), embora cronologicamente construídas mais tarde, contribuem para substanciar o significado atribuído ao Mausoléu no mesmo sentido. Esses monumentos, sobretudo, o *Ara Pacis*, foram construídos em um contexto de comemoração de triunfos militares. O Campo de Marte está ligado com o *status* de Augusto, enquanto líder militar e político. Esta área sediou o treinamento militar e mais tarde foi o local onde as eleições, por meio das assembleias populares, aconteceram. Daí a importância dos monumentos construídos ali, que estando em contato com o povo romano, exaltavam a figura e as conquistas de famílias ou dos indivíduos, que Augusto associou a si, aumentando seu prestígio popular (SÁEZ, 2016, p. 7-8). O Campo de Marte também foi um local onde ocorriam procissões funerárias de cidadãos privilegiados que, somente por concessão do Senado, poderiam seguir pelo Campo. Esse privilégio representava uma homenagem aos serviços que estes homens ilustres teriam prestado à Res Publica. Portanto, ao posicionar seu Mausoléu em um ambiente vinculado ao capital simbólico do *mos maiorum*, Augusto aproximou-se dos

---

<sup>31</sup> Na religião romana os *Manes* e *Lares* eram espíritos ligados ao culto dos antepassados. Os *Manes*, segundo a crença, eram as almas dos familiares que abençoavam a família, enquanto que os *Lares* eram espíritos de pessoas diversas ligadas à família romana. Podiam ser espíritos de escravos, libertos e outras pessoas da família, como parentes distantes de maior ou menor grau. Esses espíritos podiam ser benevolentes ou maldosos. Os *Lares*, no entanto, não estavam restritos somente ao círculo doméstico, haviam aqueles que protegiam os assuntos do governo como os *Lares Praestites* e os que protegiam os viajantes como os *Lares Viavis*. Esses cultos eram diversos e faziam parte do cotidiano religioso dos romanos, além dos *Manes* e *Lares* havia também os *Penates*, entre os quais estavam os espíritos de crianças que morriam precocemente nas famílias.

discursos senatoriais e adquiriu maior visibilidade e significado político-social (OMENA; FUNARI, 2016, p. 87).

O campo de Marte esteve inativo durante a República, mas durante o Principado de Augusto, cerca de trinta estruturas do Campo foram restauradas. Atribuída prontamente aos *Princeps* e seus investimentos. A ideia de um Campo planejado é inerentemente dependente de uma prerrogativa arquitetônica augustana, portanto, isso nos leva a crer que o engrandecimento arquitetônico fez parte do programa político e propagandístico do imperador, haja vista que o próprio Mausoléu de Augusto foi uma demonstração enfática dessa política arquitetônica.

Ao contrário da densidade estrutural da cidade de Roma, Augusto transformou o Campo de Marte em um distrito municipal distinto. Os edifícios dilapidados e inseguros, bem como as ruas do passado foram substituídas por estruturas de mármore opulentas, parques verdejantes e uma estrada pavimentada, a Via Flamínia. O Campo Augustano, portanto, cumpriu o antigo critério como um planejado centro de recreação. Incorporando teatros, banhos e bosques. O benefício tangível de lazer para todos os romanos deve ter recordado a paz e estabilidade da época. Melhorar o senso de comunidade em Roma com inúmeros jogos, festivais e performances teatrais, assegurou a Augusto que o Campo de Marte poderia satisfazer o *ethos* coletivo. Com o fim da guerra civil, o lazer desinibido poderia abundar no Campo de Marte transformado para lembrar à posteridade o ambiente da Idade de Ouro (*aureum saeculum*) que Augusto promoveu. Da imponente forma do Mausoléu de Augusto à decoração ornamental do *Ara Pacis Augustae*, o Campo de Marte assumiu uma proeminente visão em níveis monumentais e decorativos. Valioso, durável e visualmente impressionante, promoveu potentemente o rejuvenescimento de Roma e a imagem de seu *Princeps* (WOOD, 2003, p. 4-7). Essa estrada foi uma importante via de circulação em Roma, por isso, Suetônio deixou uma informação a respeito da deposição das cinzas de Augusto no Mausoléu, afirmando que este fora construído perto de uma das principais vias de acesso à Roma, a Via Flamínia:

Os principais membros da ordem equestre, de túnica, sem cintura e descalços, recolheram os restos mortais e os depuseram no Mausoléu que Augusto mandou construir entre a Via Flamínia e a margem do rio Tibre, durante seu sexto consulado, mandado abrir ao público as matas e os passeios que o rodeavam (SUETÔNIO, *Divino Augusto*, C).

Neste excerto, Suetônio aponta que o edifício foi construído quando Augusto exercia seu sexto consulado, que corresponde ao ano 28 a.C., quarenta e dois anos antes de sua morte. Isso reforça a ideia apontada por pesquisadores, segundo a qual, a antecipação da construção

do Mausoléu não tinha outra razão senão política. O ano de construção do Mausoléu (28 a.C.) é marcante, pois Augusto consolidava seu poder em Roma nos anos que sucederam a vitória contra Marco Antônio em *Actium* no ano 31 a.C. No ano seguinte (27 a.C.), portanto, ele recebia os títulos de *Princeps* e *Augustus* do Senado, efetivando assim sua *auctoritas*. Outra informação relevante, no excerto supracitado, é que Augusto, em seus *Mandata de Funere*, ordenou que a região do Mausoléu fosse aberta ao público, e assim, pelo que consta na documentação, uma praça foi construída ao redor do edifício funerário.

Além de ser um monumento funerário para glorificar a memória do *Princeps* Augusto e sua *gens*, o Mausoléu também foi um monumento público de grande esplendor. Em Roma, não havia outro edifício funerário que superasse a grandeza do Mausoléu. A construção interior de cinco paredes concêntricas em torno de um pilar central apoiava a superestrutura. O pilar serviu para apoiar a estátua de Augusto na cimeira acima. As paredes em anéis dividiam o interior do Mausoléu em cinco zonas anulares. As duas zonas externas formaram o pilar e as três zonas interiores são limitadas no exterior pela terceira parede do anel, que é perfurada exclusivamente por dromos abobadados. O pilar central está rodeado por uma câmara sepulcral, que é limitada pela primeira parede circular. Os dois corredores anulares em torno desta cela são colocados respectivamente entre o primeiro e segundo e terceira paredes. Os dromos terminam em frente à segunda parede, onde entra o corredor anular exterior. Esta parede provavelmente continha duas portas que deram acesso ao corredor anular interior (REEDER, 2014, p. 269). A urna com as cinzas de Augusto estaria posicionada na sala central do Mausoléu, localizada abaixo da estátua. A circularidade em volta da câmara central, portanto, poderia ter incentivado o transeunte a realizar voltas completas ao redor do túmulo, antes de prosseguir para as outras partes anulares (Cf. BRANGERS, 2007, p. 2-13).

H. Windfeld-Hansen (1988, p. 58) foi o único estudioso a enfatizar adequadamente importância das passagens anulares do Mausoléu de Augusto. Para ele, é principalmente na Itália que se encontram mausoléus com corredores anulares, e quase todos datam do Império. O Mausoléu de Augusto é o único mausoléu existente com dois corredores anulares. O propósito dos corredores anulares funerários romanos era ritualístico, pois serviram para cerimônias de ritos ligados ao culto da morte. A função das duas passagens concêntricas do Mausoléu de Augusto é esclarecida pela estrutura atual da tumba. Os corredores anulares eram usados para procissões rituais porque os dromos conduziam os transeuntes diretamente à câmara sepulcral, como na maioria dos outros mausoléus circulares, mas termina em frente da

segunda parede circular. O visitante da tumba é então forçado a entrar no corredor externo em vez de passar por uma das duas portas estreitas cortadas na segunda parede circular para à esquerda e à direita do lugar onde as dromos terminam no corredor. Assim o visitante é forçado a atravessar o comprimento da passagem exterior e, portanto, desta maneira é possível fazer uma volta completa ao redor da câmara sepulcral. A mesma coisa acontece quando se chega na passagem interior por uma das duas portas. Só então aparece o circuito da câmara sepulcral que permite passar pela abertura da porta na primeira parede e assim chegar finalmente à câmara sepulcral onde foram depositadas as cinzas do imperador (WINDFELD-HANSEN, 1988, p. 66-63). Certamente, na parte externa do Mausoléu, especificamente em sua entrada, haviam duas colunas onde estavam expostas as placas de bronze com as *Res Gestae Divi Augusti* que o próprio Augusto mandou gravar antes de sua morte.

Essa estrutura arquitetônica do Mausoléu é identificada como do tipo *tholoi*, encontrada na Etrúria. Em Roma, os cidadãos associavam esses *tholoi* como símbolos de vitória, portanto, na época de Augusto, os romanos poderiam vincular o *tholos* do Mausoléu à derrota de Marco Antônio. Ergue-se um túmulo troféu que se torna ainda mais enfático quando em 27 a.C. o então Otaviano recebeu do Senado o título de *Augustus* e adquire o reconhecimento público com o status de vitorioso sobre seus inimigos e protetor da *Res Publica* (OMENA; FUNARI, 2016, p. 92). Em Roma os imperadores assumem esse papel de construtores e seus monumentos identificam uma coletividade e definem a constituição de uma memória social. Assim, segundo John W. Perkins (1974, p. 63), monarcas (imperadores) são construtores quase por definição, tanto por seu gosto pessoal, quanto por serem a fonte definitiva de patrocínio público; e como Roma era, ao mesmo tempo, sede e símbolo de autoridade, a pessoa do imperador reinante era quase obrigada a ser a principal criadora do gosto do público.

O debate acerca do Mausoléu nos leva a argumentar com a historiografia sobre a tipologia do edifício funerário. Há quem considere o Mausoléu como original e outros como um monumento que reuniu modelos antigos com conteúdos novos como era típico das construções arquitetônicas do período de Augusto. Assim, cabe inferir alguns questionamentos sobre como os arquitetos de Augusto combinaram esses elementos antigos e modernos para a época e o porque Otávio, antes mesmo de se tornar *Augustus*, ordenou tão cedo a construção de edifício fúnebre. Kraft (1968, p. 38) aponta que a construção do Mausoléu foi uma contrapartida ao documento das *Doações de Alexandria*, segundo o qual, Marco Antônio doava seus bens aos filhos que teve com Cleópatra no Egito. Otávio queria, intencionalmente, reforçar sua

identidade romana ao garantir que seu túmulo e de sua família fosse autenticamente romano. Nesse sentido, após a vitória de *Actium*, Otávio Augusto empreendeu reformas que ele chamou de *Res Publica Restituta*, algo que seria a restauração da República da qual ele, o *Princeps*, seria o protetor eterno. Nesse mesmo período, Augusto projetou reformas arquitetônicas para transparecer ao público seu programa restaurador. Assim, ele escolheu dois lugares para empregar essas reformas: o Palatino e o Campo de Marte.

Duas construções contemporâneas marcariam estrategicamente as reformas do *Princeps*: o templo de Apolo no átrio da residência de Augusto no Palatino e o Mausoléu no Campo de Marte. Embora a construção do templo de Apolo como um monumento de vitória estava na tradição republicana e a casa não significava um "palácio" como o da tradição imperial flaviana posterior, o todo conglomerado de edifícios tomou uma área sem precedentes. O templo originalmente construído em propriedade privada estava em vigor como um oratório ligado à casa de Augustus por apenas um corredor. O Campo de Marte também se enquadrava como um espaço propício ao programa de desenvolvimento arquitetônico augustano. O Mausoléu de Augusto estava localizado no extremo norte de um complexo monumental que mais tarde incluiu o *Solarium Augusti* e o *Ara Pacis*; o Panteon, planejado na mesma época que o Mausoléu, ficava no complexo de Agripa na parte sul do Campo. Em vista da arquitetura monumentalizada, a presença cultural em Roma nos anos que se seguiram a *Actium*, delimitou a questão da divisão do poder na nova cidade: os monumentos imperiais e os monumentos republicanos estavam sobrepostos e Otávio ultrapassou todos os limites da nobreza republicana em suas obras arquitetônicas (REEDER, 2014, p. 273).

De acordo com todos esses elementos arquitetônicos que integraram o programa urbanístico das reformas de Augusto, concluímos que o Mausoléu além de ser um edifício funerário destinado a guardar pela eternidade os restos mortais de Augusto e de outros membros de sua linhagem, foi também um monumento dinástico, pois o impacto da arquitetura augustana no Palatino e no Campo de Marte trouxe com ele reflexões de ambições dinásticas para representar o poder da *domus* Augusta, constituída pela dinastia Júlio-Claudiana nascente e a manutenção do culto imperial sobre a ideologia da República (REEDER, 2014, p. 303).

Nesse sentido, o Mausoléu foi um monumento construído para enfatizar um momento político significativo que se vinculava à um projeto de memorialização da família imperial. O monumento, portanto, revela sua unidade em um processo de divulgação, haja vista que foi construído em meio a uma sociedade ávida por espaços de visibilidade (OMENA; FUNARI,

2016, p. 96). Assim, o Mausoléu foi um lugar de memória e um espaço de recordação que divulgava a imagem de seu idealizador, bem como de sua *domus* Augusta não só para a sociedade romana da época, mas para as gerações futuras. Atrás das grossas paredes que circundavam as cinzas da *gens Iulia*, o Mausoléu foi levantado no curso da história como um símbolo de poder, mesmo que despojado de seus elementos originais, o monumento foi introduzido em seu próprio benefício ao transformá-lo para o entretenimento popular. O Mausoléu de Augusto surgiu antes que a cidade ainda vivesse a vida que lhe foi dada em várias ocasiões através dos séculos (SÁEZ, 2016, p. 32).

Visto assim, compreendemos a importância do funeral e dos monumentos mortuários como o Mausoléu como representações da memória augusta. A narrativa sobre os funerais, por meio dos autores que nos serviram como fonte foram transmitiu, ao longo do tempo, esse destaque social que as cerimônias fúnebres exerceram sobre a sociedade romana. Por isso, os funerais foram armazenadores de memória e resgatavam diversos valores que eram comemorados e exaltados como parte de uma identidade romana que celebrava os mortos e fazia da morte um repositório de memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, que envolve uma trajetória significativa de pesquisa, concluímos o quão árduo e complexo é o trabalho do historiador. A seleção das fontes e a leitura minuciosa da bibliografia escolhida é uma tarefa que exige dedicação e esforço para completar um trabalho acadêmico e alcançar os objetivos e metas por ele exigidos. Assim como afirma Bloch (2001, p. 52), o historiador é necessariamente levado a recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas e a fazer escolhas que o conduzem ao objeto da pesquisa. Este trabalho de recorte é desafiador e exigente, principalmente no que tange à temporalidade histórica. Nosso objeto de estudo foi o funeral de Augusto que aconteceu após a morte deste imperador em 14 d.C. Entretanto, para compreendê-lo, a temporalidade se estende para a trajetória de Augusto como *Princeps* e sua atuação política; e essa extensão também vai além quando consideramos as narrativas acerca do funeral presentes nas obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio, que escreveram em épocas distintas e posteriores ao funeral de Augusto. Tal como abordamos, os autores supracitados apresentam temas em conexão, o que possivelmente revela que um autor leu o outro e utilizou sua obra como base para o desenvolvimento de sua própria escrita. Há em Dion Cássio, sobretudo, um estilo peculiar que agrega o mesmo gênero textual de Tácito, mas que também revela temas muito parecidos com aqueles apresentados por Suetônio.

Executar retratos e valorizações dos personagens imperiais apresentados nas obras, por ocasião das notícias de suas mortes é algo natural e, como tal, típico do gênero da história antiga. Isso foi feito, em um grau ou outro, por muitos historiadores da Antiguidade. E o próprio Tácito faz esses retratos e avaliações com frequência, por exemplo, nos casos de Livia, Tibério ou Galba com retratos e avaliações que, por ocasião de notícias da morte, fazem extraindo a conclusão que é derivada dos atos que o protagonista foi ou narrado ou aludido anteriormente. Portanto, do lado da tradição de gênero historiográfico, a presença do retrato político de Augusto por Tácito em seus Anais, pouco depois de ter percebido sua morte, se encaixa bem em seu trabalho. Isso também parece ser valorizado por Suetônio que destacou os murmúrios e rumores causados pela notícia da morte de Augusto. Então, o estudo comparativo entre os relatos do funeral de Augusto em Suetônio, Tácito e Dion Cássio nos oferecem grandes diferenças. Diferenças que tentamos explicar, em primeiro lugar, pelos diferentes gêneros

literários nos quais essa história é inscrita, mas ao mesmo tempo pela intenção particular e de cada um dos trabalhos, ao qual é adicionada a diferente personalidade intelectual de um e outro autor (MARTÍNEZ, 2015, p. 69).

Tal como discutimos neste trabalho, o conceito de memória foi um recurso teórico e metodológico sob o qual analisamos as fontes e demais representações sobre Augusto e seu funeral. Todo processo de memória, portanto, é um trabalho e um esforço sobre o tempo. É uma atualização que fazemos repetidamente, para além das lembranças naturais que nos permite viver o dia a dia dos indivíduos. Esse esforço para recordar e dar sentido ao presente se apoia naquilo que os historiadores chamam de lugares de memória (GUARINELLO, 2016, p. 9). Esses lugares de memória não são obrigatoriamente físicos, mas espaços de recordação que também são apresentados pelas narrativas. Assim se constrói a memória social que envolve todo um conjunto de representações sobre indivíduos que levam consigo a identidade de cidadãos romanos.

A morte e a produção de memória associada a ela se vinculam ao temor do esquecimento; por isso a produção de memória social aliava-se à divulgação de imagens ou mesmo, em certos casos, a destruição das mesmas com a remoção de estátuas e a exclusão do nome de inscrições públicas, algo que os romanos chamavam de *damnatio memoriae* (OMENA; FUNARI, 2016, p. 13). Essa preocupação com a memória foi fundamental em uma sociedade ávida pelo ideal de perpetuação. O temor do esquecimento possibilitou a produção de inúmeros artefatos, lápides, inscrições mortuárias, edifícios funerais e todo *corpus* que envolve a memória da morte e com os quais o historiador se insere nesse *locus* de descobertas sobre a vida de cidadãos romanos e personagens históricos que deixaram suas marcas no tempo. Por isso, pesquisar o mundo mortuário dos romanos foi uma tarefa não só acadêmica, mas também prazerosa, que nos levou a considerar possibilidades de pesquisas posteriores que envolvam, por exemplo, o estudo de epigrafia mortuária e outras representações da morte de Augusto no cenário monumental da arqueologia romana.

A presente dissertação, portanto, é concluída a partir de uma análise sobre o funeral como um mecanismo sob o qual se produziu a memória da sociedade romana. O funeral de Augusto, bem como os demais funerais imperiais celebrados ao longo da história do Principado, agregou a sociedade romana que era testemunha das celebrações e rituais mortuários, que representavam a vida do morto. Assim, com vimos, sobretudo no terceiro capítulo, o funeral envolveu a participação de diversos indivíduos, além do próprio povo de Roma que assistia

atônito às celebrações e festividades públicas do *funus* imperial. Por isso, como um cerimonial público, o funeral agregou atores que encenavam performances teatrais, músicos, escravos e libertos do morto, magistrados que eram reunidos durante o cortejo fúnebre que passava pelos principais pontos públicos da *urbs*, com o objetivo de enaltecer a figura pública do falecido, bem como sua família (OMENA; FUNARI, 2016, p. 87).

Nosso trabalho, portanto, teve como meta considerar a exibição que o funeral adquiriu, não só nos monumentos mortuários, mas também nas fontes narrativas que o mundo romano nos ofereceu. Por isso, não podemos deixar de mencionar a importância de nossas fontes em Tácito, Suetônio e Dion Cássio para o desenvolvimento de toda a pesquisa e igualmente desta dissertação. Portanto, nossa principal meta foi compreender o imperador Augusto à ótica dos autores supracitados que escreveram sobre o *Princeps*, sua morte e seu funeral, cada qual em sua época, buscando elucidar aos olhos de seus leitores a memória de uma época tida como gloriosa da história de Roma. O funeral de Augusto, por isso, foi um momento não só de marcação da memória augustana, mas também um ato em que o *Princeps* Augusto era divinizado, tornando-se uma figura emblemática e exemplar para sua posteridade e para os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

### Documentos textuais:

CASSIUS DIO. *Roman History*. V. 6. Tr. Earnest Cary. Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1955.

CICERO, *De Legibus*. Tr. C. W. Keyes. Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1928.

SUETONIUS. *Live of the Caesars*. V. 1. Tr. J. C. Rolfe. Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1998.

TACITUS. *Annals* – Books 1-3. Tr. Clifford H. Moore; John Jacson. Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1931.

PLUTARCH. *Lives*. V. 7. Tr. Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1967.

PLINY. *Letters*. Book 5. Tr. Betty Radice. Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1969.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

### Documento Epigráfico:

*Res Gestae Divi Augusti: Text, Translation, and Commentary* Alison Cooley. Cambridge University Press, 2009.

### Obras Gerais:

ADCOCK. *The Roman Republic*. The Cambridge ancient history. vol. IX, 1959.

ANTIQUEIRA, M. *Moderatio tuendae libertatis: moderação, exemplo e poder na história de Tito Lívio (livro III)*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Ediouro, 2003.

ARCE, Javier. *Funus Imperatorum. Los funerales de los emperadores romanos*. Madri: Alianza Forma, 1990.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Danrlei de Freitas; TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Escrita da história e representação: sobre o papel da imaginação do sujeito na operação historiográfica*. *Topoi (Rio J.)* vol. 9, n. 16, 2008, pp.68-90.

BALMACEDA, Catalina. *Virtus Romana bajo la dinastía Julio-Claudia: la visión de Tácito en sus Annales*. Pontificia Universidade Católica do Chile, 2011.

BARRET, Anthony. *Livia: First Lady of Imperial Rome*. Yale University Press, 2002.

BEARD, M. *Religions of Rome*. Vol. 2 - A Sourcebook. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BEARD, M.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. (Ed.) *Religions of Rome*. Vol. 1 - A History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Tácito e a (des)ordem imperial*. Dialogus, Ribeirão Preto, v.10, n.1 e n.2, 2014.

BELTRÃO, C. R. *A religião na urbs*. In: MENDES, N. M., da S., G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.137-59.

\_\_\_\_\_. *Arte, Religião e poder na Roma antiga*. In: CANDIDO, M. R. (org). *Roma e as sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008, p 15-20.

BLOM, H. V. D. *Cicero's Role Models The Political Strategy of a Newcomer*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOESCHE, R. *The Politics of Pretence. Tacitus and the Political Theory of Despotism*. History of Political Thought, 1987.

BOWERSOCK, G. W. *La storia inventada: immaginazione e sogno de Nerone a Giuliano*. Milano: Jouvence, 2000.

\_\_\_\_\_. *The pontificate of Augustus*. In: RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M. (Ed.). *Between Republic and Empire: interpretations on Augustus and His Principate*. Los Angeles: University of California Press, 1990, p. 380-394.

BODEL, John; OLYAN, Saul M. *Household and Family Religion in Antiquity*. Blackwell Publishing, 2008.

BRANDÃO, José Luís Lopes. *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas vidas suetonianas*. Universidade de Coimbra, 2010.

BRANGERS, Susan. *The mausoleum of Augustus: expanding meaning from its inception to present day*. Delaware College of Art and Desing, 2007, p. 29.

\_\_\_\_\_. *Suetônio e os Césares*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2003.

BRAREN, Ingeborg. *O mausoléu de Augusto e a Apocolocintose de Sêneca*. Sao Paulo: Clássica 718: 165-170, 1994.

CARROL, M. *Roman funerary commemoration in western*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CANDAL, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CLASSEN, C. J. *Tacitus – Historian between Republic and Principate*. *Mnemosyne*, Fourth Series, Vol. 41, Fasc. 1/2 (1988), pp. 93-116

COLLARES, Marco Antônio Correa. *A legitimidade do poder político de Otávio Augusto ao início do Principado*. Alétheia: Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo, Volume 1, janeiro a julho de 2010. ISSN: 1983 – 2087.

CORBIER. *Donner à voir, donner à lire. Mémoire et communication dans la Rome ancienne*. Paris, 2006.

\_\_\_\_\_. *L'aerarium saturni et l'aerarium militare*. Administration et prosopographie sénatoriale, Rome, 1974.

COWAN, Eleanor. *Tacitus, Tiberius and Augustus*. *Classical Antiquity*, 2009, p. 179-210.

DAVIES, Jason P. *Rome's Religious History*. Cambridge University Press, 2002.

DEROUSSE, Peter. *A Textual Problem at Tacitus "Annals"*. *Mnemosyne*, Fourth Series, 2007, p. 651-661.

DIAS, Mamede Queiroz. *Entre senadores e principes: formas historiográficas e atuação política no Principado*. *Romanitas*, Revista de Estudos Grecolatinos, Vitória, ES, n. 7, p. 104-125, 2016.

DIXON, Suzanne. *The Roman Family*. The Johns Hopkins University Press, 1992.

ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Blackwell, 2007.

ERKER, Darja Sterbenc. *Gender and roman funeral ritual*. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Ed.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011.

EVERITT, Anthony. *Augusto: el primer emperador*. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

ELSNER, Jás. *Sight and Memory the visual art of roman mnemonics*. London, Routledge, 2016.

FARREL, J. *Phenomenology of Memory in Roman Culture*. *CJ*92, 4, 1997.

- FAVRO, Diane. *The Urban Image of Augustan Rome*. Los Angeles: University of California, 1998.
- FISHWICK, Duncan. *The Imperial Cult in the Latin West: studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire*. Volume II, 1. New York: Leiden, 2014.
- FLOWER, Harriet I. *Roman Republics*. Princeton University Press, 2006.
- FONTANA, B. *Tacitus on Empire and Republic*. History of Political Thought, 1993.
- FRANK, Richard I. *Augustus' Legislation on Marriage and Children*. University of California Press. *California Studies in Classical Antiquity*, v. 8, 1975, p. 41-52.
- FRIEDLAENDER, L. *La Sociedad Romana*. Méxio: FCE, 1984.
- GARRAFONI, Renata Senna. *Lápides Funerárias e ritos de passagem entre os romanos no início do Principado. O que a morte pode nos dizer sobre a vida?* In: OMENA Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). *Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano*. Paco Editorial, 2016.
- GASCOU, J. *Suétone Historien*. Rome: École Française de Rome, 1984.
- GEORGE, Michele. *The Roman Family in the Empire*. Oxford University Press, 2005.
- GOODMAN, M. *The Roman World: 44 BC - AD 180*. London: Routledge, 1997.
- GORDON, Richard; SIMÓN, Francisco Marco. *Magical Practice in the Latin West*. Brill, 1990.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques; CAMPOS, Rafael da Costa. *A construção de uma imagem política: aspectos da administração imperial de Tibério nos Anais de Tácito*. Ágora. Estudos Clássicos em Debate, 2009.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Construindo e apagando memórias no mundo romano: uma análise da Damnatio Memoriae de Geta*. Hêlade 4, 2003-4: 12-15.
- GOMES, Erick Messias Costa Otto. *Relações de patronato e amicitia no Principado romano: uma leitura das representações de Augusto na obra lírica de Horácio*. UFG, 2015.
- GRADEL, Ittai. *Emperor Worship and Roman Religion*. Clarendon Press Oxford, 2002: 129-157.
- GRIMAL, Pierre. *O Século de Augusto*. Lisboa: Lugar da História, 2008.
- GRUEN, E. S. *Augustus and the Making of the Principate*. In: GALINSKY, K. (Ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 33-54.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2016.

GUVEN, Suna. *Displaying the Res Gestae of Augustus: A Monument of Imperial Image for All*. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 57, n. 1, p. 30-45, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Ed. Frankfurt, 1985.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOPE, V. M. *Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome*. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Ed.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.

\_\_\_\_\_. *Status and identity in the Roman world*. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome. Culture, identity and power in the Roman Empire*. London/New York: Routledge, 2005, p.125- 152.

\_\_\_\_\_. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York: 151 Continuum, 2009.

\_\_\_\_\_. *Death in ancient Rome*. London/New York: Routledge, 2007.

\_\_\_\_\_. *Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier*. In: WILLIAMS, H. *Archaeologies of remembrance*. New York: Ka/PP, 2003, p. 113-140.

\_\_\_\_\_. *The city of Rome: capital and symbol*. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome: culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p 63-93.

\_\_\_\_\_. *Introduction*. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Org.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. XI-XXIV.

HUSKINSON, Janet (Org.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011.

HURLEY, Donna W. *An Historical and Historiographical Commentary On Suetonius' Life of C. Caligula*. Society for Classical Studies American Classical Studies, 2013.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

JOHANSON, Christopher. *A Walk with the Dead: A Funerary Cityscape of Ancient Rome*. In: RAWSON, Beryl. *A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds*. Oxford: Library of Congress, 2011, p. 408-430.

JOLY, Fábio Duarte. *Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da vida de Nero*. São Paulo, *História V. 24, n.2*, 2015, p. 111-127.

\_\_\_\_\_. *Tácito e o Império Romano*. *Revista de História - edição especial*, 2010, p. 69-78.

JOCELYN, H. D. *Varro's "Antiquitates Rerum Diuinarum" and religious affairs in the Late Republic*. University Library of Manchester, 1982.

KAPUST, Daniel J. *Republicanism, Rhetoric, and Roman Political Thought*. Sallust, Livy, and Tacitus. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KRAFT, K. *Der Sinn des Mausoleums des Augustus*, *Historia* 16, 1968.

KEMEZIS, Adam M. *Greek narratives of the Roman Empire under the Severans: Cassius Dio, Philostratus and Herodian*. Cambridge University Press, 2014.

KING, Anthony; HENIG, Martin. *Pagan Gods and Shrines of the Roman Empire*. Oxford Committee for Archaeology, 2003.

KOORTBOJIAN, Michael. *The divinization of Caesar and Augustus: precedents, consequences, implications*. Cambridge University Press, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEME, André Luiz. *Suetônio e o diálogo com o poder no século II d.C.: reflexões a respeito de seu afastamento da vida pública romana*. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Curitiba, 2016. *Anais*. Curitiba, UFPR, 2016.

LEVICK, Barbara. *Reconsidering the Auctoritas of Augustus*. *Journal of Roman Studies*, V. 103, 2013.

LINDSAY, Hugh. *Adoption in the Roman World*. Cambridge University Press, 2009.

LINTOTT, Andrew. *Imperium Romanum: Politics and Administration*. Routledge, 2009.

LOWRIE, Michele. *Writing, Performance, and Authority in Augustan Rome*. Oxford University Press, 2009.

LOVANO, Michael. *All things Julius Caesar: na encyclopedia of Caesar's world and legacy*. Santa Barbara: Greenwood, 2015.

LÓPEZ, Rosa Cid. *Livia versus Diva Avgvsta. La mujer del Príncipe y el Culto Imperial*. Universidad de Oviedo, 1998.

MAIA, Eduardo Silva. *Ficção e História em De Vita Caesarum de Caius Suetonius Tranquillus*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MAREC, Erwan; PFLAUM, Hans-Georg. *Nouvelle inscription sur la carrière de Suétone, l'historien*. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 96 année, n. 1, 1952. p. 76-85.

MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge University Press, 1997.

MARQUES, Juliana Bastos. *Estruturas narrativas nos Anais de Tácito*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder: considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

MCGINN, Thomas A.J; FRIER, Bruce W. *A Casebook on Roman Family Law*. Oxford University Press, 2004.

MENDES. N. M., da S., G. V. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MILLAR, Fergus. *A study of Cassius Dio*. Oxford University Press, 1964.

\_\_\_\_\_. *The Roman Republic and Augustan Revolution*. The University of North Carolina Press, 2002.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

MOMMSEN, Theodor. *A History of Rome under the Emperors*. Londres: Routledge, 1999.

MOREAU, Philippe. *La domus Augusta et les formations de parenté à Rome*. Ed. Année 2005.

MURRAY, Oswyn; GRIFFIN, Jasper; BOARDMAN, John. *The Oxford History of Classical World*. Oxford University Press, 2012.

NIPPEL, Wilfried. *Public Order in Ancient Rome*. Cambridge University Press, 1995.

NORA, Pierre. *Entre história e memória*. Vol. II. Berlim, 1990.

OMENA, Luciane M.; FUNARI, Pedro P. A. *O ridículo de um funeral: a simbologia da morte na sátira Apocolocyntosis de Sêneca*. In: \_\_\_\_\_. *Experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí, SP: Paco, p. 33-51, 2017.

OMENA, Luciane M.; FUNARI, Pedro P. A. *Tecendo o fio entre memória e morte à luz do tumulus de Otávio Augusto*. In: OMENA Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). *Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano*. Paco Editorial, 2016.

ORLIN, Eric. *Augustan Religion and The Reshaping of Roman Memory*. University of Puget Sound, 2010.

OSBORNE, John *Master Gregorius: The Marvels of Rome: translated with an introduction and commentary*. Pontifical Institute of Mediaeval Studies, Toronto, 1987.

PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Tradução: Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

- PARENTI, MICHAEL. *The assassination of Julius Caesar: a people's history of Ancient Rome*. The New Press, 2003.
- PARKIN, Tim G.; POMEROY, Arthur J. *Roman Social History*. Londres: Routledge, 2007.
- PERCIVAL, John. *Tacitus and the Principate*. Greece & Rome, 1980.
- PERKINS, John W. *Cities of Ancient Greece and Italy: Planning in Classical Antiquity*. New York: G. Braziller, 1974.
- PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. II Volume - Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- PELLING, Christopher. *Characterization and individuality in Greek literature*. Clarendon Press, 1990.
- PIMENTEL, Maria Cristina. *Espaços da morte na historiografia de Tácito*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.
- POWER, Tristan. *Suetonius' Tacitus*. Journal of Roman Studies, 2014.
- PRICE, S. *From Noble Funerals to Divine Cult: the Consacration of Roman Emperors*. In: CANNADINE, D; PRICE, S (Ed.). *Rituals of Royalty: Power and Ceremonial in Traditional Societies*. New York: Cambridge University Press, 1992, p. 56-105.
- REEDER, Jane Clark. *Typology and Ideology in the Mausoleum of Augustus: Tumulus and Tholos*. Classical Antiquity, V. 11, n. 2, 1992.
- RICH, Jonh. *Deception, lies, and economy with the truth: Augustus and the establishment of the Principate*. Classical Studies E-Books Online. V. 11, 2010, p. 167-191.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.
- ROLFE, John C. *Suetonius and His Biographies*. Proceedings of the American Philosophical Societ, 1913, p. 206-225.
- ROLLER, M. *The exemplary past in Roman historiography and culture*. In: FELDHERR, A (Ed.). *The roman historians*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194.
- \_\_\_\_\_. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. New Jersey. Princeton University Press, 2001, 319 p.
- ROSENSTEIN, N. *Rome at war farms, families, and death in the Middle Republic*. Londres: The University of North Carolina Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Aristocratic Values*. In: ROSENSTEIN, N; MORSTEIN-MARX, R (Ed.). *A Companion to the Roman Republic*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 365-382.

RUPKE, Jorg. *A Companion to Roman Religion*. Blackwell Publishing, 2007.

SÁEZ, Esther Romero. *El Mausoleo de Augusto el ocaso del esplendor convertido en ruina*. Historia del Arte, 2016.

SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008.

SALLER, Richard P. "*Familia, Domus*", and the Roman Conception of the Family. *Phoenix*, V. 38, n. 4, 1984, p. 336-355.

SANT'ANNA, Henrique Modanez de. *História da República Romana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANTORO L'HOIR, Francesca. *Tragedy, Rhetoric and the historiography of Tacitus' Annales*. University of Michigan, 2006.

SCHEID, John. *An Introduction to Roman Religion*. Indiana University Press, 1991.

SCULLARD, H. H. *Festivals and Cerimonies of the Roman Republic*. London: Times and Hudson, 2011.

SEDLEY, David. *The ethics of Brutus and Cassius*. *Antigua*, 1997.

SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. Routledge, 2004.

SILVA, Filipe N. *Memória, Principado e Adriano na Vita Divi Augusti de Suetônio*. *Revista E. F.e H. da Antiguidade*, 2009.

SILVA, Semíramis Corsi. *O Principado Romano sob o governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes*. *Revista de História, Cinema e Educação. Crítica e debates*, V. 1, 2010.

SMITH, C. J. *The Roman Clan: the Gens from Ancient Ideology to Modern Antropology*. The Cambridge University Press, 2006.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. *Suetônio revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em "As Vidas dos Doze Césares"*. UFRJ, 2007.

STRUNK, Thomas E. *Tacitus and History after Liberty*. Robert J. Murray Lecture Series, 2016.

SUMI, Geoffrey S. *Ceremony and Power: Performing Politics in Rome between Republic and Empire*. University of Michigan, 1963.

SYME, Ronald. *The Travels of Suetonius Tranquillus*. *Hermes*, 1981, p. 105-117.

TALBERT, R. *The Senat of Imperial Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

TOWNEND, Gavin. *The Date of Composition of Suetonius' Caesares*. *The Classical Quarterly*, 1959, p. 285-293.

\_\_\_\_\_. *The Hippo Inscription and the Career of Suetonius*. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* Bd. 10, H. 1, 1961, p. 99-109.

VEYNE, Paul. *O Império Greco-Romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Augustan Rome*. London: Blooms Burry, 2009.

\_\_\_\_\_. *Emperors and houses in Rome*. In: DIXON, Suzanne. *Childhood, Class and Kin in the Roman World*. Londres: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. *Suetonius*. Bristol Classical: Paperbacks, 2004.

WEAVER, Paul. *Reconstructing lower-class Roman families*. In: DIXON, Suzanne. *Childhood, Class and Kin in the Roman World*. Londres: Routledge, 2005.

WOOD, Simon. *Urban Imagery and Visual Narrative: The Campus Martius in the Age of Augustus*. *The School of Historical Studies Postgraduate Forum e-Journal*, Edition Two, 2003.

WOOLF, Greg. *Roma: a história de um Império*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2017.

\_\_\_\_\_. *Inventing empire in ancient Rome*. In: ALCOCK, S. E. et al. *Empires. Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 311-322.

ZANKER, Paul. *The power of the imagens in the age of Augustus*. The University of Michigan, 1988.